

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**

**Dissertação**



**Territorialidades em Disputa:**

Normativas e Narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS

**Melina Monks da Silveira**

Pelotas, 2020

**Melina Monks da Silveira**

**Territorialidades em disputa: normativas e narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo  
Área de conhecimento: História da Arquitetura e Urbanismo

Linha de pesquisa: Teoria, História, Patrimônio e Crítica

Orientadora: Louise Prado Alfonso  
Coorientação: Sylvio Arnaldo Dick Jantzen

Pelotas, 2020

TERRITORIALIDADES EM DISPUTA:  
NORMATIVAS E NARRATIVAS DO  
PASSO DOS NEGROS EM PELOTAS, RS

MELINA MONKS DA SILVEIRA



Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S587t Silveira, Melina Monks da

Territorialidades em disputa: normativas e narrativas do  
Passo dos Negros em Pelotas/RS / Melina Monks da Silveira  
; Louise Prado Alfonso, orientadora ; Sylvio Arnaldo Dick  
Jantzen, coorientador. — Pelotas, 2020.

141 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação  
em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Patrimônio e crítica. 3.  
Passo dos Negros. 4. Conflitos urbanos. 5. Segregação  
socioespacial. I. Alfonso, Louise Prado, orient. II. Jantzen,  
Sylvio Arnaldo Dick, coorient. III. Título.

CDD : 720

**Melina Monks da Silveira**

**Territorialidades em disputa: normativas e narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 21 de dezembro de 2020

Banca examinadora:

.....

..

Profa. Dra. Louise Prado Alfonso (Orientadora)  
Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia

.....

..

Profa. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira  
Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....

.

Prof. Dr. Douglas Emerson Deicke Heidtmann Junior  
Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina

.....

.

Profa. Dra. Flavia Maria Silva Rieth  
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



*“De onde fala?”  
É a partir daqui que falamos, de um espaço de reflexão e de ações entre o vazio e o cheio, entre uma cidade nua e uma cidade densa, que de vez em quando, dança. E desfila, escreve, mascara-se, teatraliza, pinta-se  
Michel Agier*

*Dedico essa dissertação à comunidade do **Passo dos Negros** e à memória da **Mestra Griô Sirley Amaro**.*

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos/as interlocutores desta pesquisa, especialmente aos/as moradores/as da comunidade do Passo dos Negros. Sou imensamente grata pelas experiências vividas e narrativas compartilhadas.

À minha orientadora Profa. Louise Prado Alfonso, agradeço pela confiança, pelo apoio, incentivo e por compartilhar comigo seus conhecimentos na área da Antropologia e Arqueologia. Ao Prof. Sylvio Jantzen, por acreditar na minha pesquisa na área da Arquitetura e Urbanismo e pelas contribuições ao trabalho.

Aos/às integrantes da banca, Profa. Ana Lúcia Costa de Oliveira, Prof. Douglas Heidtmann Junior e Profa. Flávia Rieth, por aceitarem o convite e pelas contribuições ao longo da jornada. Em especial à Profa. Ana Ó, pelo incentivo e apoio à minha pesquisa junto ao NEAB.

À Profa. Ester Gutierrez pela atenção e por toda contribuição para a história de Pelotas.

À minha família por todo apoio e compreensão, em especial à minha mãe Helena Monks, minha irmã Vanessa Monks e à pequena Rafaela Monks, por serem tão inspiradoras e me trazerem conforto nos momentos mais difíceis.

À equipe do NEAB, em especial, à Prof. Aline Montagna. Aos colegas de PROGRAU, Guilherme Almeida, Franciele Fraga, Karen Majuriê, Gabriela Munhoz e Sandro Martinez e, especialmente, à Shirley dos Santos, pela parceria desde a graduação e por me apresentar aos projetos do GEEUR.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU-UFPel) e aos colegas de turma de Mestrado de 2018. Às amigas e colegas de ICH Juliana Nunes e Rosilene Silva.

À toda equipe do Projeto Margens do GEEUR pela amizade e por todo o aprendizado. Em especial: Simone Fernandes, Daniel Vaz Lima, Mateus Fernandes, Vanessa Costa, Newan Souza, Marcela Dode, Luiz Junior, Martha Ferreira, Pierre Chagas, Larissa da Cruz, Ana Langone, Felipe Aurélio, Marcell Santos e Adriel Costa. Às amigas Joanna Sevaio e Andressa Domingues por serem minhas companheiras em Porto Alegre.

À Liara Callegaro, Joseane Almeida e Cassius Baumgarten por compartilharem seus conhecimentos sobre regularização fundiária. Aos meus alunos/as e colegas da UniRitter, pela oportunidade de aprender no ofício de Professora.

Agradeço, em especial, aos meus amigos/as: Roberta Bom, Milene Castro, Zozi Xavier, Ademar Lima, Alan Quadros, Gabriela Linhares e Luiza Correa por estarem sempre prontos com uma palavra de conforto e incentivo.

À CAPES, pela bolsa de pesquisa, sem a qual essa pesquisa de mestrado não seria possível. Agradeço pela oportunidade de ter desenvolvido pesquisa e extensão em uma Universidade pública e de qualidade como a UFPel.

E, por fim, a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

## Resumo

SILVEIRA, Melina Monks da. **Territorialidades em disputa:** normativas e narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS. Orientadora: Louise Prado Alfonso. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as diferentes narrativas relacionadas aos modos de viver e habitar existentes no Passo dos Negros às margens do Canal São Gonçalo, na cidade de Pelotas - RS. A proposta surgiu das diversas perspectivas sobre um espaço em disputa na cidade e a análise das transformações em diferentes temporalidades, desde sua origem como um importante ponto de comércio de gado e de mão de obra escravizada durante o período das charqueadas, passando pelo ápice do período econômico do arroz, com a construção e funcionamento de um engenho de arroz. Até o presente, em um contexto de conflitos intensificados pela especulação imobiliária e remoção de moradores/as. A proposta é compreender o espaço do Passo dos Negros a partir das narrativas dos/as moradores/as da localidade sobre suas vivências cotidianas, conflitos e transformações. Os/as moradores/as lutam por seu direito adquirido de moradia e resistem em permanecer habitando o local, buscando, também, preservar o patrimônio cultural existente. A comunidade reivindica a patrimonialização daquele espaço, antes que a densa ocupação por condomínios fechados apague os remanescentes desses processos históricos. Para eles e elas são importantes, naquela paisagem histórica e cultural, os seguintes elementos: Ponte dos Dois Arcos (século XIX), Figueiras (protegidas por legislação ambiental), Corredor das Tropas (século XIX), o complexo arquitetônico do Engenho Pedro Osório (1922) e seu respectivo entorno, margens do Canal São Gonçalo (também protegido por legislação ambiental). O III Plano Diretor da cidade, de 2008, foi atualizado e reproduz o cenário contemporâneo em que o Passo dos Negros vive, com a redução de área de interesse ambiental. Em paralelo a essas ações da gestão oficial da cidade, outras lutas vêm sendo travadas para que o lugar possa preservar essas narrativas, sejam através de seu patrimônio arquitetônico e seu traçado urbano, seja pelas manifestações culturais de seus moradores e moradoras, que denunciam os riscos quanto à vulnerabilidade da área frente a investidas de expansão urbana pautadas em interesses de empreendimentos imobiliários, que estão desvinculados do contexto existente no Passo dos Negros.

**Palavras-chave:** Arquitetura e Urbanismo. Patrimônio e Crítica. Passo dos Negros. Conflitos urbanos. Segregação socioespacial.

## Abstract

SILVEIRA, Melina Monks da. **Territorialities in dispute: norms and narratives of Passo dos Negros in Pelotas/RS**. Advisor: Louise Prado Alfonso. 2020. Dissertation (Master in Architecture and Urbanism) - Graduate Program in Architecture and Urbanism, Faculty of Architecture and Urbanism, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

The aim of this research is to reflect on the different narratives related to life and inhabiting ways in the Passo dos Negros (The Blacks' Pass), on the banks of the São Gonçalo Canal, Pelotas city - RS. The proposal arose from the diverse perspectives on a space in dispute in the city and the analysis of its transformations thru different times. It encompasses from its origins as an important cattle and enslaved labor trading hub during the period of the charqueadas, to its role during the peak of rice period, the construction and operation of a local rice mill up to current increasing social conflicts intensified by real estate speculation and residents' displacement. The understanding of the space of the Passo dos Negros from the narratives of its residents allows to highlight their daily experiences while facing conflicts and transformations. Local residents fight for their acquired right to housing and resist remaining in the area, seeking to preserve their cultural heritage. This community claims for the patrimonialization of such space to avoid that highly dense enclosed condominiums erase the material remnants of meaningful identity processes. The following historical and cultural landscapes being considered are: Ponte dos Dois Arcos (Two Arch Bridge) - 19th century -, Figueiras (Fig Trees) - protected by environmental legislation -, Corredor das Tropas (Troops' Corridor) - 19th century -, the architectural complex of Pedro Osório Engineer ( 1922) and its respective surroundings, as well as the São Gonçalo Canal banks - also protected by environmental legislation. The updated city's 2008 Master Plan reproduces the contemporary scenario in which the Passo dos Negros suffers with a reduction of its area of environmental interest. In parallel, other struggles have been emerging in order to fight for the preservation of local narratives, either focusing on its architectural heritage and urban layout, or on the cultural manifestations of its residents. On the verge of displacement, residents actively denounce risks and underline the area's vulnerability due to the aggressive urban expansion based on real estate interests which are disconnected from their claims.

**Keywords:** Architecture and Urbanism. Heritage and Criticism. Black Step. Urban Conflicts. Socio-spatial Segregation.

## Lista de Figuras

Figura 1	Mapa de localização do Passo dos Negros	16
Figura 2	Mapa de referências históricas e urbanas do Passo dos Negros	17
Figura 3	Mapa Cultural do Passo dos Negros	18
Figura 4	Atividade da pesca no Canal São Gonçalo	20
Figura 5	Moradores do Passo dos Negros e Engenho Pedro Osório ao fundo	22
Figura 6	Rincão de Pelotas. Tomás Luís Osório [1758]	39
Figura 7	Campos Neutrais e divisão de terras da Estância do Monte Bonito com a Localização das datas de matos, arroio Quilombo, charqueadas, Passo dos Negros, cidade, tablada, logradouro público	40
Figura 8	Mapa da divisão de terras Sesmaria do Monte Bonito. Cerne do núcleo charqueador pelotense. Passo dos Negros, na boca do arroio Pelotas com o canal São Gonçalo	42
Figura 9	Mapa com sobreposição da malha urbana da cidade e a planta fabril	44
Figura 10	Reconstrução do Passo dos Negros	46
Figura 11	Cópia reduzida da planta do Passo dos Negros, na boca do arroio Pelotas com o canal São Gonçalo	47
Figura 12	Mapa com a divisão do primeiro loteamento	48
Figura 13	Ponte dos Dois Arcos	49
Figura 14	Cenas da vida cotidiana no Passo dos Negros	50
Figura 15	Vista aérea da região da Chácara da Brigada	52
Figura 16	Mapa de referências geográficas e urbanas do Passo dos Negros	53
Figura 17	Vista aérea do Engenho Pedro Osório	57
Figura 18	Construção do Engenho São Gonçalo. Déc. 1920	58
Figura 19	Anúncio Engenho	59
Figura 20	Ficha de qualificação profissional - trabalhador do Engenho	60
Figura 21	Vila operária. Habitações oferecidas aos/as trabalhadores/as do Engenho	62
Figura 22	Fotos Engenho e entorno	64
Figura 23	Elementos da paisagem do Passo dos Negros	65
Figura 24	Mapa da área de 1926 e Mapa cadastral atual da área - Vias remanescentes	67
Figura 25	Imagem aérea atual e Mapa cadastral atual da área - Vias remanescentes contemporâneas	68
Figura 26	Figueira centenária da Ponte dos Dois Arcos, localizada no Corredor das Tropas e ao fundo o Engenho Pedro Osório	70
Figura 27	Imagem aérea da Leitaria e Vista da edificação que funcionava a Leitaria	71
Figura 28	Campos banhados ou de várzea – Passo dos Negros/Pelotas	72
Figura 29	Cotidiano no corredor das Tropas – Passo dos Negros/Pelotas	73
Figura 30	Mapa I Plano Diretor de Pelotas. Área em laranja mapeada como perímetro urbano. Área do Passo dos Negros constava fora desse perímetro	85
Figura 31	Trecho do Plano Diretor com alterações relativas ao Engenho Pedro Osório, Vila Operária e Ponte - AEIAC Sítio Charqueador	89
Figura 32	Mapa Plano Diretor - AEIAC Sítio Charqueador	89

Figura 33	Mapa Plano Diretor (U-09)- Área Especial Interesse Do Ambiente Cultural da Região do Passo dos Negros	91
Figura 34	Modelo Urbano Geral: Matriz Verde e Azul, baseado na planta do Modelo Urbano da PMP	92
Figura 35	Recorte do Mapa do Modelo Urbano na região do Passo dos Negros	93
Figura 36	Mapa Plano Diretor - Área Especial Interesse do Ambiente Natural	94
Figura 37	Mapa Plano Diretor - Área Especial Interesse do Ambiente Natural antes da revisão de 2018	94
Figura 38	Mapa Foto aérea Condomínio Lagos de São Gonçalo e Canal São Gonçalo ao fundo	95
Figura 39	Evolução da ocupação urbana formal pela Prefeitura de Pelotas	98
Figura 40	Mapeamento do parcelamento do Solo e ocupações irregulares pela Prefeitura (1965-2001).	99
Figura 41	Mapa na área do Passo dos Negros - 1965 e 2001	99
Figura 42	Mapa Plano Diretor - Vazios Urbanos	100
Figura 43	Imagens do cotidiano do Passo dos Negros	101
Figura 44	Recorte do Mapa do Plano Diretor - Área Especial Interesse de Interesse Social (U-07)	103
Figura 45	Mapeamento ocupações irregulares na área do Passo dos negros	104
Figura 46	Proposta Gerais para regularização fundiária	105
Figura 47	Proposta de complementação do Sistema Viário Arterial - Horizontes	107
Figura 48	Proposta Parque Estrada do Engenho. Área exclusiva para pedestre	108
Figura 49	Vista do Corredor das Tropas. De um lado a comunidade da ocupação, o muro e de outro lado as casas do Condomínio Lagos de São Gonçalo	111
Figura 50	Maquete eletrônica do projeto urbanístico Parque Una	112
Figura 51	Mapa de localização do projeto Parque Una	113
Figura 52	Passo dos Negros e construção do Parque Una ao fundo. Dispositivos de controle	115
Figura 53	Ensaio fotográfico comunidade Ocupação Osório	117
Figura 54	Paisagem Passo dos Negros. Vista a partir Engenho Pedro Osório para o Corredor das Tropas, com Lagos de São Gonçalo ao fundo	119
Figura 55	Casa da ocupação com a inscrição "Passo dos Negros"	122
Figura 56	Interface apresentação cenas exposição digital "Pelo Passo dos Negros	123
Figura 57	Interface apresentação Tour virtual "Pelo Passo dos Negros".	124
Figura 58	Colagem apresentação exposição "Pelo Passo dos Negros".	124
Figura 59	Totens informativos: "Ponte dos Dois Arcos" e "Pescadores	125
Figura 60	Interface do Tour Virtual na cena "Engenho Osório	126
Figura 61	Mapeamento da Zona de Preservação Patrimônio Cultural do Plano Diretor, setores selecionados no Tombamento do Conjunto Histórico pelo IPHAN e recomendações	128
Figura 62	Ocupação da comunidade no entorno do Engenho Pedro Osório	130
Figura 63	Vista do corredor das Tropas. Ocupação da comunidade e condomínio Lagos de São Gonçalo	131
Figura 64	Cartografia realizada na disciplina "Cidades e suas margens"	132

## LISTA DE SIGLAS

AEIAC – Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural  
AEIAN – Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural  
AEIAS – Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Social  
APP - Área de Preservação Permanente  
CF – Constituição Federal  
DRT/RS - Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul  
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos  
FAURB - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL  
FEIC - Foco de Especial Interesse Cultura  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GEEUR - Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
NDH - Núcleo de Documentação Histórica  
NEAB - Núcleo de Estudos em Arquitetura Brasileira (FAURB - UFPEL)  
MUB - Mapa Urbano de Base de Pelotas  
PD - Plano Diretor de Pelotas  
PROGRAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPEL  
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
SECULT – Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas  
SMC - Sistema Municipal de Cultura  
SHRF - Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Pelotas  
SQA – Secretaria de Qualidade Ambiental de Pelotas  
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas  
ZPPC - Zona de Preservação do Patrimônio Cultural  
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

## Sumário

<b>1 Introdução</b>	15
<b>2 Outra maneira de ver e fazer cidade</b>	30
<b>3 Tudo ali é Passo dos Negros</b>	38
3.1 Pelotas do Barro e Sangue	38
3.2 <i>“Eu moro na beira do patrimônio”</i>	46
3.3 <i>“Aquele lugar lá já foi poderoso no tempo do Engenho”</i>	55
3.4 <i>“Isso aqui foi feito pelos nossos tataravôs nos tempos da escravidão”</i>	69
<b>4 Cidade-conceito e Cidade-vivida</b>	75
4.1 E o que tudo isso tem a ver com o Passo dos Negros?	84
<b>5 <i>“Essa área é de todos que tem direito”</i></b>	110
5.1 E a patrimonialização do Passo dos Negros?	120
<b>6 Considerações Finais</b>	127
<b>Referências</b>	135

## 1 Introdução

A proposta desta pesquisa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, inserida na linha de pesquisa em Teoria, História, Patrimônio e Crítica, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), dentro do Grupo de Pesquisa *Forma Urbana* do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), surge das diversas perspectivas sobre um espaço em disputa existentes no Passo dos Negros, às margens do Canal São Gonçalo, na cidade de Pelotas - RS. O trabalho propôs análises das transformações em diferentes temporalidades dessa paisagem, desde sua origem como um importante ponto de comércio de gado e de mão de obra escravizada durante o período das charqueadas, passando pelo ápice do período econômico do arroz com a construção e funcionamento do maior engenho da América do Sul até o presente, em um contexto de conflitos intensificados pela especulação imobiliária e ameaças de remoção de moradores/as. Uma das propostas é compreender o espaço do Passo dos Negros a partir das narrativas dos/as moradores/as da localidade sobre suas vivências cotidianas, conflitos e transformações. Também se propõe a compreensão das lógicas de transformações e permanências da paisagem, por meio de mapas e documentos.

Minha pesquisa inicia no momento em que me insiro no *Projeto Narrativas do Passo dos Negros: um estudo de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação*, do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos – GEEUR, do curso de Antropologia da UFPel. Coordenado pela professora Louise Prado Alfonso, o grupo desenvolve uma pesquisa colaborativa, que se dá pela relação entre a comunidade e pesquisadores/as no contexto do Passo dos Negros. Nesta relação a comunidade é agente na construção recíproca do passado e do presente do lugar. Estas temporalidades se mesclam o tempo todo, pois o passado é uma construção em diferentes presentes.

Foi no âmbito da disciplina *Cidades e Suas Margens: Trajetos, Percursos e Mapas*, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPel, que fui apresentada aos debates sobre o Passo dos Negros. No decorrer das aulas, já no primeiro contato com o campo, direcionei meu projeto para aquela área. Conhecer

um lugar como o Passo dos Negros e não se sensibilizar com as dinâmicas ali existentes é quase impossível. As diversas temporalidades sobrepostas, os diferentes usos e formas de habitar, os de hoje e os que já foram, transformam aquela paisagem em única. Um contexto que nos faz pensar.

A cidade de Pelotas (Figura 1) formou-se a partir de todo um complexo de comercialização e produção escravista de charque, produzido nos estabelecimentos de produção de carne salgada, chamadas de charqueadas. Nesses locais, ocorria o abate do gado bovino e a produção de charque e de outros derivados. A indústria charqueadora foi responsável pela concretização do sistema escravista sulino, já que a escala de produção para o comércio exterior exigia uma grande quantidade de mão de obra (GEEUR, 2018).

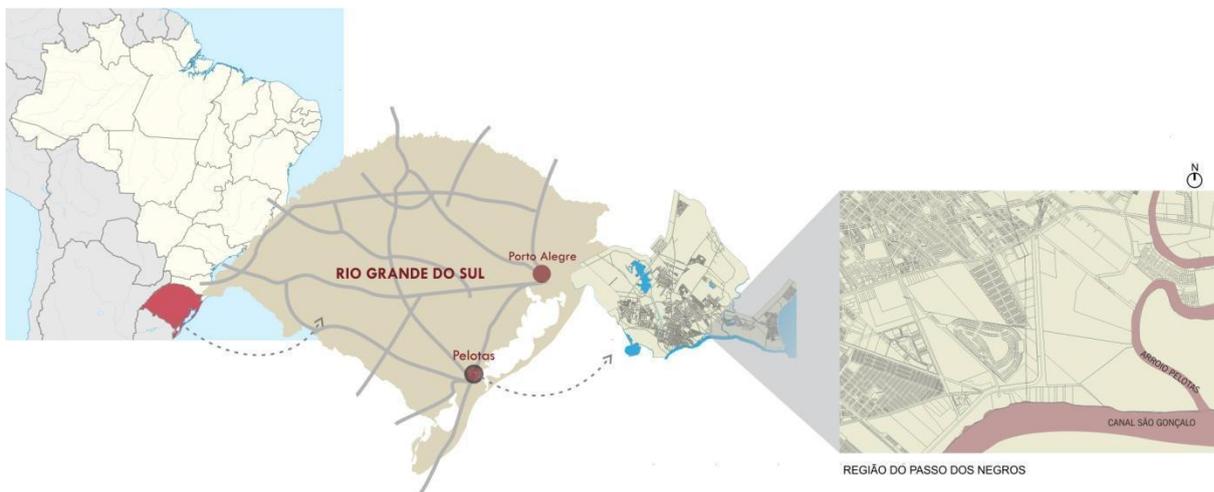


Figura 1 - Mapa de localização do Passo dos Negros.  
Fonte: Autora, 2020.

A localização estratégica do Passo dos Negros, entre dois cursos d'água, o Canal São Gonçalo e o Arroio Pelotas, favoreceu a implantação de um ponto para a produção e escoamento do charque e produtos derivados, onde a intensa passagem de gado percorria o caminho das tropas, ligando o Canal à Tablada, ponto onde era vendido o gado (Figura 1). Toda a infraestrutura da cidade estava diretamente ligada a essa região (GUTIERREZ, 1993).



Figura 2 - Mapa de referências históricas e urbanas do Passo dos Negros.  
Fonte: Autora, 2019.

Existem diferentes abordagens e perspectivas de onde ficaria localizado o Passo dos Negros. A arqueologia tem apresentado o Passo dos Negros vinculando-o ao espaço Chácara da Brigada. Ester Gutierrez apresenta o Passo como travessia no canal São Gonçalo. O GEEUR desenvolve há anos um trabalho junto à comunidade que reside atualmente no lugar para entender, a partir das narrativas dos moradores, o que seria o Passo dos Negros, o que levou ao entendimento de que o espaço é ampliado, tanto relacionado ao território quanto à temporalidade<sup>1</sup>.

Durante uma pesquisa<sup>2</sup> do GEEUR, que teve como objetivo realizar uma pesquisa arqueológica colaborativa com as comunidades atuais da região de modo a compreender a forma como os/as residentes significam a história local, foi possível a construção de um mapa cultural (Figura 3) da região do Passo dos Negros, posteriormente levado para a comunidade (PEREIRA, 2016). As pesquisas realizadas demonstraram que a comunidade ressalta alguns marcadores espaciais como de extrema importância, que apontam para histórias e memórias de suas vivências ali e do passado do Passo.

<sup>1</sup> No capítulo 3 essas diferentes abordagens serão melhores analisadas

<sup>2</sup> Durante a pesquisa em 2014 foi realizado um trabalho com a comunidade no âmbito do projeto de Pós-doutorado denominado *Um olhar sobre o passado e o presente do negro em Pelotas: possibilidades de inclusão da comunidade no discurso e na prática arqueológica*.

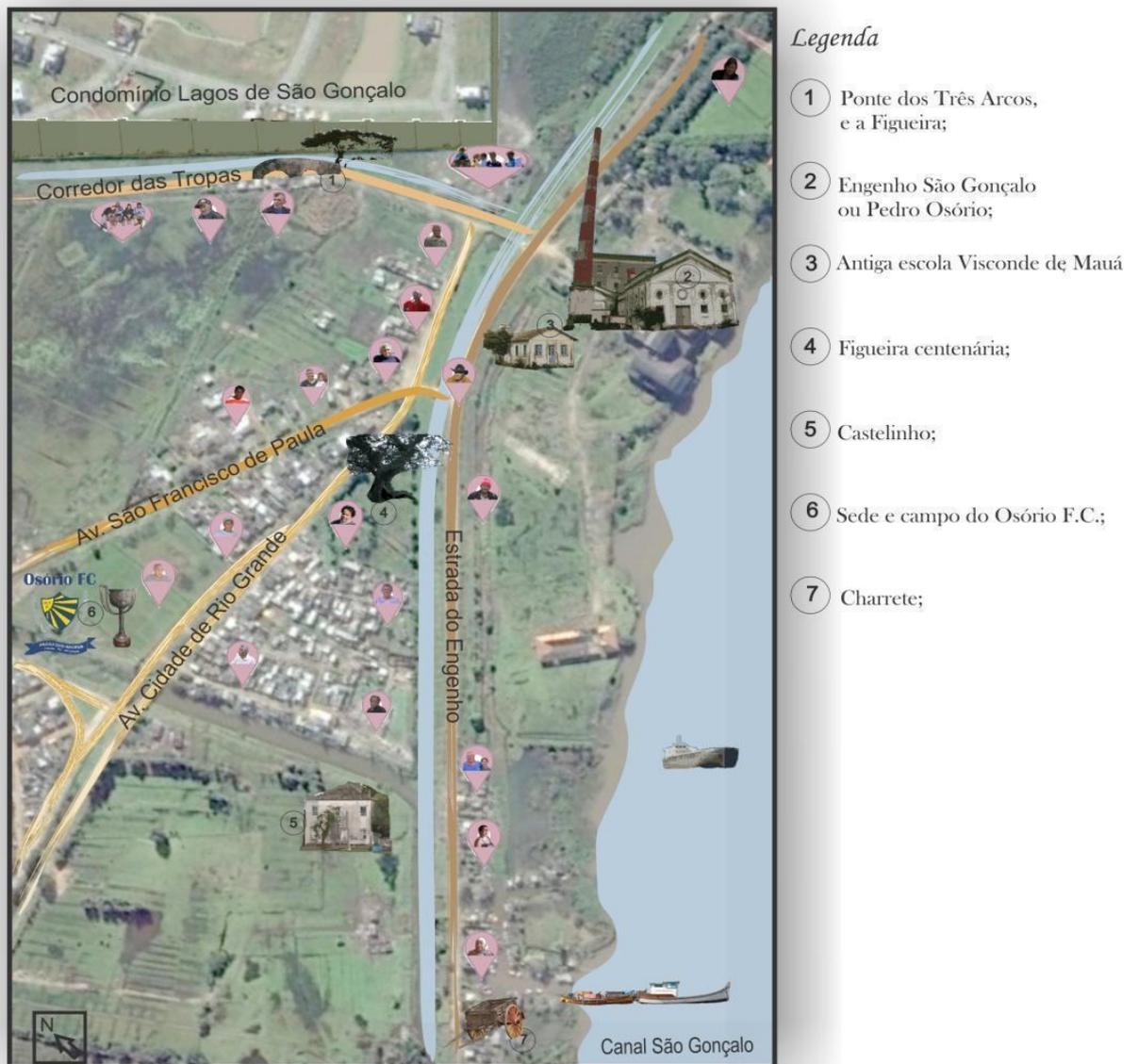


Figura 3 - Mapa Cultural do Passo dos Negros.  
Fonte: GEEUR, 2016

Em 2017 foi realizada uma exposição itinerante denominada *Caminhos entre o passado e o presente: memórias e narrativas do Passo dos Negros*, dentro do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos, que apresentou os principais pontos elencados na pesquisa anterior. Os painéis foram divididos em **Fronteiras (des)construídas**, onde um trecho do painel expõe as configurações atuais do lugar devido a especulação imobiliária, em que os novos significados trazidos pelos seus atuais moradores e moradoras torna o Corredor das Tropas um espaço habitado, silencioso e escondido por um muro verde que objetifica e torna visível essa fronteira

social (SILVA, 2017).

O segundo painel, **(Re)significando um território**, trouxe as narrativas dos moradores e moradoras que apresentam um Passo relacionado ao trabalho, um espaço vivido, ponto de economia da cidade. A produtividade do engenho ia diminuindo junto à vitalidade do espaço que hoje ganha novos significados e que precisa ser lembrado (SILVA, 2017). No terceiro painel, **(Re)conhecendo o espaço**, estão as narrativas relacionadas ao Canal São Gonçalo, símbolo de riqueza que anteriormente eram águas de vida, de alimento, de trabalho, de sustento e, atualmente, águas de luxo, visadas pelos condomínios de luxo. O Canal se encontra relegado ao seu papel paisagístico que contrasta com a realidade pesqueira, tendo as ruínas do engenho uma fronteira entre as duas realidades (SILVA, 2017).

O quarto painel, **Caminhos entre o passado e o presente – memórias e narrativas do Passo dos Negros**, mostrou um mapa que aponta sete locais importantes do Passo dos Negros: Ponte dos Três Arcos, Engenho Osório, Escola Visconde de Mauá, Figueira Centenária, Castelinho, Osório Futebol Clube e a Charrete.

Esses trabalhos etnográficos e mapeamentos realizados pelo GEEUR trouxeram um Passo dos Negros que estava esquecido pelas narrativas oficiais da cidade e do poder público. A princípio, a equipe estava em busca do passado. Aos poucos foram entendendo que os moradores e moradoras traziam novos significados aos lugares do passado através das narrativas das pessoas, construindo, a partir da contemporaneidade, a história daquele lugar (SILVA, 2017).

No trabalho realizado pelo GEEUR, em 2014, foram identificados diferentes grupos, além da percepção de que a região foi se transformando ao longo do tempo. Através desses diferentes grupos pudemos entender o espaço e suas diferentes segmentações. O primeiro grupo identificado era formado por moradores/as mais antigos/as, constituindo pelo menos a terceira geração naquele lugar. Já o segundo era composto por moradores/as mais recentes, vindos de outros bairros da cidade, mas que estão ali há pelo menos uma década. O terceiro grupo era mais recente e é chamado de ocupação; habita o lugar há pouco tempo em casas de madeira. O quarto grupo era formado por moradores de grandes propriedades localizadas na beira do Canal São Gonçalo que estão cercadas por cercas e altos muros (SEGER, 2015).

O quinto grupo era composto por então futuros/as moradores/as do condomínio de luxo "Lagos de São Gonçalo", projeto iniciado em 2010, após a retirada de moradores/as antigos/as que residiam onde hoje é o empreendimento. Ele é demarcado por um grande muro verde que separava o condomínio da comunidade e fazia com que a relação entre as comunidades se desse a partir desse muro. O sexto grupo era formado por pescadores que viviam à beira do canal e habitavam as mesmas propriedades por décadas (SEGER, 2015). Logo após as pesquisas iniciais, estas famílias de pescadores/as começaram a passar por um processo de realocação com o argumento, por parte da Prefeitura de Pelotas, que os mesmos estão em área de proteção ambiental e em área de risco (Figura 4).



Figura 4 - Atividade da pesca no Canal São Gonçalo.  
Fonte: Autora, 2018

O lugar do Passo dos Negros é visto de diferentes formas, por diferentes grupos. Já houve tentativas de patrimonialização, proteção e salvaguarda da área, ainda de forma isolada, reivindicando o reconhecimento dos bens imóveis da região como vestígios arqueológicos. As pesquisas forneceram dados e informações importantes da área tais como reportagens, fotografias, levantamentos da vegetação e de uma ponte histórica naquele mesmo sítio. A historiadora Zenia de Léon buscou

durante anos esse reconhecimento da área através de pesquisas, artigos e reportagens.

A região do Passo dos Negros, em Pelotas, influenciou diretamente na produção do espaço urbano da cidade e hoje não dispõe de políticas públicas e legislações específicas de proteção, o que pode colocar em risco a configuração espacial do lugar, que ainda possui remanescentes importantes para o entendimento da produção histórica da cidade. Ao longo do tempo, passou por um processo de esquecimento e de apagamento de sua história. Propositamente, foi considerado um vazio urbano, como demonstrarei mais adiante. Atualmente, a região passa por um processo de transformação da paisagem, relacionado diretamente aos grupos imobiliários que visam ocupar a área com conjuntos habitacionais de classe média, tanto fechados como abertos. No condomínio fechado, todos os espaços pertencem aos proprietários. Não apenas os lotes, mas também todas as ruas e as áreas comuns do empreendimento. O outro tipo de empreendimento que está sendo implantado na região é o bairro planejado, onde as áreas não são de uso exclusivo dos moradores e toda a infraestrutura, as ruas e as vias de comum acesso, são públicas, sendo de responsabilidade da Prefeitura e demais órgãos da gestão municipal.

A proposta da pesquisa é entender essas dinâmicas de escolhas e de segregação ao longo do tempo a partir do fator urbano e também das narrativas dos/as moradores/as. Os/as novos/as habitantes, os dos condomínios de classe média, trazem consigo os conflitos e uma centralidade que precisa ser entendida juntamente com as chamadas margens coabitando aquele espaço. Patrimônio, recursos naturais, empreendimentos imobiliários e a população, são dinâmicas que precisam ser entendidas e que constantemente transformam a paisagem (Figura 5).



Figura 5 - Moradores do Passo dos Negros e Engenho Pedro Osório ao fundo.  
Fonte: Acervo do GEEUR

No Passo dos Negros, existem essas diversas dinâmicas conforme diferentes temporalidades, em que podemos observar primeiramente uma narrativa relacionada à violência e drogas, já que moradores/as atuais apontavam esses conflitos resultantes de novos moradores que estariam vindo do Bairro Navegantes. Num segundo momento, anos depois, mudaram essas dinâmicas e as narrativas relacionavam os conflitos à valorização de terras por conta da construção de grandes empreendimentos imobiliários na região. O mesmo caso será contado de maneiras diferentes.

Aqui as diferentes narrativas tecem a análise espacial do Passo dos Negros. Diferentemente da memória, que por vezes pode nos parecer romantizada ou tida como algo verdadeiro, a narrativa pode nos mostrar essas construções e seleções, fazendo com que o/a pesquisador/a tenha um olhar observador/a e, com isso, possa perceber como as dinâmicas de poder relacionadas ao espaço influenciam nelas.

Atualmente a população residente é ameaçada pela especulação imobiliária, que vem construindo grandes empreendimentos imobiliários no entorno. Os/as moradores/as lutam por seu direito adquirido de moradia e resistem em permanecer habitando o local. Buscando, com isso, preservar o patrimônio cultural existente. A cidade é resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos, e cabe à

etnografia captar esses movimentos (MAGNANI, 2009).

Os Planos Diretores das cidades se transformaram no principal instrumento de planejamento urbano e refletem a maneira como se pensa a cidade, tanto pelo poder público quanto pelos setores de empreendimentos imobiliários. Sendo assim, também é exercido um poder que acaba influenciando na sua espacialidade, nos elementos formais e formas de habitar a cidade diferente daqueles que as elites impõem e que os planejadores pensam a cidade, influenciando na paisagem.

A partir desse cenário, o objetivo geral do trabalho é analisar o processo de transformação da paisagem do Passo dos Negros ao longo do tempo e entender como as atividades econômicas e as construções do Engenho influenciaram a produção do espaço urbano do Passo dos Negros, chegando à sua invisibilidade perante as narrativas oficiais da cidade e o não reconhecimento deste enquanto patrimônio. O estudo tem como hipótese que essa invisibilidade deu-se devido às escolhas de investimentos do capital imobiliário e outras formas de produção da cidade, submetidas aos interesses de diversos grupos.

Dentre os objetivos da pesquisa de mestrado, destaco os seguintes objetivos específicos: 1) entender os processos de inclusão e exclusão sociais, demonstrados nas relações entre centralidade e margem da cidade de Pelotas, através das relações sociais e Planos Diretores da cidade; 2) compreender como o espaço do Passo dos Negros foi organizado, classificado e ordenado na hierarquia espacial da cidade nos vários tempos da cidade; 3) entender o lugar, Passo dos Negros, através de descrições etnográficas, narrativas dos moradores, mapas e fotografias; 4) construir uma representação visual do Passo dos Negros, para evocar o espaço vivido, movimentado, heterogêneo, somando narrativas, teoria e imagens.

A comunidade residente no local reivindica a patrimonialização daquele espaço, que consiste na institucionalização de mecanismos de proteção do patrimônio cultural, seja material e imaterial, através do estudo, salvaguarda, preservação, conservação e divulgação, antes que a densa ocupação por grandes empreendimentos imobiliários apague os remanescentes desses processos históricos. A patrimonialização parte da própria comunidade enquanto uma ferramenta de luta, para poder ter o direito de permanecerem no lugar onde habitam há anos, contra o avanço dos grandes empreendimentos imobiliários.

A comunidade solicitou ao *Projeto Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas*, desenvolvido no GEEUR, a elaboração

de um Dossiê pela patrimonialização do Passo dos Negros. A discussão que está acontecendo, relativa ao sítio, foi ensejada pela própria comunidade residente no lugar e pela equipe de pesquisadoras/es da Universidade Federal de Pelotas.

Durante pesquisas em acervos para a elaboração do Dossiê, fui à Secretaria de Cultura da cidade de Pelotas para pesquisar as pastas do acervo dos bens culturais inventariados da cidade. Fui bem recebida pelas técnicas que me mostraram as pastas dos bens inventariados no Passo dos Negros, a Ponte dos Dois Arcos e o Engenho Pedro Osório. Após a consulta, conversei com as técnicas para me informar sobre a resposta da denúncia feita relacionada ao abandono da região: trata-se do inquérito que tramita no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que aponta os riscos quanto à vulnerabilidade da área frente às investidas de expansão urbana, que prevê usos comerciais e residenciais inadequados ao caráter histórico-cultural e patrimonial. A denúncia foi necessária devido à urgência de ações de preservação na região, visto que a elaboração do Dossiê e tramitação do processo de pedido de patrimonialização do lugar ainda demandaria um tempo.

A técnica me informou que, como resposta, estava sendo analisado o reconhecimento da região do Passo dos Negros, às margens do Canal São Gonçalo, em Paisagem Cultural. Tentando entender quais as características do lugar poderiam estar dentro de uma chancela de paisagem cultural, perguntei qual a justificativa para tal atribuição. Foi então que me indicaram os bens imóveis, a Ponte dos Dois Arcos, o Engenho Pedro Osório e, também, o corredor das tropas. Tentei, então, entender como a comunidade e os elementos naturais como o Canal e a figueira estavam sendo percebidos nesse processo. Os elementos naturais nem foram atribuídos como elementos de relação com a paisagem cultural. A respeito dos moradores e moradoras apenas foi-me dito que "*se eles não impactarem o patrimônio, poderão permanecer no lugar*". O que já apontou para uma compreensão de patrimônio que não considera as pessoas.

A partir dessa experiência decidi pesquisar e entender mais a respeito do conceito e das experiências relacionadas às chancelas de paisagem cultural. Não para respaldar a tentativa de atribuição da região do Passo dos Negros como tal. Mas sim uma tentativa de entender o estado da arte sobre o tema em contexto nacional. Transformar o lugar em paisagem cultural passa por instrumentalizar diretrizes para frear o avanço desses empreendimentos e dos impactos que eles

estão causando e já causam no local. Um exemplo são as alterações na revisão de 2018 do Plano Diretor Municipal, com mudanças nas áreas de preservação ambiental. Houve mudanças também no aspecto da preservação do patrimônio, com a inserção de um “Foco de Especial Interesse Cultural” na Ponte dos Dois Arcos, mas apenas após a denúncia ao Ministério Público sobre a situação do patrimônio cultural existente no Passo dos Negros.

Analisar os desafios e limitações da aplicação do conceito de paisagem cultural é um dos desafios desse estudo. Os conflitos de aplicação estão ligadas, por vezes, aos/às próprios/as habitantes do lugar que não são considerados em processos de patrimonialização e, muitas vezes, apenas narrativas e temporalidades específicas do passado são valorizadas, sem entender e considerar os desafios contemporâneos que demonstram paisagens dinâmicas e que se transformam ao longo do tempo o que, talvez, seja o maior desafio para a aplicação do conceito.

Para isso, é importante um entendimento das dinâmicas e conflitos atuais pelas narrativas da própria comunidade, somadas à análise de documentos e mapas que contam como a área vem sendo transformada ao longo do tempo, aos debates propostos e evidenciados pelas pessoas que lutam por sua preservação, e ações do poder público, através de análise dos Planos Diretores da cidade. As diferentes ações ou não ações do poder público local na construção de políticas públicas de moradia, infraestrutura e preservação do patrimônio existente no Passo dos Negros, revelam sua invisibilidade ao longo do tempo (CRUZ, 2020). Partindo dessa experiência, minha intenção é aproximar a Arquitetura e Urbanismo da Antropologia e entender o espaço e suas transformações através de seus elementos arquitetônicos, urbanos e naturais da paisagem e suas relações com habitantes do lugar, a partir de suas narrativas.

A pesquisa analisou a paisagem na região do Passo dos Negros, em Pelotas, e como ela é encarada pela gestão municipal e instrumentos de planejamento urbano e de preservação. Essa paisagem alterou-se pelas grandes transformações econômicas e sociais, desde a fundação da cidade. A paisagem urbana da região do Passo dos Negros, à margem do Canal, fez parte daquela estrutura socioeconômica. Assim, com o conceito de paisagem cultural e seus desdobramentos, foram analisadas as transformações da paisagem urbana que tem o Engenho Pedro Osório, no Passo dos Negros, como um “fato urbano” (ROSSI, 1985), permanência fundamental. Entretanto, outros encontros se fizeram

necessário para esse trabalho, como já foi visto. Para o entendimento da formação espacial do Passo dos Negros, através das análises bibliográficas, de mapas, plantas, desenhos, fotos, documentos e as narrativas.

Primeiramente foi realizada a escolha do objeto de estudo para então iniciar o levantamento bibliográfico sobre o tema de autores que trabalham com os temas de Cultura, Etnografia, Paisagem e Paisagem Cultural. Também referências relacionadas à área de estudo, o Passo dos Negros, em Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Ponto de partida desse estudo, o levantamento em acervos teve como característica a busca de materiais, dados e histórico do lugar para dar suporte às saídas de campo etnográficas, juntamente com o grupo do GEEUR da UFPel. Foram consultados arquivos do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, onde foi possível buscar mapas históricos da formação da área do Passo dos Negros, assim como referências bibliográficas e trabalhos acadêmicos relacionados também ao Engenho Pedro Osório, com histórico e plantas da edificação.

Também foram consultados acervos do Núcleo de Documentação Histórica do curso de História da UFPel, do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, da Secretaria de Cultura de Pelotas, inventário Engenho Pedro Osório - Ficha do bem de interesse cultural e também da Ponte dos Dois Arcos, Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, documentos, ofícios, mapas cadastrais, mapas temáticos e plantas sobre o Plano Diretor da cidade atualizado, bem como na Bibliotheca Pública Pelotense, com pesquisa em acervos de jornal.

Para entender melhor o lugar do Passo dos Negros na contemporaneidade, foi desenvolvida uma descrição etnográfica a partir da observação participante, juntamente com o Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos - GEEUR, do Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com a proposta de trabalhar com etnografias coletivas de antropólogas(os) em formação da graduação e Pós-graduação. E também a partir da contribuição da disciplina *Cidades e Suas Margens: Trajetos, Percursos e Mapas* do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPel. O viver na cidade carrega muitas historicidades e saberes, o que permite pensá-la em muitas transformações. A paisagem urbana é heterogênea, pois conseguimos ver temporalidades na

materialidade, assim como perceber as maneiras de ver os valores e sentimentos dos indivíduos que ali estão (ALFONSO; RIETH, 2016).

Com algum conhecimento prévio da área de estudo, iniciei as saídas de campo com o grupo da disciplina para o entendimento da dinâmica do lugar. Em relação ao trabalho de campo, a etnografia, enquanto modo de fazer, busca destacar as narrativas dos/as interlocutores/as, moradores/as do Passo dos Negros, principais interessados/as no assunto, através do trabalho de campo, rodas de conversas na comunidade, exposições itinerantes na Semana do Patrimônio e em outros eventos, apresentações de trabalhos sobre o tema, programas de rádio, em audiências públicas e outros espaços que as/os interlocutoras/es solicitam a presença das/os pesquisadoras/es. O trabalho de extensão é feito em conjunto por uma equipe que reúne várias áreas em uma perspectiva multidisciplinar.

Ao iniciar um trabalho de campo, a pesquisadora deve entender que estará sempre com o olhar de pesquisadora, mesmo nos momentos informais. As narrativas apresentadas pelos/as interlocutores/as são construídas e mudam de acordo com as relações e dinâmicas dos conflitos entre as diferentes comunidades.

A construção desse ensaio etnográfico é coletivo, com a intenção de representar o que nos afeta e que para nós não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação (PEIRANO, 2014), na intenção de sair da zona de conforto da escrita antropológica e não ver a etnografia apenas como método. Michel Agier (2011) indica dois critérios para fazerem parte dessa construção etnográfica: o primeiro é uma diferença de escala, pois os conhecimentos produzidos pela/o antropóloga/o estão ancorados no nível microssocial. O conhecimento de campo é parcial e só abrange a totalidade urbana através de procedimentos de análise.

Atenta para o processo de invisibilidade e marcas de distinção que se mostram no Passo dos Negros, a proposta é mostrar como a cidade se reinventa nesses espaços e, por meio das narrativas, se percebe outra maneira de ver e fazer cidade. Outra disciplina que contribuiu para o processo de desenvolvimento da pesquisa foi o *Projeto de Ensino Cultura e Patrimônio: Debates de Temas e Conceitos e Transposição de Saberes*, cursada no semestre alternativo oferecido pelo PROGRAU no primeiro semestre de 2020, durante a pandemia da COVID-19. A proposta do projeto final da disciplina foi de criar um roteiro virtual para a própria comunidade do Passo dos Negros e atender um pedido deles, descrevendo a

importância daquele lugar a partir das histórias que foram construídas e narradas junto com a comunidade, partindo de um trabalho em colaboração com a equipe do GEEUR que resultou numa exposição virtual no evento do Dia do Patrimônio da cidade de Pelotas. A cidade de Michel Agier é relacional e situacional e parte dos lugares e dos cidadãos, que produzem movimentos e dinâmicas socioculturais específicas e originais. É a cidade em processo, viva e que independente da sua materialidade, de sua história, de sua precariedade, está na base de uma antropologia urbana mais preocupada em entender o que esses ambientes urbanos produzem de novo do que inventariar o que vai desaparecendo, como a antropologia conservadora faz (AGIER, 2011).

Uma representação que busca o homogêneo tolhe as capacidades analíticas da complexa vida social espacializada pelos sujeitos do agir cotidiano. O Passo dos Negros, do ponto de vista aqui adotado, deve ser analisado a partir de seus praticantes e do complexo entrecruzar movimentado que dão ao seu fazer-cidade. Dessa forma, a alternativa encontrada foi a de construir uma representação visual do Passo dos Negros cujo objetivo seja evocar o espaço vivido, movimentado, heterogêneo, acionando, ao mesmo tempo, narrativas, teoria e imagens.

Para um maior entendimento de como a Prefeitura Municipal está compreendendo aquele lugar através dos Planos Diretores e de como aplica diretrizes para áreas de preservação cultural, ambiental, interesse social, foram desenvolvidas análises do Primeiro Plano Diretor Municipal, de 1967, do Segundo Plano Diretor Municipal, de 1980 e do Terceiro Plano Diretor Municipal de 2008, bem como sua revisão de 2018.

A estrutura deste trabalho divide-se em cinco capítulos. No primeiro é realizada uma revisão teórica e organiza-se a base bibliográfica do trabalho sobre os conceitos de cultura, etnografia, patrimônio cultural e paisagem. No segundo capítulo se aborda a ocupação do Passo dos Negros e sua história, com pesquisa em bibliografia que trata sobre o assunto, tecendo essa história juntamente com narrativas dos/as moradores/as que narram histórias do Passo dos Negros ao longo do tempo. Os mapas antigos, pesquisados em acervos, do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), Núcleo de Documentação Histórica (NDH), do Grupo de Estudos Etnográfico Urbanos (GEEUR), todos da UFPEL, Instituto Histórico e geográfico de Pelotas e acervo do pesquisador Guilherme Almeida, também auxiliam no entendimento de como o espaço foi ocupado.

O terceiro capítulo propõe uma análise dos Planos Diretores da cidade e procura evidenciar como as políticas de preservação do patrimônio estão pautadas em discursos hegemônicos, respaldados pela ciência ocidental. Entender os debates sobre o Plano Diretor se faz muito importante porque nos mostra como estão pensando a cidade a construindo virtualmente (AGIER, 2015) e como a cidade encara a região do Passo dos Negros dentro das diretrizes do Plano Diretor.

O quarto capítulo procura analisar a paisagem do Passo dos Negros e suas transformações a partir das diferentes perspectivas e abordagens de planejamento urbano das cidades que estão diretamente ligadas às escolhas das políticas públicas adotadas, por isso a importância de entender os planos diretores para compreensão dessas transformações ao longo de diversas temporalidades. O quinto capítulo apresenta os diferentes grupos que habitam o Passo dos Negros, suas dinâmicas e conflitos.

## 2 Outra maneira de ver e fazer cidade

Os processos ao longo das diversas temporalidades sobrepostas na paisagem do Passo dos Negros ganham novas dimensões se analisados aproximando as perspectivas Antropológica, Arqueológica e da Arquitetura e Urbanismo. Perceber a paisagem para além de algo pictórico e estético, percorrendo um caminho pela malha das relações sociais e de poder da cidade pode proporcionar um olhar mais pragmático e menos técnico para nós arquitetos/as, como afirma Lefebvre (2016). Precisamos entender que, no que diz respeito à cidade, o objeto da ciência não está determinado e os problemas não podem ser abreviados somente a questões espaciais, menos ainda à prancheta de um/a arquiteto/a (LEFEBVRE, 2016).

Um novo olhar da História surgiu centrado no imaginário e no poder, sobre o simbolismo dos ritos e imagens produzidas, a partir da narrativa influenciada pela Antropologia, que trabalha com o individual e o coletivo, onde a análise se junta à descrição e se registra a descoberta de novos temas (PESAVENTO, 2008). É pautada nesta contribuição da Antropologia para a História que o presente trabalho faz uma aproximação da Arquitetura com a Antropologia. A proposta, então, é escrever a história do Passo dos Negros, para assim entender os elementos que configuram a paisagem e a dinâmica desse espaço da cidade, considerando as diferentes representações e imagens criadas por diferentes grupos sobre a localidade.

Para efetivar esse encontro entre a Arquitetura e Urbanismo com a Antropologia, as sensibilidades dão acesso ao passado, na reconfiguração de temporalidades (PESAVENTO, 2008), e trazem elementos interessantes para se entender os processos de inclusão e exclusão sociais, a seleção de referências culturais e temporalidades efetivadas por grupos que estão no poder e as contranarrativas das comunidades em processos de exclusão (ALFONSO; RIETH, 2016).

Segundo Roy Wagner (2010), estas compreensões possíveis se dão na relação entre pesquisadores/as e comunidades em um contexto. O resultado desse processo de negociação é uma outra narrativa construída nessa articulação que

transforma todas/os as/os envolvidas/os. Sandra Pesavento (2008) cita as reflexões de Ricouer sobre a compreensão de uma trama da narrativa. O autor trabalha com imaginário, com a invenção da narrativa, que é construída, mas com criatividade como reconfiguração de uma experiência temporal para reconstruir o passado, situado nem no passado do acontecido, nem no presente da escritura. Veena Das (2011) nos traz uma reflexão sobre o contexto das narrativas, onde o/a narrador/a, ao narrar a história do passado a partir do presente, traz os elementos do passado incorporados na estrutura temporal das relações do presente (DAS, 2011).

Outro conceito caro à Antropologia que nos ajuda a compreender o contexto em apreço é o conceito antropológico de cultura. Este não apenas embasa nosso olhar para as comunidades e a relação destas com o contexto, entre os diferentes grupos e coisas, mas também foi o responsável pela ampliação do conceito de patrimônio com o qual esta dissertação dialoga. Roy Wagner, no livro *A Invenção da Cultura* (2010), nos mostra como a cultura tornou-se uma forma de falar sobre o ser humano e sobre casos particulares deste quando visto sob uma determinada perspectiva. Porém, a palavra "cultura" possui outras conotações e ambiguidades, o que é necessário compreender para desenvolver essa reconfiguração espacial. Dentre estas, o fato de que pertencermos a uma cultura (objetividade relativa), mas ainda devemos supor que todas as culturas são equivalentes (relativismo cultural). Segundo o autor, o/a antropólogo/a é obrigado/a a incluir a si mesmo e seu próprio modo de vida em seu objeto de estudo e investigar a si mesmo/a, usando sua própria cultura para estudar outras e para estudar a cultura em geral (WAGNER, 2010). Pode-se então pensar a cultura como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões de mundo existentes em uma sociedade (VELHO, 2006).

Essa compreensão da cultura gera uma qualificação dos objetivos e do ponto de vista antropológico como cientista, precisando renunciar à pretensão racionalista da objetividade absoluta em favor de uma objetividade relativa, com uma visão imparcial, quando necessário. Não pensar o patrimônio só pela materialidade, mas sim também pela imaterialidade. Ambos os aspectos (materialidade e imaterialidade) são indissociáveis. Por isso consideramos que além da análise espacial, a observação participante se faz importante para um maior entendimento de um contexto.

Partindo dessas premissas, ao analisar uma paisagem, o olhar pode ser transformado já que o entendimento em torno do conceito “paisagem” por muito tempo esteve ligado ao meio ambiente físico, natural e como uma prática pictórica. Sua esfera se ampliou e hoje nos deparamos com um conceito que se desdobra em definições das mais diversas áreas de estudo, como nos estudos da geografia, da arqueologia, arquitetura e urbanismo, paisagismo, história, filosofia e estética. Anne Cauquelin (2007) estuda como a paisagem foi idealizada e (re)produzida com o objetivo de uma prática pictórica e sugere uma nova forma de pensar. Hoje consideramos que esta compreensão de paisagem era em si um cenário ligado à natureza que não está para ser vista, mas sim analisada. Os dados dos sentidos só nos ofereciam informações sobre a sua aparência pictórica.

Estudar uma paisagem vai além da cidade, se estende às paisagens rurais, naturais e não encontra limites entre esses territórios. Esse universo passa por uma ampliação de suas esferas, compreendendo noções, por exemplo: de meio ambiente, assim como novas tecnologias propõem versões perceptuais inéditas de paisagens “outras” (CAUQUELIN, 2007). A preocupação ecológica se torna uma palavra chave no interesse da paisagem. Paisagens consideradas impactadas, poluídas e desoladas, acarretam inquietudes que embasam políticas de embelezamento e limpeza, que se estendem às assepsias das práticas urbanas. Ar puro e saúde rimam com natureza verde e acarretam certas responsabilidades aos paisagistas e às novas abordagens de teorias do urbanismo das grandes construtoras e bairros planejados, introduzidos dentro de um tecido urbano existente. Essa limpeza da paisagem permeia os diversos projetos, contextos e envolve diferentes profissionais, como: administradores/as de espaços públicos, agrônomos/as, economistas, que acabam pensando estes contextos, na maioria das vezes, de forma fragmentada e como elementos isolados, sem entender essa complexidade que configura as paisagens, as colocando em segundo plano como se estas se tratassem de um esteticismo inútil (CAUQUELIN, 2007).

Outras áreas e autores/as apresentam aspectos específicos de paisagens, considerando paisagem natural, paisagem rural, paisagem urbana, paisagem industrial, paisagem virtual, paisagem cultural, entre outras abordagens. Para Tim Ingold (2005), a temporalidade da paisagem é o foco de estudos da arqueologia e da antropologia de forma a entender a capacidade de mover-se em oposição a essa visão estéril, que se constrói entre a visão naturalista da paisagem e a visão cultural

de que cada paisagem é uma ordenação cognitiva ou simbólica do espaço. O autor propõe pensar a paisagem a partir de uma "perspectiva residencial", como um registro duradouro das vidas e gerações passadas que tem morado nelas e tem deixado lá alguma coisa (INGOLD, 2005).

Ainda pela perspectiva da arqueologia, podemos destacar os estudos do arqueólogo Andreas Zarankin (2012) que visa entender as transformações da paisagem a partir de uma análise da cultura material, de forma a reinterpretar os processos de formação do ambiente urbano dentro de uma ótica da arqueologia da arquitetura. Para o autor, a arquitetura possui intenções e conotações ideológicas. Portanto, analisar a arquitetura e seu contexto histórico, social e simbólico (ZARANKIN, 2001) é importante para entender essas dinâmicas.

É importante perceber que existem intencionalidades no entorno das edificações e no espaço urbano, que desenrola suas vidas cotidianas e seus dispositivos de poder, o que pode ser algo perigoso para o controle do sistema. Zarankin lança mão de abordagens reducionistas, que veem a arquitetura apenas de forma funcionalista e utilitarista, nublando a relação entre esta e a sociedade da qual faz parte.

O autor entende a arquitetura a partir de um conceito plural e heterogêneo e que deve ser entendida como um produto cultural, condicionando sua interpretação ao contexto social ao qual pertence e que possui mensagens e discursos representados na arquitetura por uma linguagem não-verbal (2001). Os prédios são objetos sociais carregados de valores e sentidos próprios de cada sociedade e são ativos na formação das pessoas. A arquitetura denota uma ideologia e possui a particularidade de transformá-la em "real" (material) e transmitir seus valores e significados por meio de um discurso material. Sendo uma comunicação não-verbal, podem ser lidos. A arquitetura cria limites artificiais onde o corpo é disciplinado. Ela é como uma tecnologia de poder e influencia as dinâmicas da paisagem. Considerando estes elementos enquanto articulados, se muda um lado, muda o outro também (ZARANKIN, 2001).

A intencionalidade da arquitetura está presente nas análises de Foucault (2014) relacionadas a essa intencionalidade quase imperceptível de formar indivíduos disciplinados e úteis, sendo que a arquitetura pode ser utilizada como um meio efetivo para controlar. Esse controle da arquitetura capitalista vem da forma particular de construir, organizar, classificar, ordenar e hierarquizar o espaço cultural,

de materializar em estruturas físicas as relações sociais, se transformando, assim, numa tecnologia do poder que contribui para reproduzir a ordem social existente (ZARANKIN, 2001).

Também para Lefebvre, o espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política: sempre foi político e estratégico. Até pode parecer puramente formal, mas não é, por ter sido ocupado e usado e por ter sido foco de processos passados cujos vestígios nem sempre aparecem na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico e tem sido produzido pela sociedade a partir de forças políticas e econômicas que se organizam e reproduzem relações abstratas no intuito de homogeneizar e normatizar o espaço (LEFEBVRE, 2000).

Quando ligada ao conceito de patrimônio, a paisagem se desdobra em um novo conceito, sendo entendida a partir da relação das pessoas com o meio em que vivem. Esse desdobramento se deve a uma ampliação no entendimento do conceito de patrimônio em si, reflexão e novos olhares trazidos por campos de estudos relacionados à antropologia cultural. Assim, é importante, antes de entender o conceito de paisagem cultural, entender essas novas abordagens de estudos da paisagem e do patrimônio.

Em 1992, pela primeira vez, a UNESCO abordou a dimensão material e imaterial relacionada com a paisagem e as maneiras tradicionais de viver a cidade (CASTRIOTA, 2013). Foi durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que foi proposto o conceito de Paisagem Cultural, de forma a se afastar da compreensão de paisagem de forma estanque, que reforçava dicotomias clássicas dos estudos patrimoniais como natureza/cultura, material/imaterial, rural/urbano, dentre outras. A UNESCO, pela primeira vez, abordou as dimensões materiais e imateriais articuladas, reforçando que paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e das pessoas e ilustram as transformações da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais (BRASIL, 2009).

Segundo o sentido definido pela UNESCO, o valor atribuído a um sítio privilegia as interações entre cultura e natureza e os componentes materiais e imateriais. Além dos estudos da área relacionada ao meio natural, a abordagem da

paisagem cultural está muito relacionada ao estudo do espaço rural. Entre as paisagens inscritas na lista de paisagem cultural da UNESCO estão presentes diversas relacionadas às atividades rurais, como os terraços de arroz das cordilheiras filipinas (1995), as plantações de café no mar Báltico, entre outras. Todas relacionadas ao seu "excepcional valor universal" (SANTILLI, 2011).

Ainda na tentativa de uma delimitação de conceito, a definição de paisagem cultural abarca uma diversidade de manifestações relacionadas a tipos de interações. Porém sua delimitação ainda é um tanto indefinida, o que leva a controvérsias e a certo desconhecimento por parte de estudiosos/as (CASTRIOTA, 2013).

No Brasil, são exemplos da Paisagem Cultural as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica. A paisagem do Rio de Janeiro foi a primeira chancela de paisagem cultural urbana reconhecida pela UNESCO desde 2012, título de paisagem cultural urbana declarada Patrimônio Mundial, conferido de forma inédita pela UNESCO.

Entretanto, os núcleos rurais de imigração alemã de Rio da Luz, no município de Pomerode, e Testo Alto, no município de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, são exemplos de tentativa de aplicação da chamada "chancela" da Paisagem Cultural do IPHAN (HEIDTMANN, 2014). Conceito criado para adaptar a aplicação do reconhecimento das paisagens culturais brasileiras e foi regulado pela Portaria Iphan nº 127, de 30 de abril de 2009 que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira - porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (BRASIL, 2009). Após ser reconhecido como patrimônio cultural, um sítio precisa seguir algumas diretrizes, como desenvolver um Plano de Gestão e estabelecer um pacto entre poder público, sociedade civil e a iniciativa privada, para uma gestão compartilhada daquela porção do território nacional. Caso os integrantes não cumpram as determinações — e se as características da paisagem forem degradadas ou perdidas — o órgão responsável, no caso o IPHAN, poderá cancelar a chancela (BRASIL, 2009).

As características que levaram a região a ganhar o título de paisagem cultural estão diretamente ligadas às circunstâncias históricas que influenciaram a identidade de muitos habitantes do Vale do Itajaí e o traço da ocupação no espaço

rural, presente até hoje (HEIDTMANN, 2013). Jaraguá do Sul e Pomerode possuem forte expressão cultural alemã. Os remanescentes arquitetônicos e paisagísticos dos imigrantes que ocuparam regiões de Santa Catarina possuem excepcionais paisagens rurais, caracterizadas por pequenas propriedades com edificações construídas em enxaimel e tijolos aparentes e ranchos de madeira, com base na mão de obra familiar.

Essas peculiaridades resultaram em inventários dos Roteiros Nacionais de Imigração com tombamentos de edificações com um recorte de propriedades rurais localizadas entre as duas localidades. No dossiê de tombamento também foi indicado o reconhecimento como paisagem cultural. A ocupação das propriedades rurais configura um tipo de urbanismo disperso e linear ao longo das estradas entre as duas localidades. Essas características físico-espaciais, materiais e imateriais, aliadas ao dialeto alemão, conferem às propriedades rurais de Testo Alto e Rio da Luz, o reconhecimento por meio da chancela de paisagem cultural, que foi efetivada pelo conselho consultivo do Iphan em 2011 por se tratar de um dos núcleos rurais de colonização alemã mais preservados de Santa Catarina (HEIDTMANN, 2013).

A pressão imobiliária em Jaraguá do Sul, devido à industrialização, levou a destruição de uma parcela considerável do seu acervo histórico. A urbanização acelerada da cidade acaba desconfigurando o caráter rural da cidade. Na década de 1990, a preocupação com o planejamento urbano fez com que a gestão municipal criasse um Plano Diretor. Aplicada muitas vezes como solução alternativa aos conflitos de interesses nas cidades, a chancela de Paisagem Cultural para a região trouxe polêmicas e outros tipos de conflitos para os moradores que vivem e que tentam se adaptar às novas pressões do mercado imobiliário.

Assim, estas chancelas trazem uma gama de complicações e não foram efetivadas, pois a paisagem precisa ser entendida como uma integração entre a dimensão espacial com a temporalidade e as transformações das práticas sociais e culturais. Mais além que o pictórico, ou apenas espacial, a paisagem envolve as relações sociais e de poder que estão dentro da lógica da gestão do espaço das cidades, como os interesses do mercado imobiliário e o cotidiano das comunidades que habitam o lugar. A paisagem é dinâmica e a chancela da paisagem cultural nem sempre dá conta das múltiplas dinâmicas culturais existentes. Algumas questões surgem relacionadas ao reconhecimento de uma paisagem cultural: O que pode fazer com que uma região seja reconhecida enquanto uma paisagem cultural? O que

a faz singular e excepcional em relação às outras? Quais são os benefícios para a preservação e conservação do lugar? O Passo dos Negros caberia nessa chancela? Isso impactaria na vida de moradores/as?

### **3 Tudo ali é Passo dos Negros**

#### **3.1 A Pelotas do barro e sangue**

A paisagem construída nas terras do Monte Bonito, no final da Serra do Mar, foi a partir das atividades da produção charqueadora escravista. A Arquiteta e Historiadora Ester Gutierrez desenvolveu um denso estudo sobre o sítio charqueador e a origem da cidade de Pelotas<sup>3</sup>. Ela conta que os poteiros de algumas charqueadas, localizadas às margens do canal São Gonçalo, deram origem à Freguesia São Francisco de Paula, o que é hoje a cidade de Pelotas. Em um ambiente fétido e pestilento, o charque, para se transformar em produto, resultava em um ambiente macabro, rios de sangue (GUTIERREZ, 2017). E as pessoas escravizadas trabalhavam nesse ambiente, na safra de novembro a maio e nos outros meses trabalhavam nas olarias existentes junto às charqueadas, produzindo o tijolo que construía os prédios da cidade.

A cidade de Pelotas teve origem na construção do Rio Grande do Sul desde o século XVIII por portugueses e espanhóis. Morfologicamente, insere-se na região do Escudo Sul-riograndense, nas elevações da Serra do Sudeste, na Serra da Buena, que corresponde à sua zona rural e parte na unidade geomorfológica da Planície Costeira, onde se situa a sua área urbana. O sítio urbano localizado na região de planície é extremamente baixo e plano, sujeito a inundações (OLIVEIRA, 2012).

Anteriormente à ocupação europeia, a região teve uma forte presença indígena nas margens da laguna dos Patos e ao longo da várzea do canal São Gonçalo, onde encontram-se sítios arqueológicos que se configuram por serem aterros construídos predominantemente com terra e diferentes tipos de vestígios de cultura material, chamados de cerritos, que são área de sepultamento, demarcadores territoriais, áreas de descarte, acampamentos de pesca e plataformas arquitetônicas erguidas para a habitação em áreas alagadiças. Entre os municípios de Pelotas e Capão do Leão já foram mapeados vinte e seis cerritos relacionados a ocupações indígenas Charrua-Minuano (MILHEIRA, 2014).

Também há registros da presença de acampamentos dos grupos Guarani na

---

<sup>3</sup> A Professora aposentada do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, em uma palestra realizada em 26/06/2017 para o curso de Antropologia da UFPel, relata algumas conclusões de seus estudos e pesquisas realizadas. Fonte: Acervo GEEUR.



A região foi ocupada por europeus, paulistas, nordestinos, indígenas e negros devido à grande quantidade de gado existente nos campos Neutrais e se transformaria no maior centro charqueador escravista sulino da Colônia e do Império. Nas últimas duas décadas do século XVIII, iniciou-se a implantação do polo charqueador escravista pelotense, que agrupava uma série de estâncias de criação de gado e produção de carne salgada, chamadas de charqueadas, ao longo de seus canais navegáveis. Elas se baseavam no modo de produção escravista e tiveram origem com as doações de sesmarias de campo a militares de carreira, a lideranças de grupos armados e alguns religiosos, e eram delimitadas pelos acessos fluviais de cinco arroios que chegavam na margem norte do canal São Gonçalo. Em 1781, começou a já segunda divisão de doação das sobras da Estância do Monte Bonito, às margens do Arroio Pelotas e Canal São Gonçalo (Figura 7).

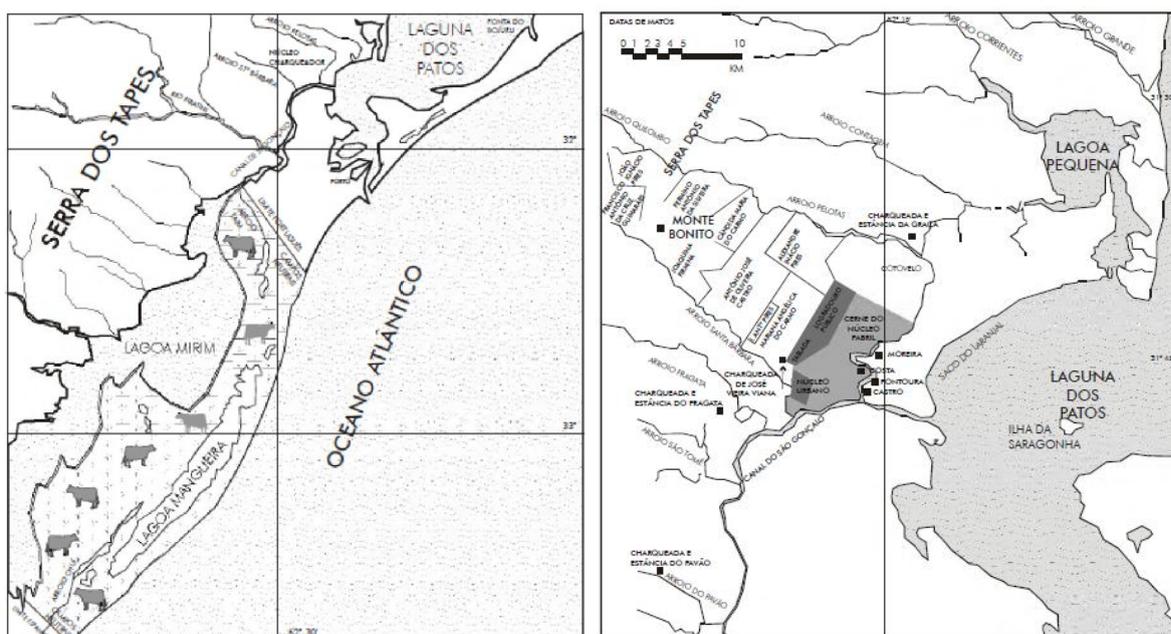


Figura 7 - Campos Neutrais e divisão de terras da Estância do Monte Bonito com a Localização das datas de matos, arroio Quilombo, charqueadas, Passo dos Negros, cidade, tablada, logradouro público.

Fonte: GUTIERREZ, 2001.

Essas sesmarias transformaram-se em um conjunto formado por estâncias, charqueadas e olarias (GUTIERREZ, 2004). A produção do charque entre o século XVIII e o século XIX proporcionou a formação urbana da cidade e seu desenvolvimento econômico, com uma íntima associação entre trabalho escravizado/charqueada (MAESTRI, 2010). A sesmaria do Monte Bonito contou com cerca de trinta estabelecimentos charqueadores, que não podem ser compreendidos

isoladamente pois estavam articulados, um influenciava o outro. Na entressafra, a construção civil era uma produção de apoio à produção charqueadora e uma alternativa para os períodos de entressafra, retração do mercado consumidor ou de adversidades meteorológicas.

No mapa abaixo (Figura 8) podemos identificar nas terras as Sesmarias do Monte Bonito, ou seja, a divisão das charqueadas, ou data. Em 1781, foram doadas 19 datas de terras localizadas na margem norte do canal São Gonçalo e à direita do arroio Pelotas de faixas de mais ou menos 770X4136m. Após, dividiram-se em quase 30 charqueadas contíguas, configuradas pelos terrenos ribeirinhos doados pela cidade, pelo Logradouro Público, pelo Passo dos Negros e pelas datas de matos, na serra dos Tapes (GUTIERREZ, 2001).



1812 e pelo Edital Eclesiástico de 18 de agosto do mesmo ano foi elevada para a categoria de freguesia, tendo início a construção de sua capela em 1813, erguida em dedicação a São Francisco de Paula.

A Tablada, lugar onde era comercializado o gado, impulsionou o crescimento desse núcleo urbano que se formava. Neste local, exportava-se o charque, couro, graxa e outros produtos que atendessem a esse comércio. Importava-se o sal e as pessoas escravizadas. A Tablada e o Logradouro Público foram estabelecidos em 1825 e apenas teve a sua medição realizada em 1851. Com grande extensão, para os estabelecimentos que não eram contíguos à Tablada, existia uma estrada ensaibrada, por mandato da Câmara, na parte central do lado leste, que dava saída ao gado para os saladeiros do São Gonçalo e Pelotas (GUTIERREZ, 2001).

Em 1832 a cidade mudou de categoria: de Freguesia de São Francisco de Paula para Vila. A instalação do município se deu em 7 de abril de 1832 iniciando a segunda fase administrativa. Em 1835, foi elevada à categoria de cidade, logo após a expansão do tecido urbano da cidade, com o segundo loteamento em 1834 (OLIVEIRA, 2012), onde as construções urbanas cresciam em direção ao canal de São Gonçalo.

Nos anos de 1870, a retícula da cidade ocupou em direção às várzeas do canal São Gonçalo até a boca do arroio Pepino. Já no início do século XX, os terrenos próximos ao arroio Pepino foram comprados pela municipalidade para assentar as instalações do Asseio Público (GUTIERREZ, 2004), na antiga Charqueada Valladares, nas margens do Canal São Gonçalo, cujo serviço estava diretamente relacionado à salubridade urbana, ou seja, descartes das matérias fecais da cidade em cubos metálicos anteriormente despejados em vias públicas, nos quintais ou terrenos vazios.

A construção civil foi uma alternativa à produção charqueadora. Por todos os cantos das margens do canal São Gonçalo, e pelos arroios Santa Bárbara, estabeleceram-se olarias, vinculadas à mão-de-obra escravista africana e afrobrasileira, que consistiam em retirar o barro, moldar a argila, cozer os tijolos e telhas (GUTIERREZ, 2004). A produção do espaço urbano da cidade, com sua arquitetura residencial característica e parcelamento do solo do tipo regular, também foi produzida em grande parte por mão-de-obra escravizada, com forte relação com a atividade saladeril. Para Moura,



regras e os modelos revividos da Antiguidade e executadas pelo escravismo moderno. Mesclados através da simultaneidade das redescobertas do classicismo e da América, a cidade intitulava-se a "Atenas Riograndense". Estavam economicamente vinculados à produção escravista das carnes salgadas e culturalmente fundamentados nas composições e nas analogias baseadas na antiga "tradição" (GUTIERREZ, 2004).

O cenário construído para essa cidade "nobre" é o cenário que quer ser lembrado pelas narrativas oficiais. Casarões ornamentados, praças, ruas alinhadas, asseadas, tudo que lembre essa tradição europeia está na marca da cidade. Já a cidade marginal, ligada à esse passado de escravidão e de exploração, está sendo esquecida ao longo do tempo. Mostraremos mais adiante como estas compreensões de margens e centro são fluidas e se transformam em diferentes temporalidades, como propõe Agier (2015), pois estão em constante relação e negociação, onde as áreas marginais da cidade eram situadas na beira das águas e atualmente essa área está se tornando uma nova centralidade.

### 3.2 “Eu moro na beira do patrimônio”

*“Meu amigo, o senhor acredita em raiz? Raiz das pessoas que vem de geração em geração? Isso aqui foi feito pelos nossos tataravôs nos tempos da escravidão” (GEEUR, 2016)*

A região do Passo dos Negros era o local de passagem do gado que vinha dos Campos Neutrais, caminho entre as barras do arroio Chuí e do Rio Grande (OLIVEIRA, 2012). Serviu como um ponto de entreposto comercial de cobrança de taxas no período do charque, criando uma espécie de praça de pedágio em 1803 (ROCHA, 2016).

Sua localização estratégica entre dois cursos d'água, o Canal São Gonçalo e o Arroio Pelotas, favoreceu o escoamento do charque e produtos derivados produzidos às margens do Arroio Pelotas e Santa Bárbara, onde a intensa passagem de gado percorria o caminho das tropas, ligando o Canal à Tablada (Figura 10), ponto onde eram vendidos os gados. O Canal São Gonçalo tem 76 km de extensão e conecta as lagoas Mirim e dos Patos. Era inicialmente chamado de Passo Rico e servia como ponto de fiscalização e de comercialização de escravos.

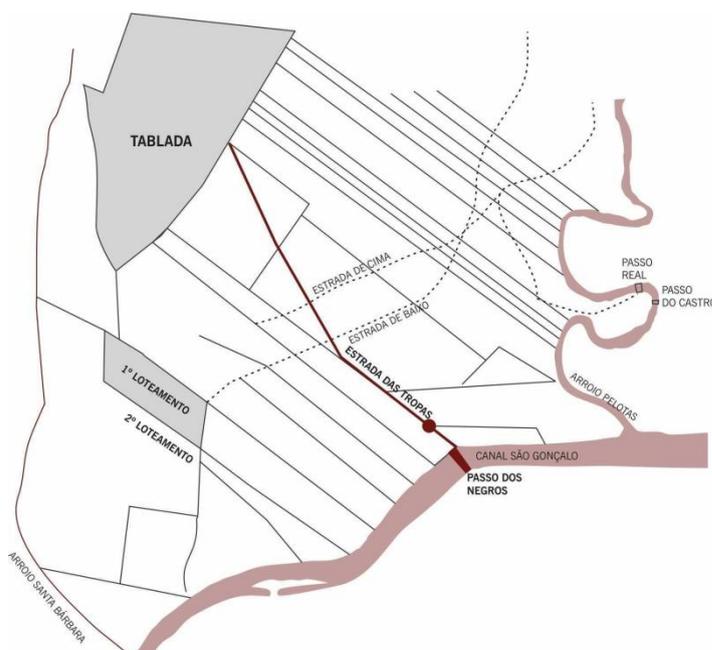


Figura 10 – Reconstrução do Passo dos Negros.  
Fonte: Mapa base GUTIERREZ, 2001. Desenho da autora

Ester Gutierrez relata que era Passo dos Negros porque

Passo é onde se passa, um lugar mais estreito, onde se passa os animais. Primeiro se chamou Passo Rico, porque era um local de cobrança. O charque, o sebo, a graxa, o couro que era exportado, passava por aqui. Os trabalhadores escravizados e o sal que chegava, passava por aqui. Era um lugar de cobrança de impostos<sup>4</sup>.

O lugar chegou a ter um projeto de povoamento (Figura 11) com seis quarteirões, apresentado em 1820 nas terras de Manuel Soares no ainda chamado 'Passo Rico' (GUTIERREZ, 2001).

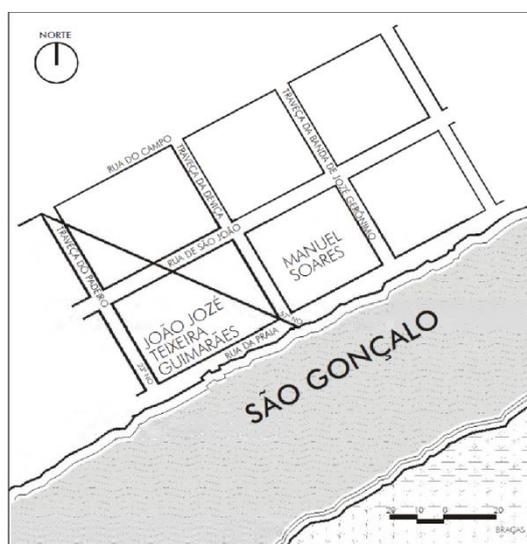


Figura 11 – Cópia reduzida da planta do Passo dos Negros, na boca do arroio Pelotas com o canal São Gonçalo. Fonte: GUTIERREZ, 2001.

Visto como um lugar insalubre e fétido, a cidade começou a ser planejada distante desse ambiente e os casarões não foram construídos nessa região, de modo a afastar-se do mau cheiro. Segundo Lopes Neto,

Devido às disparadas das tropas de gado selvagem, pelos males das enchentes também pelo desassossego das escravaturas recém vindas, a cidade veio a se formar na coxilha entre o arroio Santa Bárbara, o rio Pelotas e o canal São Gonçalo (MAGALHÃES, 2000, p. 20).

A urbanização da cidade teve um embate a respeito da localização. Venceu a proposta representada pela igreja, pelo padre Felício Joaquim da Costa, que foi

<sup>4</sup> A Professora aposentada do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, em uma palestra realizada em 26/06/2017 para o curso de Antropologia da UFPel, relata algumas conclusões de seus estudos e pesquisas realizadas. Fonte: Acervo GEEUR.

escolhido por seu tio, padre doutor Pedro Pereira, para advogar junto à Corte do Rio de Janeiro. Foi então iniciada a tramitação para que o núcleo urbano fosse implantado na área de propriedade do capitão Antônio Francisco dos Anjos. A planta urbana do primeiro loteamento (Figura 12) foi desenhada pelo piloto Maurício Inácio da Silveira, em 1815 (OLIVEIRA, 2012).

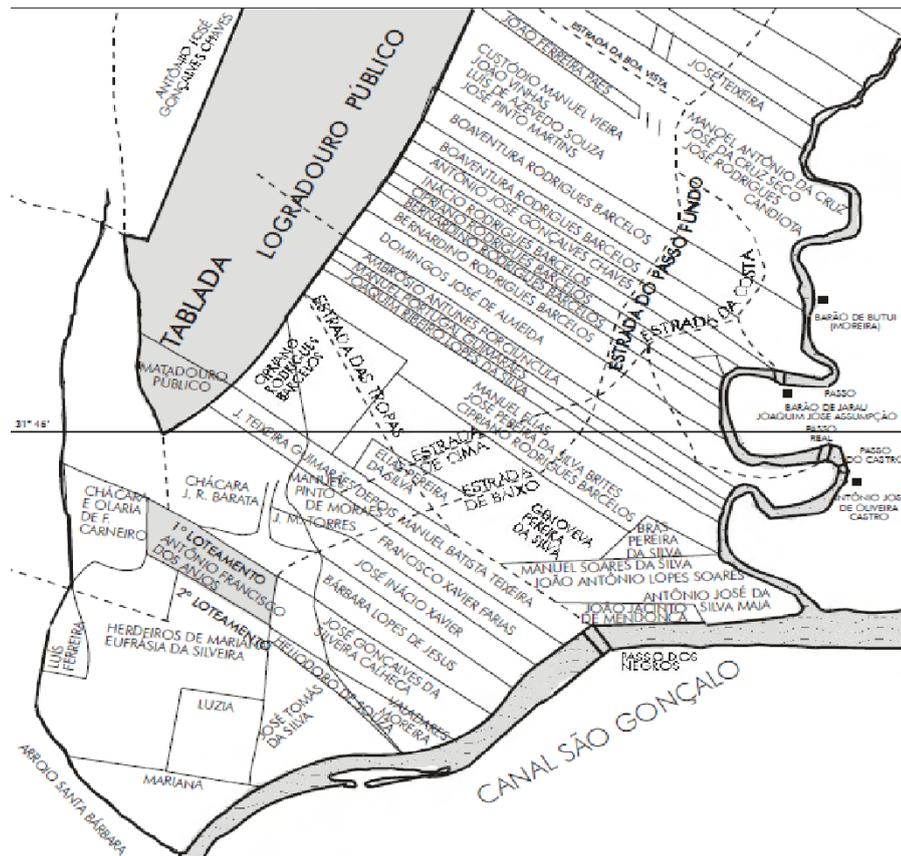


Figura 12 – Mapa com a divisão do primeiro loteamento.  
Fonte: GUTIERREZ, 2001.

Em 1854 foi construída uma ponte que persiste até hoje para a passagem do gado, localizada no Corredor das Tropas. É a única ponte remanescente construída por mão de obra escravizada e é arrolada no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, denominada Ponte dos Dois Arcos. O gado que vinha da Tablada, lugar de comercialização, vinha por essa via, que hoje é a Avenida São Francisco de Paula, e descia para a estrada do Passo dos Negros, sendo também "tocado" pelos tropeiros para as charqueadas das margens do Canal São Gonçalo e Arroio Pelotas, pela Estrada da Costa, passando pela Ponte dos Dois Arcos. A construção da ponte está registrada na Ata n.º 38 - Do Livro n.º 12, de Atas da Câmara de Vereadores de Pelotas, página 129, de 9 de janeiro de 1854 e diz o

seguinte:

Esta Câmara manda o fiscal da fazenda da cidade e o arruador examinar a estrada do Passo dos Negros no lugar onde se acha um grande tremedal e que apresentem o quanto antes um relatório indicando a quais espaços que precisam dessa ponte e a despesa que se deve fazer e que a câmara nomeie uma comissão para entender-se com o vereador Manoel Batista Filho a cerca da referida área, providenciando o terreno preciso para melhoramento da referida estrada. A ponte foi aprovada.

Na Ata de 14 de janeiro de 1854, cinco dias depois de aprovada a construção da ponte (Figura 13), foi relatado o lugar mais adequado e a solicitação de mão de obra escravizada para sua construção:

A Câmara encarregou de examinar o lugar mais adequado para a construção de uma ponte pretendida na estrada do Passo dos Negros, vem de solicitar escravos dos senhores charqueadores da margem do São Gonçalo para a obra, a fim de dar conta da estrada e dos trabalhos. Foi no lugar indicado e tratando de examinar a quem mais convinha para a construção da mesma ponte e cuidar dos baixios, ver que caminho ser preferível que é aquele perto a um açude junto do Sr. Manoel Baptista Ferreira, entendendo-se que com, no final da obra, se fará uma praça que servirá para lugar público. Terá a ponte abóbadas com 60 palmos de comprimento por 60 palmos de altura [13,20m] (Idem).



Figura 13 – Ponte dos Dois Arcos.  
Fonte: Acervo GEEUR, 2018.

Por ali também entrava a mão de obra escravizada explorada nas charqueadas, vinda do Porto de Rio Grande (Figura 14). Os/as negros/as foram utilizados/as em todo o tipo de trabalho durante o período escravocrata. Segundo Assumpção (1995), pelo estudo dos inventários pode-se considerar a mão de obra escravizada ocupando quase todas as funções nas charqueadas. Os moradores e moradoras atuais do Passo dos Negros destacam em suas lembranças o período escravocrata das charqueadas:

Por que era Passo dos Negros? Porque era lugar de zona de escravos, que eles diziam. Eu ouvi por causa que antigamente, os meus avós por parte de mãe e que eram cozinheiros do Engenho Pedro Osório, eram descendentes de escravos (GEEUR, 2016, p. 46).



Figura 14 - Cenas da vida cotidiana no Passo dos Negros .  
Fonte: Aquarela Passo dos Negros, de Jean-Baptiste Debret - 1825

Movida pelo braço escravizado, as charqueadas duraram até início do século XX e entraram em decadência com a crise final da escravidão no Brasil (MAESTRI, 2010). Entre os estabelecimentos analisados por Ester Gutierrez em sua dissertação, o número de pessoas escravizadas oscilava entre 30 e 150 nos estabelecimentos, uma média de 84 por proprietário (GUTIERREZ, 2001).

A historiadora Zênia de Léon sempre enfatizava que o Passo dos Negros foi a porta de entrada do gado oriundo dos Campos Neutrais e do negro escravizado africano. O lugar jamais perdeu esta denominação que identificou por longos anos a exploração do regime escravocrata em Pelotas (LÉON, 2016). Para a Prefeitura municipal de Pelotas, hoje com o reconhecimento da Ponte dos Dois Arcos como Ponte do Passo dos Negros, bem imóvel que também representa um marco do lugar. Os/as moradores/as do Passo dos Negros também contam histórias sobre a ponte.

As tropas vinham desciam pela Baronesa, passavam nesse pontilhão famoso que tem uma história muito grande, passava defronte as casas de muitos de nós. E tinham umas tropas que atravessavam a balsa na barca. Tinha uma barca que era só de passar o gado que vinha de Santa Vitória do Palmar (ALFONSO et al, 2017, p. 12).

Assim, a formação da cidade de Pelotas deu-se por todo esse complexo de comercialização e produção de charque localizado na região do Passo dos Negros e a infraestrutura da cidade estava ligada a ele (GUTIERREZ, 1993). Após o fim do tráfico internacional de escravizados/as, em 1850, a mão de obra escravizada diminuiu na cidade e acarretou a transferência destas pessoas para as fábricas de salgar carnes, que iam alimentar, em sua maioria, aquelas escravizadas nas fazendas de café paulistas (GUTIERREZ, 1999).

Mas, e onde é o Passo dos Negros? Onde ele se localiza? Quais são os seus limites? O Passo dos Negros que consideramos, enquanto grupo de pesquisa e extensão do GEEUR, foi entendido a partir de um trabalho em colaboração com a comunidade, diferentemente da perspectiva arqueológica, relacionada ao projeto “*O Pampa negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780 – 1888)*”, que aponta o Passo dos Negros enquanto um espaço da chácara da Brigada, como descreve Marcelo Rocha em sua dissertação. Segundo o autor,

a região do Passo dos Negros, localizada no encontro do Arroio Pelotas e Rio São Gonçalo, na cidade de Pelotas. na região do Passo dos Negros, também conhecida como Chácara da Brigada, por se tratar de sua última ocupação como centro de treinamento da Brigada Militar (ROCHA, 2014, p. 19).

Mas ele também amplia os limites espaciais e os compreende enquanto vetores de relações comerciais, sociais e espaciais que instalaram a Região de Pelotas numa ótica mundial (ROCHA, 2014).

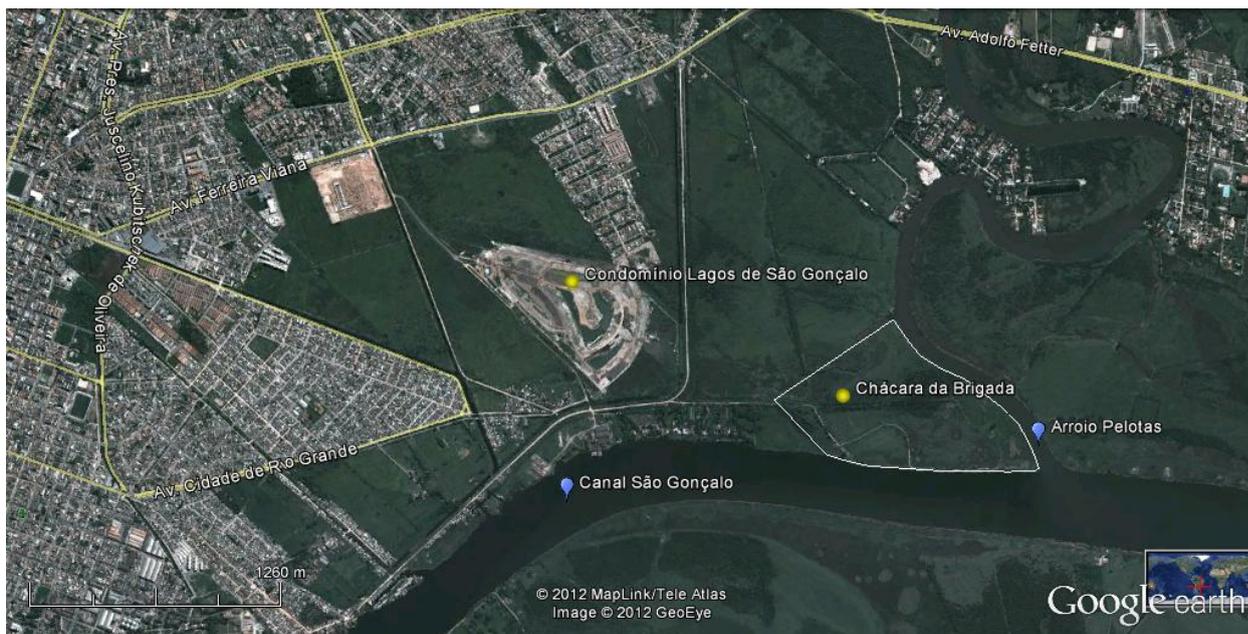


Figura 15 - Vista aérea da região da Chácara da Brigada.  
 Fonte: Marcelo Rocha/Acervo do LÂMINA (2012)

Nas pesquisas da professora Ester Gutierrez, o Passo dos Negros está relacionado à travessia pelo canal São Gonçalo, como ela demonstra nos estudos que nos ajudaram a entender a história do lugar. Também entende como um espaço importante para a construção e ocupação da cidade de Pelotas.

Já nos estudos desenvolvidos pelo GEEUR, esses limites se ampliam, a partir das falas das pessoas do presente, mas sem desconsiderar os estudos da arqueologia, nem da Professora Ester. Na verdade, tudo é Passo dos Negros, como nos conta um morador.

Eu moro ali na beira do patrimônio histórico que é o pontilhão onde passavam as tropas que vinham para as charqueadas e, depois, para os açougues. Passo dos Negros não é só a chácara da brigada. Tudo ali é Passo dos Negros: as charqueadas, o engenho, o campo do Osório, a ponte. Tudo são patrimônio (ALFONSO et al, 2017, p. 13).

Partindo desta perspectiva dos moradores, o grupo elaborou um mapa (Figura 16) a partir dos elementos e das referências de importância Histórica e Cultural. Cada um desses pontos apresenta diversos significados para a comunidade local. Compõem as referências dos grupos de moradores, de artesãos que teceram essas estruturas e do Passo dos Negros enquanto um conjunto, estão entre eles os seguintes elementos: o Corredor das Tropas, “Ponte dos Dois Arcos”, que já foram apresentados anteriormente; o Engenho Coronel Pedro Osório (com a

antiga Escola Visconde de Mauá; a Vila operária e o campo do Osório Futebol Clube); o Canal São Gonçalo e as figueiras centenárias (GEEUR, 2019), que serão melhor apresentados a seguir.



Figura 16 - Mapa de referências geográficas e urbanas do Passo dos Negros.  
Fonte: GEEUR

Notamos que essas fronteiras são fluidas, e estão em constante movimento. Poderíamos tranquilamente ampliar ainda mais esse mapa, expandindo esse zoneamento laranja para as águas, principalmente para o São Gonçalo. E, se formos pensar no caminhos que as pessoas escravizadas e os animais eram levados a fazer para chegar no Passo dos Negros, devemos expandir até as fronteiras da cidade de Rio Grande.

Outro fato histórico que relacionam com o Passo dos Negros é a Revolução Farroupilha, destacando o Passo dos Negros como local importante na história do conflito, onde ocorreu o ataque do Passo dos Negros, em 7 de abril de 1836. Durante cinco meses, a charqueada de Domingos José de Almeida tornou-se o Quartel General e a Base Logística do conflito (ÁVILA, 2013). O lugar referido hoje é a Chácara da Brigada, apenas um recorte do território reconhecido pela comunidade como Passo dos Negros. Os moradores/as também relacionam esse fato a uma memória importante da região, como relata Seu Aniba:

Ali tem uma fragata que tá naufragada, que tem uma guerra dos farrapos. Os neguinho tavam brigando em cima dos canolas, aquelas de pau. Eu tinha a foto lá no Osório. Se vocês pesquisar lá pelo jornal vocês vão encontrar. Aí perto da chácara da brigada. Agora não é mais. Aí tem história também (GEEUR, 2017, p. 127).

Atualmente, o lugar Chácara da Brigada ganhou protagonismo novamente com pedidos de tombamento, relacionando como o Passo dos Negros, e possui até um monumento em homenagem. Segundo relato de Rocha, “à margem esquerda do São Gonçalo encontrou-se um monumento em homenagem à Revolução Farroupilha, composto por placa comemorativa e réplica de um canhão” (2014, p. 19).

Apesar de sua centralidade naquele período econômico do charque, a iconografia relacionada à região do Passo dos Negros é rara. Era considerada um ambiente insalubre que foi ocultada da narrativa oficial da cidade. Por um longo período o lugar acabou sendo invisibilizado e foi construída uma narrativa de opulência no passado, apagando da história a cultura do/a negro/a no processo de construção da cidade. A escravidão foi naturalizada enquanto bastidor de seu apogeu, narrativa que seleciona uma temporalidade e elege a perspectiva de um grupo social específico para qualificar os fatos sociais como bens (ALFONSO; RIETH, 2016).

Onde hoje compreendemos enquanto Passo dos Negros, localizava-se um conjunto de aproximadamente três charqueadas. Uma das charqueadas originou o Engenho Pedro Osório, engenho de beneficiamento de arroz localizado às margens do Canal São Gonçalo, implantado por Coronel Pedro Osório, produtor de arroz do início do século XX.

### **3.3 “Aquele lugar lá já foi poderoso no tempo do Engenho!”**

Às margens do canal São Gonçalo, no encontro do corredor das Tropas, encontram-se as terras onde foi implantada, em 1781, a charqueada original de Manuel Batista Teixeira (GUTIERREZ, 1993). A Charqueada São Gonçalo foi fundada em 1896 pela sociedade formada por Pedro Osório, Alberto Rosa e João Lopes Carvalho, através da razão social Rosa, Carvalho & Osório, Companhia Pastoral Industrial Sul do Brasil. O complexo saladeril era composto por casas de moradia, galpões, mangueiras e currais.

No final de 1921, Alberto Rosa retirou-se da sociedade. Com isso, Pedro Osório comprou sua parte na sociedade e assumiu sozinho Pedro Osório & Cia, tornando-se o único proprietário do espaço, assumindo grandes lavouras de arroz. Com esse crescimento, decidiu construir o Engenho Pedro Osório, com capacidade para beneficiar 700.000 sacos de arroz com cascas, considerado o engenho com maior capacidade na América Latina na época (ABUCHAIM, 2013). Junto ao engenho foi construído um cais de alvenaria, às margens do Canal São Gonçalo. Em uma publicação de 1922, editada por Alfredo Costa, consta uma descrição do Engenho.

O Engenho do São Gonçalo é do fabrico dos industriaes americanos Barnard & Lea, e tem capacidade para beneficiar 1.200 saccos de arroz com casca em 10 horas. Occupa um espaçoso prédio de 4 andares, de 24 x 15 metros, cujo esqueleto é todo de aço, sendo as paredes exteriores de tijolo. O engenho é movido por dois motores electrico, de 250 cavallos de força, e que são alimentados por 3 dynamos de 75 kws. Cada um, de corrente triphasica e 220 volts, accionados, a seu turno, por três motores horizontaes, typo Corliss. As caldeiras são em número de 3, typo Balbock & Wicox, com 80 metros quadrados de superfície de aquecimento, produzindo o vapor necessário ao consumo dos motores. Dispõe, ainda, este engenho d'um espaçoso armazém, de 60 x 25 metros, com 3 andares, e todo feito de cimento armado, para depósito de arroz com casca, bem como de outro para depósito de arroz beneficiado, com 40 x 20 metros e dois andares, também de cimento armado. Junto ao engenho possui a firma um cães de alvenaria, no qual atracam as embarcações, para carga e descarga dos productos. O serviço de carga é feito por dispositivo de correia sem fim, em 3 planos accionados por outros tantos motores: o de descargam que será pelo processo de vácuo, já se acha principiado e os machinismos encommendados na Allemanha. Este processo é o mais pratico e econômico, pois que, apenas com 3 homens, se poderão descarregar 6.000 sacos em 10 horas, conduzindo-se o arroz para os depósitos completamente expurgado de todas as impurezas, como sejam palha, pó, objectos de ferro e outras matérias extranhas. É, pela sua instalação, um dos melhores engenhos de Pelotas e do Rio Grande do Sul (COSTA, 1922, p. 95).

Instalado na margem norte do canal São Gonçalo, o Engenho Pedro Osório nasceu contíguo à Charqueada São Gonçalo, no Passo dos Negros, localizado na Rua do Engenho nº 1600. O período econômico do arroz nasceu ainda durante a exploração das charqueadas, porém já em sua fase de declínio. Isso levou os charqueadores a pensarem em outra forma de investimento como uma alternativa a essa principal fonte econômica da cidade.

O Engenho permanece nas narrativas dos moradores e moradoras que cresceram no Passo dos Negros. Segundo um dos relatos, “aquele lugar já foi poderoso no tempo do engenho! O engenho funcionava, em época de safra, dia e noite. O emprego passava de pai para filho, sempre tinha aquela continuação” (GEEUR, 2016, p. 41)

Dona Marina, uma das moradoras mais antigas do Passo dos Negros que trabalhou no Engenho entre 1973 e 1974, conta sobre os trabalhadores/as tanto do Engenho quanto ainda da atividade da charqueada.

Tudo, tudo, todos eles eram dali. Os meus avós por parte do lado da mãe materna. Eles eram, eram, o vô era cozinheiro do Pedro Osório. E pelo lado do pai, o vô era capataz do charque. Porque aquele prédio ali, que você tá vendo ali, aquilo ali era enorme de grande, e ali era a charqueada Pedro Osório (GEEUR, 2016, p. 41).

Sobre a edificação da antiga charqueada, Dona Marina conta mais sobre a casa. Em suas palavras, “ali tinha uma casa coisa mais linda. A casa grande que chamavam. Que era estilo aquela casa de charqueada sabe?! Dos chefões. Ali tinha, ali eles derrubaram aquilo ali. A charqueada era onde era o galpão” (GEEUR, 2016, p. 41). Ela conta ainda que a casa não existe mais, foi derrubada, mas que quando ainda estava em pé, abrigou os moradores durante uma enchente na região. “O meu irmão tá com 55 anos, o mais moço, esse com 55 anos ele. Quando a mãe ganhou ele nós tava flagelado lá no casarão. E depois voltamos pra casa de novo” (GEEUR, 2016, p.46 ).

Apesar de não ter tido acesso durante a pesquisa ao Engenho, foi possível fazer uma análise do espaço do complexo industrial do Engenho Pedro Osório através de imagens, narrativas e análise da paisagem. Ele reúne prédios de diferentes temporalidades, com intervenções realizadas ao longo dos anos e com a inclusão de anexos aos prédios principais, com a função de ampliação das pré-existências (Figura 17).

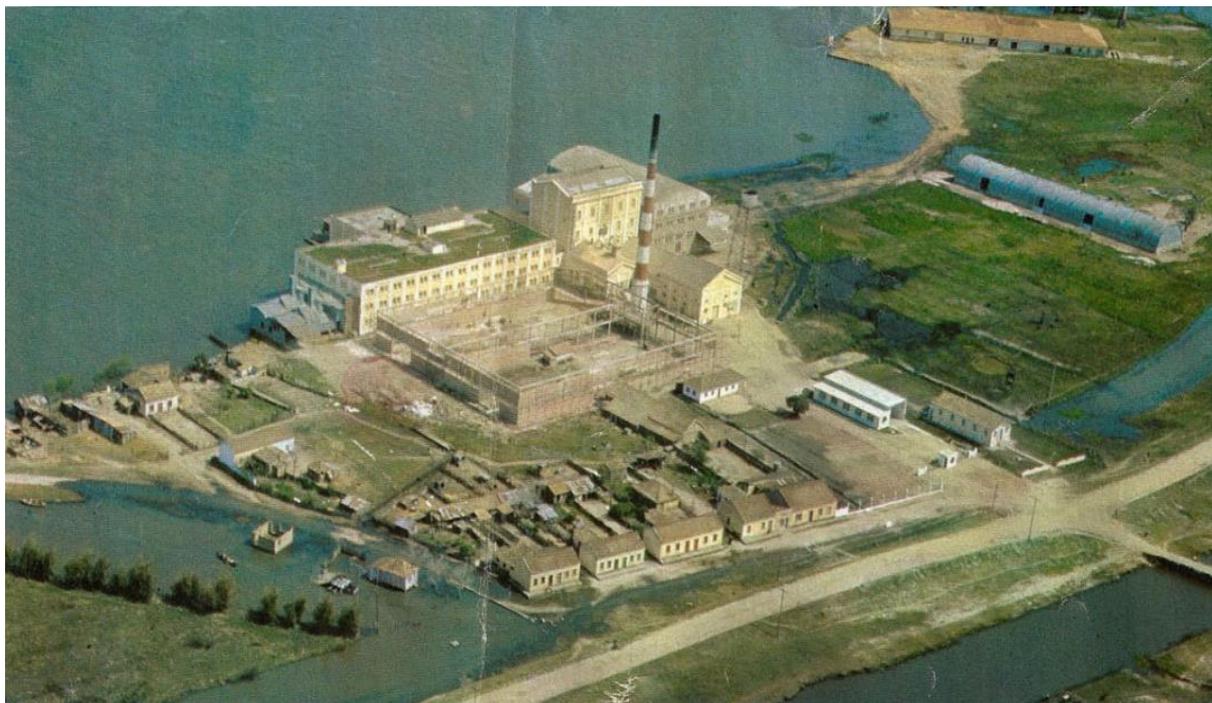


Figura 17 - Vista aérea do Engenho Pedro Osório  
Fonte: Revista Manchete - 1972

A implantação original do complexo fabril diverge da atual devido às ampliações. Três dos volumes principais mantêm as características originais sem alterações, seguindo a linguagem eclética do final do século XIX e início do século XX. Como na descrição feita em 1922, o material utilizado é o concreto armado com estrutura metálica, em perfil "I" (Figura 18), possuindo um revestimento de tijolos e argamassa para esconder a materialidade da estrutura em um dos armazéns; nos outros a estrutura é aparente (GEEUR, 2019).

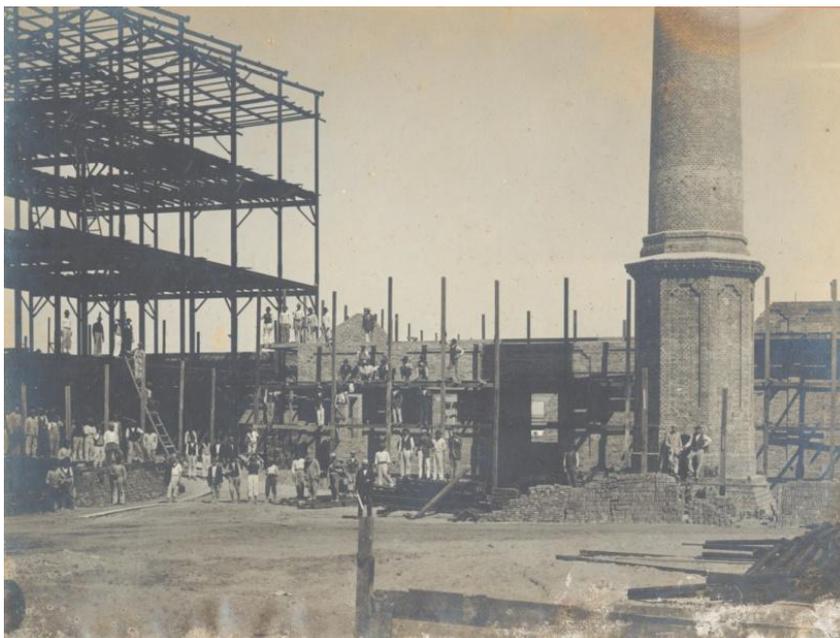


Figura 18 - Construção do Engenho São Gonçalo. Déc. 1920.  
Fonte: Acervo NEAB/FAURB/UFPel

Os pisos da edificação são em laje e em concreto armado com acabamento em cimento, nos outros possuem acabamento em madeira. Além dos armazéns para armazenamento e beneficiamento, das ampliações e da vila, o complexo conta ainda com uma caixa d'água metálica, uma chaminé e, ainda, um galpão da charqueada existente no mesmo terreno (GEEUR, 2019). Não foram encontrados dados mais concretos sobre o projeto original, apenas uma representação de uma ilustração do engenho no Almanach de Pelotas de 1922, que mostra o complexo a partir de um visual do Canal São Gonçalo (Figura 19).



Figura 19 - Anúncio Engenho  
 Fonte: Almanach de Pelotas - 192 - Acervo NDH

Apesar de não se ter tido acesso aos registros em documentos do projeto arquitetônico do engenho, nem registros em fotos, os/as moradores/as de hoje, do entorno do Engenho Pedro Osório, contam como era a dinâmica do espaço e como funciona como uma espécie de porto no lugar. “Aí no engenho os barcos encostavam ali, era navegação de primeira. Era o serviço, o trabalho deles era mais por mar. Depois que vieram se aperfeiçoando já colocaram os caminhões a puxar arroz” (GEEUR, 2016, p. 43).

Sobre o estado de conservação e funcionamento do Engenho, Dona Marina relembra dos maquinários, importante para compreender a dinâmica da indústria de beneficiamento de arroz, já que muitas das estruturas não estão mais ali presentes.

ah tá detonado, esvaziaram máquina, tiraram tudo. Aí cada posição tinha as pessoas que sabiam trabalhar naquilo ali, inclusive a máquina daí. A máquina era com casca de arroz. Movimentava com casca de arroz. eles tiravam quantidade daquela casca preta já queimada, pra botarem em outros lugares. Eles fizeram silos grandes ali, enormes de grande (GEEUR, 2016, p. 45).

O trabalho no Engenho era realizado em sua maioria por homens. Ao pesquisar no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS)<sup>5</sup>, encontramos as fichas de qualificação profissional dos trabalhadores do Engenho. Em sua maioria, negros que moravam próximo à indústria. Abaixo, imagem de uma ficha, de Orvalino Lima (Figura 20), com os seguintes dados: nascido em Pinheiro Machado em 1899, cor preta, grau de instrução: nula, residente na Rua Tiradentes, profissão de trabalhador braçal no estabelecimento de engenho de Arroz da empresa “Viúva Pedro Osório”, localizado na Rua Passo dos Negros.

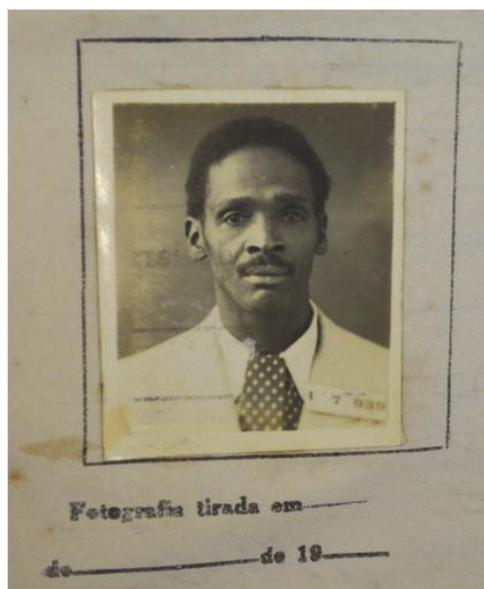


Figura 20 - Ficha de qualificação profissional de um dos trabalhadores do Engenho  
Fonte: Acervo DRT/RS - NDH

Não foram encontradas muitas fichas de trabalhadores do Engenho no acervo, porém ao analisá-las notamos algumas características da economia

---

<sup>5</sup> Acervo Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1944, no Núcleo de Documentação Histórica do curso de História da UFPel, coordenado pelo professor Aristeu Lopes. o acervo é formado por 627.000 fichas de qualificação profissional, que são formulários com os dados pessoais e profissionais dos solicitantes de carteira profissional, preenchidas entre os anos de 1933 e 1968.

pelotense que usufruiu essencialmente da utilização de mão de obra de negros/as não remunerados até o final do Império, sendo uma das cidades com maior número de pessoas escravizadas no estado. No período do final do século XIX, a atividade da indústria charqueadora na cidade passava por deterioração, o que levou a uma diversificação da atividade em relação ao comércio e fábricas. Segundo Beatriz Loner, “de um total de 34 charqueadas existentes em 1878 na cidade, elas reduziram-se a apenas 21 às vésperas da Abolição e a 18, dois anos depois” (1999, p. 1). Durante o período pós-abolição em Pelotas, no início do século XX, a cidade contava com apenas 5 charqueadas em 1918. No acervo da DRT/RS foram localizadas apenas 8 fichas relacionadas a trabalhadores que declararam atividade em charqueada, todos na charqueada Viúva Pedro Osório e companhia (LOPES, 2019), indicando que muitos trabalhadores do Engenho poderiam ter migrado das atividades da charqueada.

O trabalho feminino também estava presente nas atividades do engenho. Uma dessas atividades estava relacionada com a confecção dos sacos para o arroz, como constatado nos relatos, e as relações de hierarquia de gêneros também estão marcadas nas narrativas dos/as moradores/as.

As mulheres trabalhavam para o engenho como costureiras. Do engenho saiam os sacos que estavam furados, eram colocados em fardos de 25 sacos, e ia para as casas, para as costureiras costurarem à mão. Para a gente que se criou ali, é lamentável ver aquele engenho ser demolido e todos os dias a gente convive com isso (GEEUR, 2019, p. 51).

Os/as trabalhadores possuíam essa relação de pertença e nostalgia com o Engenho e, nesse sentido, as memórias são fundamentais para compreender estas relações entre patrões e empregados.

Isso aqui era muito bom, tinha muito serviço. E era assim, tu sabe que era uma coisa tão boa que eles faziam pros funcionários. Que eles davam casa, davam água, davam luz, mas tudo era do engenho. Tudo era dado pros funcionários e ninguém pagava nada (GEEUR, 2019, p. 51).

Além das edificações da planta industrial, compõe o complexo uma vila operária como parte da política paternalista e assistencialista da empresa que cedia moradias para seus/suas funcionários/as, uma escola e também o campo do Osório Futebol Clube (SILVEIRA; COSTA, 2018). Ainda existem remanescentes da Vila

Operária existente no Engenho (Figura 21), hoje abandonadas. Outras casas que foram construídas no entorno já foram demolidas.



Figura 21 - Vila operária. Habitações oferecidas aos/as trabalhadores/as do Engenho  
Fonte: Melina Monks - Acervo GEEUR

Dentro dessa política paternalista também foram construídas outras residenciais, além das casas existentes no terreno do Engenho. Algumas casas que os moradores chamam de “quadrinhas” não existem mais. Não tivemos acesso às casas existentes ainda para levantamento e análises mas, através da fala de um dos moradores, podemos entender melhor a planta das casas e a relação entre os/as moradores/as e o habitar.

[...] eu acho que não deveriam ter desmanchado as casinhas. Eram feitas de argila, com telhas de barro feitas nas coxas dos escravos, as vigas de coqueiro, com tijolos assentados com barro. [...] era cozinha, uma varanda, dois quartos, uma sala e banheiro, era só para as famílias que trabalhavam efetivas no Engenho, os que “tinham profissão”, candango não tinha. Cada casa construída era dividida no meio e moravam duas famílias, só a primeira da ponta, que é separada. Os secadoristas, os moleiros, os encarregados tinham direito, teve uma época que jardineiro, peneirista tinham direito também, só que quando desmancharam aquilo lá [...] Ali no

pátio do engenho ainda tem o poço artesiano e uma caixa d'água, esse poço deve ter uns dez metros de fundura, abastecia e a bomba levantava lá pra cima e abastecia o pessoal. No pátio perto das casinhas, tem quatro caixas d'água de mil litros, abastecia as casas tudo.[...] eu não me lembro bem, mas me parece que saí daí em 2005, eu entreguei a casa, aquela segunda que fica dentro do pátio do engenho, ela tá bem preservada, eu reformei o telhado dessas casas tudo, tinha outras funções, agora está atirado (MATHIAS, 2010, p. 56).

Podemos notar, através das falas, que nem todos os operários tinham direito e essa garantia estava atrelada à função desempenhada. Além das habitações, toda a infraestrutura era oferecida pelo Engenho, como água e energia elétrica.

Além da moradia, o Engenho garantia o direito ao lazer aos seus e suas trabalhadoras. Porém dentro dos limites de controle e vigilância da vida cotidiana dos/as funcionários/as, até mesmo nas horas de lazer que o futebol proporcionava. Em 1933, foi fundado o Osório Futebol Clube, por trabalhadores e trabalhadoras.

O clube ai foi fundado em 25 de dezembro de 1933, uma família Pedro Osório ele não tinha filhos mais tinha primos, netos na parte dos irmãos dele, ai criaram o Osório Futebol Clube, antigamente não, a comunidade daqui era uma família. Morava aqui e trabalhava no engenho, o pessoal saia daqui já tava no engenho, ai vinham treinar no Osório, eles davam folga pro Osório treinar pra jogar nos fins de semana, então falavam que o Osório é um time de grande. A lenda do negrinho do Passo dos Negros que é o mascote do Osório, os cara trabalhavam de noite botavam as marmitas encima da chapa pra aquecer e vinham aquele vulto preto, assim viam o negrinho virando as marmitas deles tudo (GEEUR, 2016, p. 124).

O clube de futebol foi construído pelos trabalhadores e trabalhadoras das charqueadas e do Engenho como mostra o hino do time cantado por Seu Aniba: “Das charqueadas e engenhos nasceste, para sempre mostrar teu valor”. O negrinho do engenho é símbolo do Osório Futebol Clube. Hoje é um dos únicos clubes de futebol que se mantém em atividade realizando jogos em quase todos os finais de semana (GEEUR, 2019).

O engenho encerrou suas atividades em 1994 e atualmente o complexo industrial ainda persiste na paisagem. O Engenho Pedro Osório (Figura 22) e a Vila Operária estão cadastrados no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, conforme será analisado no Capítulo 4. Mas apesar de não desenvolver as atividades das charqueadas e do beneficiamento de arroz, elas ainda se encontram em movimento nos relatos dos moradores.

Meu pai trabalhou ali. Trabalhavam com arroz... Aqueles sacos de arroz, de estopo, hoje não têm mais. Quem pegou a época da charqueada foi a minha vó. Ah, as charqueadas na época que eles faziam os charques estendiam no varal, pra secar. Ih, teve várias, aqui na várzea, que na Balsa pra cá é várzea, como chamam. Tinha muitas empresas aqui, tudo fechou também (GEEUR, 2016. p. 178).



Figura 22 - Fotos Engenho e entorno.  
Fonte: Acervo do GEEUR

Conforme apresentado no Capítulo 1, a organização do espaço onde estamos inseridos pode nos dizer muito da sociedade. A arquitetura é a materialização dessa ordem espacial. E são tanto produtos de determinado contexto social como são vetores de relações sociais. Do ponto de vista dos estudos da arquitetura, esse evento poderia ser analisado a partir do conceito de fato urbano, na expressão de Rossi (1985).

Para Aldo Rossi, existem forças que agem de maneira permanente e universal em todos os fatos urbanos e nos processos de transformações e de permanências, que adquirem valores específicos na memória individual e coletiva e que constituem a essência e a alma da cidade. As permanências são um passado que ainda experimentamos. São persistências relacionadas à transformação urbana de uma cidade. Por vezes, essa persistência está dotada de uma vitalidade contínua. Entretanto, esses elementos permanecem também no imaginário dos moradores e moradoras, entendendo-se por imaginário um sistema de sensibilidades, ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo (PESAVENTO, 2002).

Os elementos arquitetônicos do passado, que ainda persistem na paisagem, estão ligados a um passado de escravidão que deixou marcas, como o caminho das tropas marcado pelos passos do gado e de pessoas diversas, as escravizadas e as

livres. Mas também a outras temporalidades como a do engenho e o próprio presente. A arquitetura possui intenções e conotações ideológicas.

Voltando ao Complexo do Engenho, a articulação e comunicação entre os edifícios - sede - vila - escola - campo de futebol (Figura 23), assim como a circulação de matéria prima e mercadoria do Engenho, influenciaram diretamente a morfologia urbana do Passo dos Negros. Entende-se aqui como morfologia urbana o estudo das estruturas, formas e transformações da cidade.



Figura 23 - Elementos da paisagem do Passo dos Negros.

Fonte: Mapa base Google e Acervos do GEEUR e NEAB. Adaptado pela autora, 2018

As funções básicas geradas das atividades do Engenho estavam diretamente ligadas ao trabalho, educação, moradia, lazer e circulação. Para criar uma sensação de segurança para os trabalhadores/as, a escola foi implantada logo no acesso da planta do complexo industrial, pois seus filhos estariam estudando próximos aos seus postos de trabalho. Já em relação ao edifício-sede do Engenho, ele foi implantado na beira do canal São Gonçalo para facilitar a circulação de matéria prima e mercadorias, onde possuía um pequeno porto particular. Todas

essas atividades foram pensadas e implantadas com o intuito de controlá-las (SILVEIRA, 2019). Para Michel Foucault (2014), um dos principais mecanismos para garantir o funcionamento do poder é a sua capacidade para controlar o espaço, sendo essa sensação de segurança proporcionada aos trabalhadores/as um controle do espaço.

Relacionando com essas múltiplas marcas e linhas, os espaços arquitetônicos do complexo industrial foram estrategicamente pensados para atuar como um aparelho de disciplinarização e vigilância da vida cotidiana dos/as funcionários/as, até mesmo nas horas de lazer propiciadas pelo futebol. Estes/as trabalhadores/as continuam morando no Passo dos Negros, mesmo após a falência do Engenho, e reafirmam seus sentimentos de pertença ao lugar, ao apropriar-se e defender o patrimônio industrial (SILVEIRA e COSTA, 2018).

Assim como o contexto oferece possibilidades de configuração das edificações, pela forma do traçado (sistema viário), parcelamento, topografia, proximidades ao “fato urbano”, a cidade tem que ser encarada como um artefato de grande complexidade, como uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta. Os fatos urbanos estão condicionados à cidade, que é humana por natureza (ROSSI, 1985).

As diversas camadas de temporalidades existentes no Passo dos Negros estão expostas na sobreposição dos mapas (Figura 24) que revelam as permanências de elementos desses processos históricos, nos traçados das vias de comunicação, nas construções como a ponte, o Engenho, no Canal São Gonçalo, no Arroio Pelotas, que são testemunhos do período econômico do charque, de um lugar macabro, dos despejos de dejetos e sangue de animais e escravizados. Apesar da diferença de representação cartográfica, podemos perceber os traçados remanescentes.

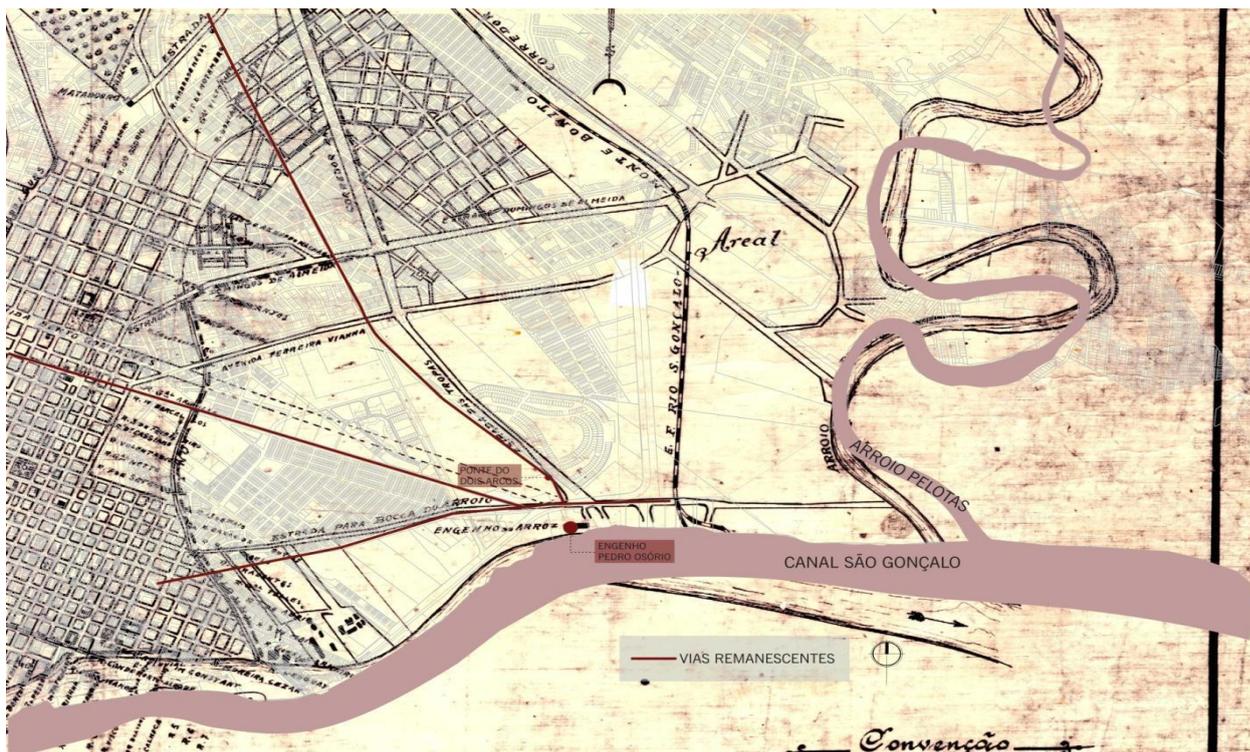


Figura 24 - Mapa da área de 1926 e Mapa cadastral atual da área - Vias remanescentes.  
 Fonte: Mapa base NEAB/FAURB/UFPel e Prefeitura de Pelotas. Adaptado pela autora.

O tecido urbano é muito mais do que um tecido jogado pelo território. Ele designa uma espécie de proliferação biológica e de uma rede de malhas desiguais. O interesse sobre ele não se limita apenas à morfologia urbana, é o suporte dos modos de viver (LEFEBVRE, 2016). A forma da cidade é compreendida por esses tecidos urbanos, compostos de sobreposições de camadas relativas a diversos períodos e formas de ocupação da cidade. Essas camadas de histórias deixam marcas através dos caminhos na cidade, com suas permanências resistindo ao tempo. Essas camadas de história às margens do Canal São Gonçalo, que resistem ao tempo, estão disputando espaço com as novas construções que impactam essa paisagem e já sofrem com a descaracterização e impacto ambiental (Figura 25).

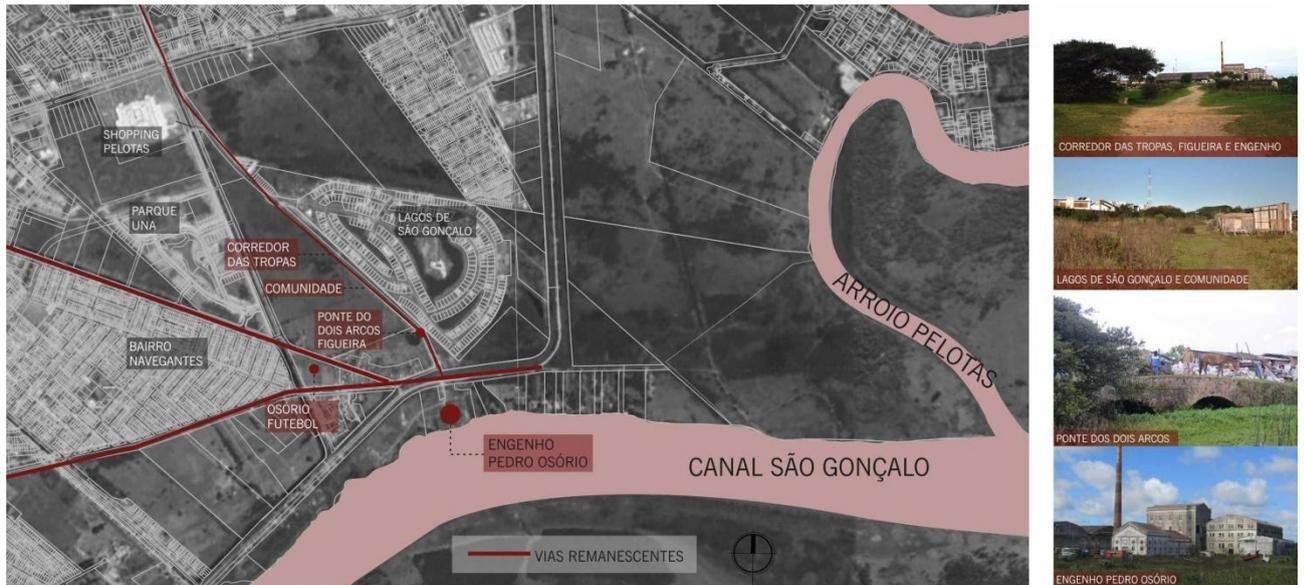


Figura 25 - Imagem aérea atual e Mapa cadastral atual da área - Vias remanescentes contemporâneas  
 Fonte: Mapa base Prefeitura Municipal de Pelotas. Adaptada pela autora. Fotos: GEEUR

Assim, podemos entender o tecido urbano como uma trama de relações sociais, criando uma malha que envolve cultura material e suas relações com coisas, humanas/os e não humanas/os, como teoriza Ingold (2005). Pensando a partir dessa teoria, a cidade teria como resultado algumas marcas. Não em uma rede de conexões, mas uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento. Não apenas nas linhas emaranhadas dos caminhos das vias de comunicação, mas também nas trilhas reticulares deixadas por pessoas e animais à medida que seguem sua vida na cidade, à medida que seguem suas vidas nas casas e vilas. Capturado nesses múltiplos emaranhados, cada monumento ou prédio é mais "arqui-textural" do que arquitetônico (INGOLD, 2005).

### 3.4 “Isso aqui foi feito pelos nossos tataravôs nos tempos da escravidão”

Outras histórias, elementos e atividades compõem esse emaranhado de caminhos do Passo dos Negros, como as figueiras centenárias presentes em pontos que se tornaram marcos na paisagem, tanto visual, quanto ritualístico. Também como um limite para os moradores, trazendo as diferentes formas de habitar o lugar. Alguns moradores trazem essas histórias nas falas-conversas com o grupo.

Figueira mal-assombrada, falaram que morreu uma mulher lá, uma mulher enforcada, faz tempo, sem ser nessa primeira aqui, na outra lá. Deus que me perdoe, mas eu vou falar pra eles o que eu falo pra ti, pode me dar o dinheiro que for de noite eu não passo lá (GEEUR, 2019, p. 17).

Os seres folclóricos também fazem parte desse habitar como o Negrinho do Engenho e a Noiva da Figueiras.

Dizem que ao passar a meia noite das sextas-feiras de lua cheia aparece a figura de uma noiva que, em uma determinada época do século passado, estava no altar esperando o noivo que não apareceu e ela se suicidou naquela figueira (GEEUR, 2019, p. 49)

As figueiras (*Ficus cestrifolia*) representam também um local para oferendas realizadas por casas de religião de matriz africana, onde recebem as oferendas para os orixás. Elas são consideradas sagradas, são os Baobás da África, que vieram no coração de cada negra e negro que aqui chegou e simbolizam marco de resistência das religiões de matriz africana, preservando toda a religiosidade de um povo (GEEUR, 2019).

A figueira da Ponte dos Dois Arcos (Figura 26) é conhecida como a mais antiga do Passo dos Negros e está ligada à escravidão de pessoas que para cá foram trazidas. Seu Pedro, morador do Passo dos Negros desde os anos 70 e ex-operário do Engenho, relatou o fato de pessoas que se dizem descendentes de pessoas escravizadas que construíram a ponte frequentarem este marco como forma de lembrar o passado:

Dois senhores vinham aqui antigamente. Paravam o carro ali adiante e vinham se sentar embaixo da figueira. Eu queria saber o que eles faziam ali. Chegavam, sentavam, ficavam ali em torno de uma hora e iam embora. Um dia eu fui e conversei com eles. Perguntei: vocês vêm aqui passear? Eles disseram: “meu amigo, o senhor acredita em raiz? Raiz das pessoas que

vem de geração em geração? Isso aqui foi feito pelos nossos tataravôs nos tempos da escravidão. Hoje ninguém mais faz pontes assim. Antigamente, meu avô, meu pai, meus irmãos vinham para cá e agora é nós.” Dá para ver os anos de vida que tem isso aí (GEEUR, 2019, p. 50)



Figura 26 - Figueira centenária da Ponte dos Dois Arcos, localizada no Corredor das Tropas e ao fundo o Engenho Pedro Osório  
Fonte: Melina Monks – Acervo do GEEUR

Ainda nos caminhos do Passo dos Negros, percorrendo a Estrada do Engenho e entrando na Rua Passo dos Negros, encontra-se uma antiga Leitaria, empreendimento de produção leiteira, de Sezenando Souza Santos. Localizada às margens do Canal São Gonçalo, esteve em funcionamento entre 1949 e 1973. Anteriormente funcionou uma charqueada nas mesmas terras, onde ainda pode-se encontrar alguma estrutura remanescente, como a base de uma chaminé e um tanque de salga (DODE, 2010).

A arqueóloga Marcela Dode desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso sobre a propriedade, que pertenceu à sua família. A propriedade tinha uma casa de moradia e um galpão de trabalho, onde funcionava a leitaria (Figura 27) e possui as dimensões de 27,70 metros de comprimento e 12,7 metros de largura (DODE, 2020). Seu interior atualmente encontra-se bastante modificado, mas,

segundo Sezenando, a configuração do espaço “era uma peça assim bem arejada, assim tipo uma área com umas telas, essas telas de galinheiro onde ali dentro tinham uns tanques enormes” (DODE, 2020, p. 57).



Figura 27 -Vista da edificação que funcionava a Leitaria.  
Fonte: Estefânia e Marcela Dode

O leite ordenhado era armazenado em latas e distribuído em grandes jarros. A entrega do leite se dava diariamente por charrete e se direcionava para o local de entrega. Joaquina, uma das interlocutoras de Marcela, lembra que “a saída era pelo aterro, pegava a Ferreira Vianna, que hoje é lindíssima, que era estrada de chão praticamente uma passada só” (DODE, 2020, p. 38).

Outra atividade que encontramos nas narrativas e no movimento dessa paisagem foi a peixaria, na proximidade do Engenho, e seu posterior fechamento. Seu Aniba relata histórias do cotidiano da peixaria. Segundo ele, “foi muito grande a peixaria. Ah, trabalhavam no engenho e outros trabalhavam na peixaria. Então tinha um trapiche de ponta a ponta. Aonde eles desciam a embarcação, né, eles desciam ali” (GEEUR, 2016, p. 126). O canal sempre foi importante para a prática pesqueira, para a navegação no período das charqueadas e no período do arroz. Suas águas em movimento também fazem parte desse Passo dos Negros.

Até hoje a atividade pesqueira está presente na dinâmica do espaço do Passo dos Negros e os/as moradores/as da região apresentam uma profunda relação com o canal São Gonçalo, desde os primeiros habitantes há milhares de anos (GEEUR, 2020). Percorrendo a Estrada do Engenho em direção à Balsa

encontramos uma comunidade de pescadores, que passam por dificuldades na atividade devido a poluição derivada dos efluentes dos esgotos domésticos e industriais que são despejados no canal. A comunidade também enfrenta um processo de realocação para a criação de um Parque Ecológico.

As águas no Passo dos Negros também estão em movimento nas áreas úmidas do solo (Figura 28), raso e perto do lençol freático, sendo marcadas pelo predomínio de lagoas e áreas de banhado (LIMA, 2020).



Figura 28 - Campos banhados ou de várzea – Passo dos Negros/Pelotas  
Fonte Daniel Lima

O habitar em campos de várzea presente na região traz as histórias de quem tem uma relação direta com eles. O Antropólogo e colega de campo de pesquisa no GEEUR, Daniel Vaz Lima, desenvolve pesquisas para entender essas relações de trabalho e tem como interlocutor Seu Camilo, que morou no Passo dos Negros e conta histórias relacionadas ao tempo quando as tropas de gado passavam pela região, na estrada em frente à sua casa indo em direção aos frigoríficos Anglo e Sudeste. As tropas chegavam na região da “Tablada” e seguiam pela rua São Francisco de Paula em direção ao corredor das tropas no Passo dos Negros. Dali, seguiam em direção à Av. Cidade Rio Grande até a rua Tiradentes onde entrariam na porteira do frigorífico Anglo. Um pouco antes, ainda na Av. Cidade Rio Grande, ficava a cooperativa Sudeste (LIMA, 2020).

Hoje muitos moradores do Passo são catadores e trabalham recolhendo e

vendendo materiais para reciclagem de resíduos sólidos. Ainda possuem essa relação direta com os campos úmidos, pois muitos utilizam charretes para desenvolver o trabalho. Cláudio Carle afirma haver uma relação entre todas essas atividades ligadas às águas do Passo.

Catadores estes que levam e trazem seus cavalos, os amarram aqui e ali, junto às árvores e caminhos marcam a área. Cavalos que puxam as carroças, levados para este ou aquele pasto melhor, como fizeram os tropeiros no passado ao pararem sobre este ponto, após a passagem do canal, para alimentar e manter vivas suas tropas antes de seguir viagem para o norte (CARLE, 2017, p. 210).



Figura 29 - Cotidiano no corredor das Tropas – Passo dos Negros/Pelotas  
Fonte: Melina Monks - Acervo GEEUR

Essa relação dos trabalhadores às margens das águas da região ainda permanece, apenas se transformou. Mas, como vimos, nem todos os grupos são evidenciados ao longo do tempo na história da cidade. A cidade formal, planejada, alinhada, legislada, normatizada, proporcionada, equipada, decorada, servida, abastecida e segura possui registros e descrições minuciosas de sua história. As evidências das áreas marginais dessa cidade, à beira das águas, frequentadas pelos trabalhadores urbanos, estão apenas nas entrelinhas (GUTIERREZ, 2001).

Isso porque, nos mapas, ao longo do tempo, não há demonstração da área

como ocupada, o que iremos perceber no Capítulo 4. Também veremos como os detalhes da cidade nos mapas continuam nas entrelinhas do Plano Diretor.

E, hoje, essa região acaba por ser protagonista e evidenciada, não sendo mais vista como área marginal, mas de interesse para grandes empreendimentos. Não apenas imobiliários, mas também propostas de parques e vias estruturantes da cidade que a prefeitura propõe para a região e que irão beneficiar apenas os grupos que são visibilizados.

#### **4 Cidade-conceito e cidade-vivida**

A cidade formal, planejada, alinhada, legislada, normatizada e evidenciada nem sempre dialoga com essa cidade em movimento, ou vivida. Neste capítulo, a ideia é entender como as relações de poder que estão presentes ao longo das diversas fases do planejamento urbano dessa cidade normatizada, dessa cidade conceito, que possui uma outra construção, uma outra forma de se ver e se fazer cidade, dialoga ou não com aquela apresentada anteriormente.

O planejamento urbano passou por diversas fases e por diferentes abordagens. As primeiras ações de planejamento urbano no Brasil foram influenciadas pelos planos europeus, entre 1875 até 1930, e se destinavam a intervenções pontuais de infraestrutura, alargamento das vias, obras de saneamento e ajardinamento (VILLAÇA, 1999).

A atividade de planejamento Urbano é uma atividade complexa que está diretamente relacionada à ocupação do espaço. É efetivada por meio de políticas públicas. Trata-se de suma importância compreender a influência dessas políticas públicas no processo de planejamento.

Quando se fala em produção do espaço urbano é importante entender como os locais se constroem e por quem a fim de compreender a história daquele lugar em suas diversas temporalidades. Alguns autores debatem sobre a questão da produção do espaço urbano em suas pesquisas e como esse fenômeno ocorre. Henry Lefebvre e David Harvey defendem a ideia de que o espaço é produzido a partir das relações sociais. Milton Santos defende a produção da percepção do espaço como algo formado por um conjunto indissociável solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como um quadro único. O autor considera o espaço produzido como uma totalidade que está em constante movimento (SANTOS, 2008).

Importante pensar sobre a produção do espaço urbano trazendo as relações de poder nas comunidades, as relações de troca e as apropriações e os domínios dos espaços como expressão dos povos, mas também a influência da reprodução da sociedade. Lefebvre (2008) aponta que espaço é instrumento político e que tem

intencionalidade, que é manipulado mesmo dissimuladamente.

A falta de moradias para atender aos novos moradores da cidade, migrantes, imigrantes e ex-escravizados/as, levou ao aparecimento de alternativas habitacionais precárias. Ocupação de porões, subdivisão de casas antigas, pequenos compartimentos, tipos diversos sob uma mesma denominação: o cortiço (ROLIM, 2007). Segundo Ermínia Maricato, o aumento de favelas, de cortiços e de loteamentos irregulares, a partir da segunda metade do século XX, resulta de um processo de urbanização segregador com características da sociedade patrimonialista do Brasil pré-republicano (MARICATO, 1996), cujo qual ainda pode ser identificado no presente.

A questão da terra e da aquisição da terra também faz-se de suma importância para que se possa entender a forma de organização do território, seu processo de urbanização e industrialização. Com a migração dos trabalhadores e trabalhadoras do campo para a cidade, devido à mecanização, aos incentivos aos latifúndios e grandes propriedades rurais, a precarização das relações de trabalho predominou no campo e esses trabalhadores e trabalhadoras foram forçados a ocupar de forma irregular as cidades. Essa desigualdade está refletida espacialmente no território, no controle das elites sobre o processo de acesso à terra. A questão da terra está no centro dos conflitos sociais que alimentam a desigualdade social (MARICATO, 2008).

Com o aumento da população nas áreas urbanas, as cidades enfrentaram diversos problemas relacionados, principalmente, ao saneamento básico. Mas os conflitos e a busca por moradias para os trabalhadores/as eram, e ainda são, uma das principais lacunas. A intensa concentração da massa de trabalhadores/as urbanos/as durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, provocou a densificação das áreas urbanas e a ampliação dos seus limites, acarretando uma maior demanda por moradias populares (ROLIM, 2007).

A partir desse momento, o planejamento urbano deixou de ser considerado como uma atividade de organização e passou a ter um significado mais amplo, relacionando a atividade ao saneamento, mobilidade e habitação. Com essas novas demandas das cidades industrializadas, surgiram diversos modelos, como o urbanismo progressista-racionalista do movimento moderno, que teve como idealizador Le Corbusier e tinha como objetivo defender o desenvolvimento industrial das cidades e a modernização dos centros urbanos.

Esse modelo buscava uma cidade funcional, com traçados geométricos, ortogonal, negando qualquer referência a cidade do passado, desconsiderando o espaço construído existente, a topografia local e nenhuma característica espacial. Dividiam a cidade em zonas específicas de habitação, trabalho, circulação e lazer, que deveriam estar localizadas em espaços diferentes. Voltada para o uso do automóvel, considerando a beleza, mas contra o conservadorismo. Era a favor de edificações de alta densidade, porém as funções da cidade deveriam ser separadas.

No urbanismo racionalista, os espaços verdes eram exaltados e desempenhavam um papel de elementos desconectados do restante dos usos. Um dos objetivos era a criação de cidades modernas e eficientes, igualdade de condições, saneamento, salubridade para todos. Mas pregavam a padronização desse modelo de plano para todas as cidades do mundo, pois partiram do pressuposto de que as necessidades básicas das pessoas são as mesmas, regidas pelos princípios fundamentais da estética e eficácia. Desconsideravam as características locais e suas peculiaridades em um processo homogeneizador. Muitas dessas características estão presentes ainda hoje nos planos diretores das cidades brasileiras, dividindo a cidade em zoneamentos e setores, sem considerar muitas vezes a topografia e características espaciais, sociais e culturais existentes.

Os planos implantados e idealizados nas cidades brasileiras também foram influenciados por outros planos, como o de Georges-Eugène Haussmann, da cidade de Paris, que tinha como princípios a abertura de espaços verdes e o alargamento de vias com o objetivo de melhorar a salubridade das residências, impactado nos quarteirões medievais existentes. Os prédios importantes da cidade se destacavam como pontos focais nessa rede de avenidas, implementando urbanismo estético viário.

No Brasil, o projeto que trouxe esses preceitos de *cidade “civilizada”* de Paris ficou conhecido como o *Bota-Abaixo*, processo de reformas urbanas operado a partir de 1903 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, comandada pelo prefeito da cidade à época, Francisco Pereira Passos. A cidade passava por um processo de urbanização devido aos constantes fluxos migratórios e imigratórios que demandavam uma reestruturação espacial, ou seja, um planejamento urbano. Esteve presente o conceito de política higienista, relacionada com as “precárias” condições sanitárias das habitações urbanas. Implementado através de um conjunto de obras públicas que, demolindo cortiços da cidade e removendo os moradores,

redefiniram a estrutura urbana da capital federal (MOTA, 2016). Estes processos acarretaram no surgimento das primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Chamado de urbanismo sanitaria, realizava diversas intervenções como obras de saneamento em zonas alagadiças, urbanização de áreas centrais e implantação de redes de água e esgoto, o controle sanitário das habitações e a criação de legislações restritivas, assim como os códigos de postura e de obras. Até a década de 1930, essas moradias populares eram produzidas exclusivamente por particulares, devido à concepção liberal de governo e sendo o aluguel a forma predominante de acesso à habitação (ROLIM, 2007).

A partir dos anos 1950 inseriu-se no Brasil o planejamento urbano nas cidades, muito influenciado pelos planos europeus. Sendo uma atividade de organização das cidades e regiões, o planejamento urbano tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores e moradoras das cidades, considerando os aspectos sociais, econômicos, habitacionais e ambientais. Entretanto, o histórico de aplicação e a prática no Brasil não refletem esse objetivo. Segundo Villaça (1999), o que foi aplicado no Brasil entre os anos de 1970 e 1980 não se pode chamar de planejamento urbano, pois o objetivo dos planos federais de saneamento, transportes ou habitação não foi a organização do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 1999).

Essas ações de planejamento urbano devem ser acionadas através do Estado, que no Brasil está pautado em características democráticas. O Estado Democrático de Direito, segundo a Constituição Federal de 1988, assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, liberdade, segurança, desenvolvimento, bem-estar, igualdade e justiça como valores supremos. Tem como função fazer a intermediação entre os diferentes agentes da sociedade, elaborando e executando políticas públicas com o objetivo de organizar as cidades. O Estado é composto por três esferas, com três níveis de organização política: a federal, a estadual e a municipal (BRASIL, 1988).

A tradição liberal ainda predomina no pensamento hegemônico do Estado e os conflitos fundiários urbanos seguem sendo um tema isolado e invisível nas políticas governamentais brasileiras. Outra questão que dificulta as propostas de melhorias nas cidades brasileiras é a dificuldade de entendimento do que é espaço público e o papel do Estado nesse processo. Resquícios também de práticas colonialistas, onde o espaço público é visto como privado, o que reflete na falta de

espaços públicos disponibilizados nas cidades que muitas vezes querem lotear todo o território possível para venda. Assim, o que é público está cada vez mais sendo destinado às vias para automóveis.

O Espaço público do planejamento urbano normatizado nem sempre contempla um espaço público diverso, pois os enxerga como espaços que homogeneizam e normatizam e nem sempre entende essa relação com a rua que as comunidades da cidade informal, ou seja, da cidade vivida, possuem. Na cidade informal, esses espaços públicos acabam se tornando uma continuação da casa e o sentimento de pertencimento e a relação do encontro se faz presente no cotidiano.

Um grande número de pessoas não têm acesso a condições adequadas de moradia pela via do mercado, e acabam morando irregularmente em territórios periféricos. É obrigação do poder público garantir políticas para que este direito seja implementado para todos e todas. Entretanto, muitos dos avanços na luta pelo direito à cidade e pelo direito à moradia se deram através do movimento pela Reforma Urbana, no fim da década de 1970 e início dos anos de 1980, com uma política voltada para as reformas estruturais e com maior atenção à classe trabalhadora (ROLNIK, 2019).

A política urbana está presente na Constituição Federal (1988) no Capítulo II - da Política Urbana (Art. 182 e 183), que confere ao Município a atribuição de legislar sobre o uso e a ocupação do solo urbano. Ela está prevista no artigo 182, §1º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que deve ser executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei. Tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus e suas habitantes.

O Plano Diretor deve ser aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes. É o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, garantindo qualidade de vida e propiciando a ocupação do território de forma mais igualitária e justa. Também deve propiciar o equilíbrio das práticas econômicas, sociais e ecológicas no território urbano, e deve englobar toda a área do município, urbana ou rural, sendo considerado um meio básico da política urbana. Foi instituído pelo Estatuto da Cidade de 2001. José Afonso da Silva (2000, p. 93) define que

O Plano Diretor é um instrumento que elabora os objetivos a serem

alcançados, o prazo em que estes devem ser atingidos (muito embora o plano, em geral, não precise fixar prazo no que concerne às diretrizes básicas), as atividades a serem implementadas e quem deve executá-las. É o diretor por fixar as diretrizes do desenvolvimento urbano do município. É por meio do plano que se define o melhor modo de ocupar um município ou região, prever as áreas onde se localizarão os pontos de lazer, as atividades industriais e todos os usos do solo, não somente no presente, mas também no futuro.

O Estatuto da Cidade de 2001 regulamenta os artigos referentes à política urbana no âmbito federal dos Arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Nele, o direito a cidades sustentáveis é compreendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2008).

O Estatuto da Cidade reforçou a importância dos planos diretores como principal instrumento de efetivação do direito à cidade e criou diversos instrumentos jurídicos e políticos, visando combater processos promotores das desigualdades urbanas, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais (BRASIL, 2008).

No parágrafo 2º da Política urbana da Constituição Federal de 1988, consta que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor. A propriedade urbana cumpre a sua função social quando satisfaz as necessidades dos habitantes da cidade. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em favor do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Tem a prevalência do interesse coletivo sobre o interesse individual.

O direito de propriedade é descrito no Inciso XXII do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988). Entretanto, o direito de propriedade urbana só é passível de ser protegido pelo Estado, no caso da propriedade atender a sua função social. A propriedade tem seu uso condicionado ao bem-estar social.

Pode-se classificar a produção da cidade de duas formas: a cidade formal, que é produzida por proprietários de terras, empreendedores privados, com todos os

direitos assegurados, moradia, trabalho, educação. E a cidade informal, produzida na lógica da necessidade de morar, porque não existe uma política habitacional que busque atender as necessidades de moradia da população que precisa morar, de uma forma ou outra, é produzida à margem do direito privado da ordem urbanística. Naquele conceito de Margem de Agier (2015) que se dá na negociação constante, na relação. Essas duas diferentes cidades tendem a favorecer e evidenciar disputas entre grupos sociais e influenciar o acesso aos poucos recursos, sejam materiais ou imateriais, reafirmando a distinção social. É o território mostrando as diferenças sociais e sendo construído por meio destas relações.

Essa realidade é a de muitas residências na região do Passo dos Negros, sendo na região dos pescadores, na Estrada do Engenho, na ocupação do corredor das Tropas, ou nas outras ocupações no entorno do Osório Futebol Clube.

Uma moradora da região atuou como recenseadora do IBGE em 2010 e traz esse contexto da Estrada do Engenho.

Quando estava terminando aquele setor, me deparei com casas quase dentro d'água praticamente, eram casas bastante precárias, não havia praticamente espaço entre elas. Eram um aglomerado de casas, em sua maioria de madeira ou qualquer outro material. Só que no meu mapa de pré coleta aquele lugar não existia. Para realizar o senso, uma equipe de supervisores foi contratada em janeiro, meses antes da coleta de 2010, para fazer mapeamento do setor censitário (MATHIAS, 2020, p. 77).

Muitos dos dados ocultados estão relacionados com a falta de interesse em formalizar esse espaço da cidade por anos. Essa informalidade está presente junto a falta de infraestrutura básica, onde a moradora que trabalhou no recenseamento relata que

as casas estavam situadas praticamente na beira do São Gonçalo, era de difícil acesso, pois não haviam ruas ou qualquer tipo de estrutura que possamos imaginar, parecia uma ilha de casas, eram pessoas muito humildes e bastante acolhedoras... Sem banheiros, sem água potável e energia "Era uma luta diária para obter água e realizar o mínimo de higiene. A luz era fornecida pela mesma pessoa que vendeu os lotes, era cobrado cinquenta reais por cada morador, era chamado "gato de luz" (MATHIAS, 2020, p. 75).

Esse acesso à moradia e à cidade para grupos que estão sempre em processo de exclusão surgiram no direito brasileiro como instrumentos indutores do

uso social da propriedade, tais como: a usucapião especial de imóvel urbano, a concessão de uso especial para fins de moradia, as zonas especiais de interesse social e a concessão de direito real de uso, sobre os assentamentos irregulares nas cidades, da produção da cidade informal, em áreas estabelecidas para a regularização fundiária.

A regularização fundiária está prevista no Estatuto da Cidade, lei 10.257/01, art. 2º, inciso XIV e pode ser definida como um conjunto de medidas jurídicas urbanísticas, ambientais e sociais destinadas a incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e ativação de seus ocupantes (SILVEIRA, 2020). Essas medidas podem conter intenções, pautadas na ideia de homogeneizar o espaço a partir de forças políticas e econômicas, como Lefebvre (2000) e Zarankin (2012) nos fazem refletir.

O Estatuto traz diretrizes no esforço de uma a gestão democrática, a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização, a recuperação dos investimentos do poder público que tenham resultado em valorização de imóveis urbanos e o direito a cidades sustentáveis, direito à moradia e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, com a implantação de infraestrutura essencial, calçadas, esgotos, energia, fornecimento de água.

Em relação à regularização fundiária, existem dois tipos: a regularização fundiária plena e a regularização fundiária jurídica, que só entra na questão jurídica de dar o título. Já a regularização plena, propõe projeto de requalificação Urbana, como adequar os parcelamentos da cidade, com a implantação de infraestrutura essencial: calçadas, esgotos, energia, fornecimento de água, mobilidade, arborização, equipamentos urbanos, além de melhoria nas habitações. Com essa divisão, o poder público acaba se apropriando apenas da regularização fundiária jurídica (SILVEIRA, 2020).

O Conselho das Cidades emitiu orientações e recomendações, Resolução Recomendada nº 87 de 08/12/2009, sobre a aplicação do Estatuto da Cidade - e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano, norteando as atividades de mediação e prevenção de conflitos fundiários urbanos. Institui a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Uma das orientações é relativa ao processo de revisão ou alteração do Plano Diretor que deve contemplar a realização de audiências ou consultas públicas, devendo os

poderes Executivo e Legislativo garantir a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade.

Apesar dessas orientações, elas não garantem nem a participação nem o debate com as comunidades e o que se vê nestes processos é uma imposição de uma ideia de cidade que o poder político, empresários e planejadores urbanos, querem de ordenamentos, regramentos e desenvolvimento econômico, de empreendimentos imobiliários, desconsiderando neste processo as dinâmicas locais, colocando os interesses econômicos acima da cidade vivida pelos moradores. Além de serem processos que utilizam aquelas estratégias de higienização das ações do *Bota-Abaixo* utilizadas no Rio de Janeiro. Michel Agier mostra esses espaços da cidade onde essas ações levam em conta funcionamento desterritorializado da economia e do poder político, mas que não impedem a formação de microgrupos resistentes, na crescente extraterritorialidade, onde as identidades locais conseguem “enraizar-se” e é a partir daí que falamos, de um espaço de reflexão e de ações entre o vazio e o cheio, entre uma cidade nua e uma cidade densa, que desfila, escreve, teatraliza, pinta-se (AGIER, 2011).

#### **4.1 E o que tudo isso tem a ver com o Passo dos Negros?**

As transformações na paisagem das cidades estão diretamente ligadas às escolhas das políticas públicas adotadas, por isso a importância de entender os planos diretores para compreensão dessas transformações ao longo de diversas temporalidades. Partindo dessa perspectiva, podemos entender a cidade através de uma ciência analítica, ainda em esboço, onde conceitos e teorias só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a práxis (prática social) da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2016).

A ciência da cidade precisa ser repensada, já que os postulados que dominavam até então eram reducionistas e simplificados e não conseguiam dar conta de todo o panorama que o estudo sobre a cidade engloba. Os problemas urbanos eram concebidos apenas como questões técnicas e os indivíduos, coisificados, seriam apenas objetos e não sujeitos atuantes no espaço social (LEFEBVRE, 2016).

A cidade de Pelotas possui um histórico de políticas públicas de preservação do patrimônio que remonta do primeiro Plano Diretor Municipal, de 1967. No mesmo período não se pensava em patrimonializar o entorno mesmo com a recomendação da Carta de Veneza, de 1964, de conservação de monumentos e sítios, incluindo, além do bem isolado, o sítio em que está inserido, por ser inseparável da história e do meio em que se situa (ICOMOS, 1965).

Porém, durante esse período, alguns exemplares da arquitetura de interesse histórico-cultural não foram preservados na cidade de Pelotas. O histórico dessas políticas de preservação na cidade acompanhou a trajetória de preservação no Brasil. Anteriormente, no Código de Posturas de 1815, o regramento era de que o proprietário de um bem de uma casa arruinada ou em ameaça de ruína que não resolvesse o problema, teria sua casa demolida. Em 1915, o município de Pelotas estabeleceu o Código de Posturas referentes às Construções e Reconstruções da cidade, com legislações que regulavam a postura, a higiene e as normas edilícias.

Já em 1937, o conceito de Patrimônio presente no Decreto-lei nº 25, estava relacionado ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com fatos históricos e memoráveis da história do Brasil. O processo de construção de diretrizes e

recomendações mais efetivas de uso e ocupação do solo urbano da cidade de Pelotas teve início no primeiro Plano Diretor de 1967 (Figura 30), que seguia as bases dos planos municipais de desenvolvimento integrado das cidades médias e capitais.



Figura 30 - Mapa I Plano Diretor de Pelotas. Área em laranja mapeada como perímetro urbano. Área do Passo dos Negros constava fora desse perímetro.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 1967

Juntamente com o início dos tombamentos de bens imóveis nacionais, pelo SPHAN, em Pelotas, esses bens estavam relacionados com seu valor como monumento e somente foram reconhecidos bens que eram considerados de valor erudito.

A imagem construída do termo patrimônio histórico pelas políticas públicas de patrimônio, conduzidas pelo Estado, está longe de refletir a diversidade. Ao longo do tempo, a busca tem como estratégias a inclusão e valorização de narrativas de outros grupos nessas políticas públicas, grupos que, constantemente, foram invisibilizados.

Ao longo do tempo, o patrimônio cultural sempre esteve atrelado a certas dicotomias tradicionais, através de uma seleção nada ingênua, tanto de espacialidades quanto de temporalidades. Por muito tempo esta escolha esteve

diretamente relacionada a uma elitização do patrimônio, sendo a narrativa que representa apenas a matriz cultural europeia, reduzindo o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões dessa matriz, no caso brasileiro, predominantemente a portuguesa (FONSECA, 2003).

A primeira ação preservacionista da cidade foi resultado de um evento realizado por diversos grupos com apoio do IAB/RS em 1978, resultando na Carta de Pelotas. As primeiras ações efetivas de preservação do patrimônio vinculadas ao planejamento urbano da cidade estão presentes no II Plano Diretor Municipal, de 1980. Também consta no Plano um amplo estudo das características sociais, econômicas e físicas da cidade. Como vazios urbanos, áreas servidas por redes de infraestrutura urbana, serviços urbanos e equipamentos coletivos. Levantamento das habitações irregulares e com precariedade habitacional.

Em 1982, a Câmara de Vereadores de Pelotas aprovou a Lei 2708, que “dispõe Sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Pelotas, indicando bens de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrentes de atividade humana e do passar do tempo” (PELOTAS, 1982). Também instituiu o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC).

Em 1986, o executivo tombou cerca de 200 edificações. Porém esse tombamento foi revisto um ano depois, a partir de uma lei que criou um conselho revisor, revogando o processo de tombamento (GUTIERREZ, 2004). No inventário realizado entre 1986/1987, aproximadamente dez mil imóveis foram estudados e 1189 cadastrados. Dentre estes, 639 classificados como possuidores de valores de representação elevada e 333 indicados para tombamento, mas nenhum foi tombado definitivamente (SCHLEE, 1993).

Em 1996, foi criada a LEI Nº 4093, que revoga a Lei que criou o conselho revisor de tombamento e institui o Conselho Municipal de Cultura - CONCULT, que atua até hoje. Em 2000 a Lei Estadual 11.499 declarou integrantes do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul os dois primeiros loteamentos que correspondem às plantas de 1815 e 1835. No ano seguinte, essa lei foi ampliada através de Lei Municipal, número 4568, aumentando o perímetro da lei estadual e utilizando o conceito de Zonas de Preservação Cultural (ZPPCCs), incluindo zonas ambientais e trouxe diretrizes para conservação do entorno (GUTIERREZ, 2004).

Em 2003, foi criado o Roteiro das Charqueadas, que o instituiu como

referência de fatos históricos e de bens materiais e imateriais pertencentes à cultura do ciclo econômico do charque no Município de Pelotas. Foi proposta uma rota terrestre e outra fluvial, indicando os seguintes elementos do Passo dos Negros: a) Antigo Corredor das Tropas, no prolongamento da Avenida São Francisco de Paula, desde a Avenida Ferreira Viana até a Estrada do Engenho, passando pela Ponte dos Dois Arcos; b) Avenida Cidade de Rio Grande, a partir da Estrada do Engenho até a Rua Dr. Mário Meneghetti; c) Estrada do Engenho; d) Estrada do Passo dos Negros até a Boca do Arroio Pelotas (PELOTAS, 2003).

Dentro ainda dessas ações de preservação e produção de inventários na cidade de Pelotas, é importante destacar o trabalho de professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. A professora Ester Gutierrez desenvolveu um longo e denso estudo sobre o sítio charqueador de Pelotas, propondo uma área de tombamento do sítio em 2004 e também participou de inventários e Planos Diretores da cidade. Os professores Ana Lucia Costa de Oliveira (Ana Ó) e Sylvio Jantzen relatam suas experiências ao longo de anos ministrando a disciplina *Projeto Arquitetônico e Urbanístico 8 - Técnicas Retrospectivas* desde o ano de 1992. Mas os professores já desenvolviam projetos e ministravam disciplinas na área desde a década de 1980, sendo uns dos cursos pioneiros no país nesse formato. Além de Pelotas, os professores trabalharam em 13 cidades da região da UFPel. Ana Ó relata sobre esse ineditismo. Ela estava em São Paulo fazendo mestrado em São Carlos e levou suas experiências para Pelotas. Assim como Sylvio, que trouxe suas experiências na área de um curso desenvolvido na Alemanha, pois a área de conhecimento em questão ainda não era muito difundida no Brasil.

Para entender como as políticas de preservação da cidade são aplicadas atualmente, se faz necessário entender a construção e transformação do atual Plano Diretor. O III Plano Diretor da cidade de Pelotas foi implementado pelo Poder Executivo Municipal, através da LEI Nº 5.502, de 11 de setembro de 2008. Seu processo de construção deu-se por meio de financiamento do Programa Monumenta e o patrimônio cultural foi o tema de muitas proposições. Instituído conforme as determinações e diretrizes estabelecidas na Constituição da República e pelas disposições legais trazidas pelo Estatuto da Cidade, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e pela Lei Orgânica Municipal. O Estatuto das Cidades guiou a criação das propostas de Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural, baseadas nas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS).

O Plano Diretor, revisado em 2018, traz, na segunda parte, o Sistema de Gestão e contempla os programas para implementação do Plano Diretor e dos demais instrumentos de planejamento. No Art. 22, inserido no Plano de Preservação, o primeiro ponto indica a Elaboração das Guias de Desenho para os focos, eixos de ligações e ZZPC. Essas Guias foram construídas a partir de oficina ministrada pela Professora Ana Paula Neto de Faria e o Professor Sylvio Jantzen, por ocasião do Plano Diretor de 2008.

Dentro das definições no Plano Diretor, o Art. 49 especifica que as Áreas Especiais de Interesse – AEIs são os espaços do território municipal que, em razão de suas características ambientais, sociais e de ocupação, bem como dos interesses públicos delas decorrentes, ensejam regramento especial como instrumento de gestão, visando o cumprimento de seus objetivos (PELOTAS, 2008).

As Áreas Especiais de Interesse Ambiental - AEIA, possuem duas classificações: As Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural (AEIAN), que são o conjunto de condições, leis, influências, alterações e interações de ordem física, química e biológica. E as Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural ou Construído (AEIAC), que é todo e qualquer bem ou direito de valor histórico, estético, artístico, cultural, turístico, arquitetônico, arqueológico, urbanístico e paisagístico, cuja conservação seja de interesse público (PELOTAS, 2018).

Apesar das Áreas naturais e culturais da cidade estarem dentro do mesmo tipo de Área Especial, elas acabam sendo consideradas em categorias diferentes, não havendo efetivamente articulação entre os zoneamentos e diretrizes.

No III Plano Diretor a área da Ponte do Passo dos Negros foi inserida na AEIAC do Sítio Charqueador na revisão de 2018, após a denúncia ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que relata os riscos quanto à vulnerabilidade da área frente às investidas de expansão urbana, que prevê usos comerciais e residenciais, inadequados ao caráter histórico-cultural e patrimonial. A Vila Operária do Engenho Pedro Osório foi inserida na caracterização do conjunto do Engenho, assim como a Ponte dos Dois Arcos, chamada de Ponte do Passo dos Negros (Figura 31).

**Art. 75 - A Área Especial de Interesse Cultural, AEIAC - Sítio Charqueador, conforme mapa nº U-09 em anexo à presente lei, compreende os seguintes Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas a seguir:**

**I - Charqueadas:** Composta pelas 13 (treze) sedes das antigas salgas à margem do Arroio Pelotas listadas no artigo 70, e pela chaminé e caixa d'água da Charqueada São João, ficando delimitado um raio de 200,00m (duzentos metros) a partir do centro de cada sítio como área de preservação. *(Modificado pela Lei nº 6.636, de 3 de outubro de 2018)*

**II - Engenho Pedro Osório e Vila Operária:** Composto pela área do antigo Engenho Coronel Pedro Osório e ~~parque São Gonçalo~~ e pela Vila Operária, em um raio de 200m do centro do prédio do engenho. *(Modificado pela Lei nº 6.636, de 3 de outubro de 2018)*

**III - Ponte Passo dos Negros – composto pela Ponte do Passo dos Negros e área de entorno.** *(Incluído pela Lei nº 6.636, de 3 de outubro de 2018)*

Figura 31 - Trecho do Plano Diretor com alterações relativas ao Engenho Pedro Osório, Vila Operária e Ponte - AEIAC Sítio Charqueador  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018

O Engenho Pedro Osório faz parte da Focos de Especial Interesse Cultural (FEICs), inserido no Art. 78, onde a preservação do patrimônio cultural foi retomada com a ideia de proteger áreas significativas da cidade em contrapartida à proteção de edificações isoladas. Na revisão de 2018, o III Plano Diretor trouxe algumas alterações na área relacionadas com a inserção da Ponte dos Dois Arcos como uma FEIC: III - Ponte Passo dos Negros – composto pela Ponte do Passo dos Negros e área de entorno (Figura 32).

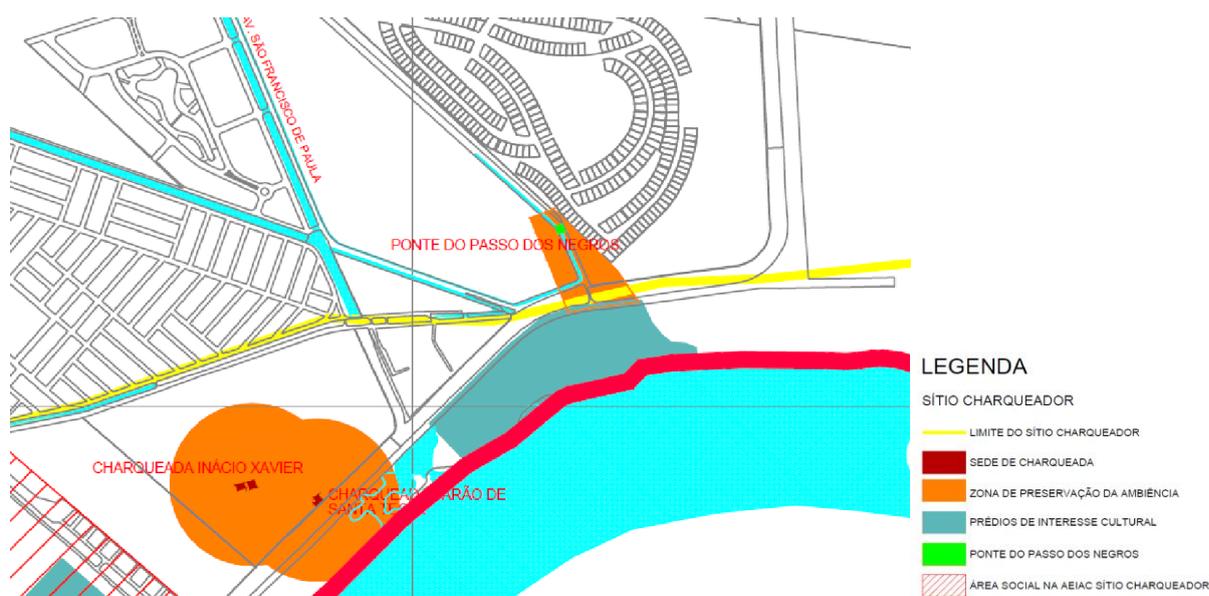


Figura 32 - Mapa Plano Diretor - AEIAC Sítio Charqueador  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018

Dentro das diretrizes e especificações das Áreas Especiais de Interesse Cultural - AEIAC, o Plano Diretor define, no artigo 64

que se atribuirá àquelas áreas que apresentam patrimônio de peculiar natureza cultural e histórica que deva ser preservada para evitar a perda, deterioração ou desaparecimento das características, das substâncias ou das ambiências culturais e históricas que lhe determinem a especialidade, visando a recuperação dos marcos representativos da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população (PELOTAS, 2018).

As características que atribuem essas áreas necessárias de proteção especial do Poder Público Municipal, constam no Art. 65 do Plano Diretor: Históricas, Arquitetônicas, Urbanísticas, Paisagísticas e Práticas Sociais, essas quando apresentam espaços relacionados a usos e atividades específicas e relevantes à identidade local da comunidade, o que seria o caso do Engenho Pedro Osório.

Esses elementos estão presentes na paisagem do Passo dos Negros e já estavam protegidos por instrumentos de preservação dentro do PD e através de inventários e diversos movimentos, assim como em pesquisa de Ester Gutierrez e da historiadora Zênia de Léon, que buscaram durante anos esse reconhecimento da área, através de pesquisas, artigos e reportagens. Na prática, as ações efetivas de preservação e utilização desses elementos para a comunidade não foram efetivados. Após as denúncias ao MP, essas alterações do PD foram propostas, inserindo a Ponte dos Dois Arcos e a Vila Operária nos Focos de Interesse Cultural.

Essa relação direta com os elementos históricos do Passo dos Negros está presente na comunidade. Em uma conversa das pesquisas do GEEUR em 2016, Seu Eduardo, morador da região, relata sobre a Ponte e o corredor das Tropas.

aquele bueiro ali, diz que foi feito por essa mesma mão escrava que tinha aí. Até agora há pouco tempo que a prefeitura tombou aquilo ali como patrimônio histórico, depois que eles fizeram ali... tá largado ali, como largaram o corredor das tropas, que era a única estrada que tinha de acesso aí, que era aquela estrada de baixo já diz né, Corredor das Tropas, que era onde todo mundo passava com o gado por ali, saía por cima pra levar pro Anglo, deixavam no anglo lá. então o pessoal que trazia gado de fora passava sempre por aqui, aí o nome daquilo ali ficou conhecido como Corredor das Tropas (GEEUR, 2016, p. 98).

Mais do que inventários do que pode desaparecer, é necessário entender esses processos e movimentos da cidade viva para daí propor intervenções no espaço.

Os Focos de interesse Cultural - FEIC, do qual o Engenho Pedro Osório e a

Ponte dos Dois Arcos são atribuídos, possuem características peculiares dentro das AIEAC e possuem maior relevância sob o aspecto cultural. Compõem uma área de abrangência com diretrizes específicas relacionadas às novas inserções e intervenções, também às regras de composição arquitetônica e controle urbanístico estabelecidos, buscando manutenção e incremento das características específicas de cada foco da área (PELOTAS, 2018). No mapeamento das Áreas Especiais de Interesses Culturais, a região está localizada dentro da AEIC SÍTIO CHARQUEADOR e possui zonas de SÍTIOS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO (Figura 33).

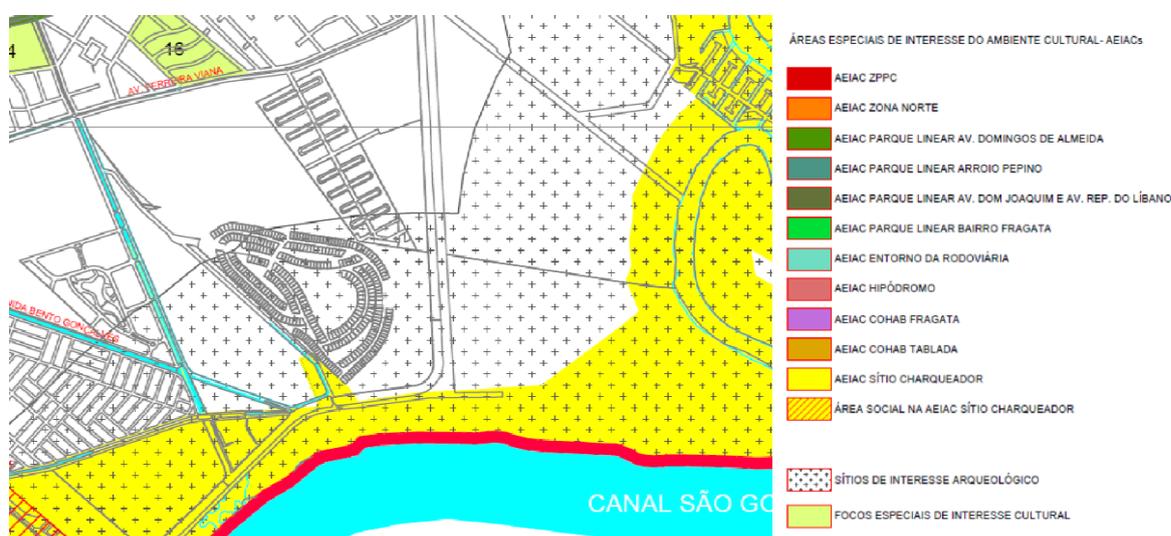


Figura 33 - Mapa Plano Diretor (U-09)- Área Especial Interesse Do Ambiente Cultural da Região do Passo dos Negros  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018

Outra alteração realizada na revisão do Plano Diretor da cidade, de 2018, foi a supressão de áreas de preservação permanente (APP). Áreas de Preservação são faixas de proteção ao longo de cursos d'água, como arroios, rios, nascentes, banhados, entre outros. O Código Florestal Brasileiro de 2012 define APP como área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

Como relatado anteriormente no capítulo 3, a comunidade de pescadores da Estrada do Engenho passa por um processo de realocação. O processo de remoção foi iniciado em 2016, quando as famílias foram notificadas que seriam removidas

para o Bairro Getúlio Vargas, um bairro periférico da cidade, distante do canal e de seus lugares de habitar e trabalhar.

A Prefeitura de Pelotas utilizou como argumento o impacto ambiental que os pescadores causariam no canal, assim como o argumento de que os próprios moradores estariam em risco. A justificativa da remoção era a de criar uma Unidade de Conservação, que está já zoneada no Plano Diretor revisado em 2018. Moradores que passaram pelo processo relataram esse conflito a partir de uma narrativa diferente daquela adotada pela prefeitura.

Em 2016 se levantaria um período de retirar o pessoal dali, arrancar o pessoal dali, porque era área de risco. Eles dizendo que representava área de risco, pois trazia poluição para o rio, pelo contrário os moradores que moram ali, limpavam o canal, então para eles, criaram essa forma de dizer que os moradores poluem (MATHIAS, 2020, p. 74).

Algumas propostas e alterações foram feitas ao longo dos anos na região, às margens do São Gonçalo. O mapa produzido por Ester Gutierrez em 2003 (Figura 34) mostra que a região como área de consolidação da cidade construída e também como área de Parque da cidade e do Parque São Gonçalo já está demarcado nos Planos Diretores anteriores, como ilustrado no mapa abaixo.

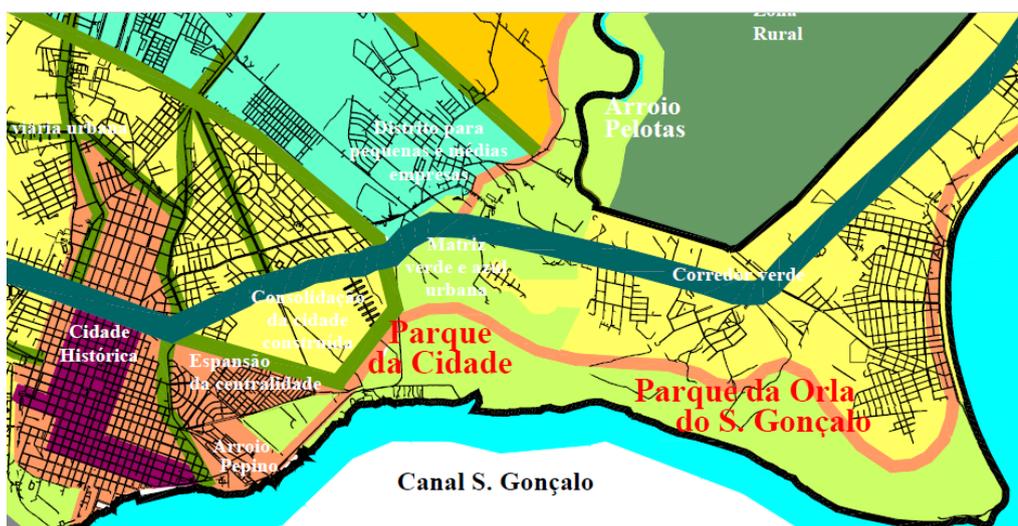


Figura 34 - Modelo Urbano Geral: Matriz Verde e Azul, baseado na planta do Modelo Urbano da PMP  
Fonte: Ester Gutierrez, 2003

No atual Plano está demarcado o Parque da Orla do Canal (Figura 35) dentro da MATRIZ VERDE E AZUL URBANA – CIDADE QUE CONTEMPLA O CANAL: Redefinição dos limites de urbanização, através da criação de parques

naturais inseridos no contexto da cidade (PELOTAS, 2018).



Figura 35 - Recorte do Mapa do Modelo Urbano na região do Passo dos Negros.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018

Esses conflitos aparecem nas alterações nos zoneamentos ambientais no PD. Então, por que se por um lado os pescadores são removidos de uma área de conservação ambiental, por outro lado o perímetro de Área Ambiental é suprimido para regularizar um condomínio produzido para a elite? As Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural (AEIAN), mapeadas no PD, são áreas do território municipal, de domínio público ou privado que, em razão de suas características naturais, geológicas, hidrológicas, paleontológicas, ecológicas, de biodiversidade e de paisagem em território urbano ou rural, ensejam regramento especial como instrumento de gestão (PELOTAS, 2018).

No mapa, a Área Especial Interesse Ambiental Natural possui agora apenas proteção nas margens do Canal São Gonçalo (Figura 36).

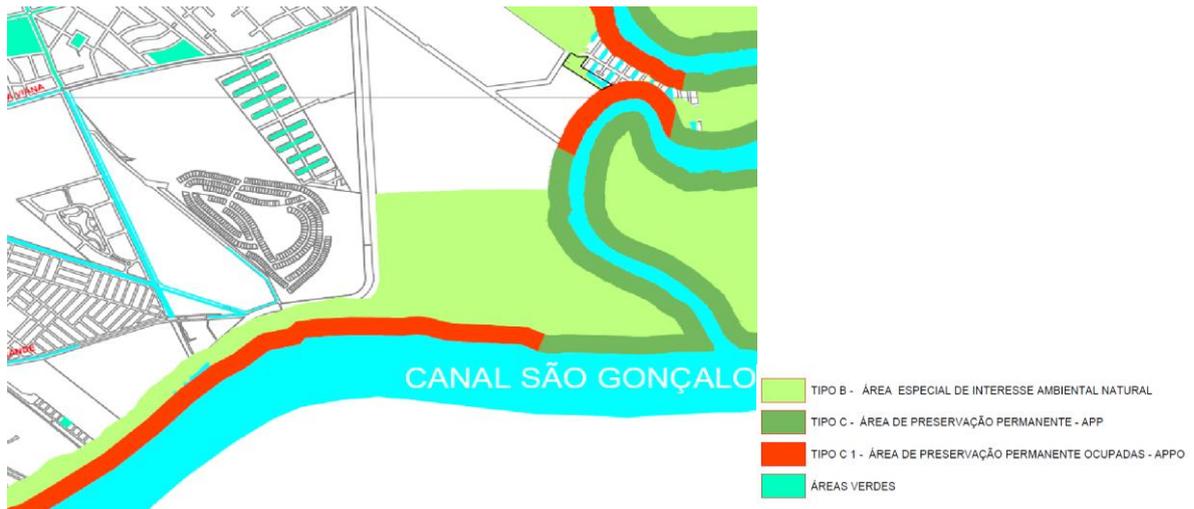


Figura 36 - Mapa Plano Diretor - Área Especial Interesse do Ambiente Natural  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018

A área possui banhados que quando o III Plano Diretor foi planejado eram mapeados como APP. Segundo a Professora Ester Gutierrez, que participou da elaboração e do mapeamento da primeira versão do III Plano Diretor em 2008, essas áreas alagadiças precisam ser preservadas pois funcionam como uma esponja, quando o rio sobe, o banhado retém a água. Se ele não existe, a consequência direta é a enchente e o seu avanço sobre a área urbanizada. Por isso os banhados existentes na região e entorno do Passo dos Negros estavam mapeadas como Área Particular de Especial Interesse Ambiental Natural (Figura 37). Essas áreas são necessárias para a manutenção do ecossistema e dos recursos hídricos da região.

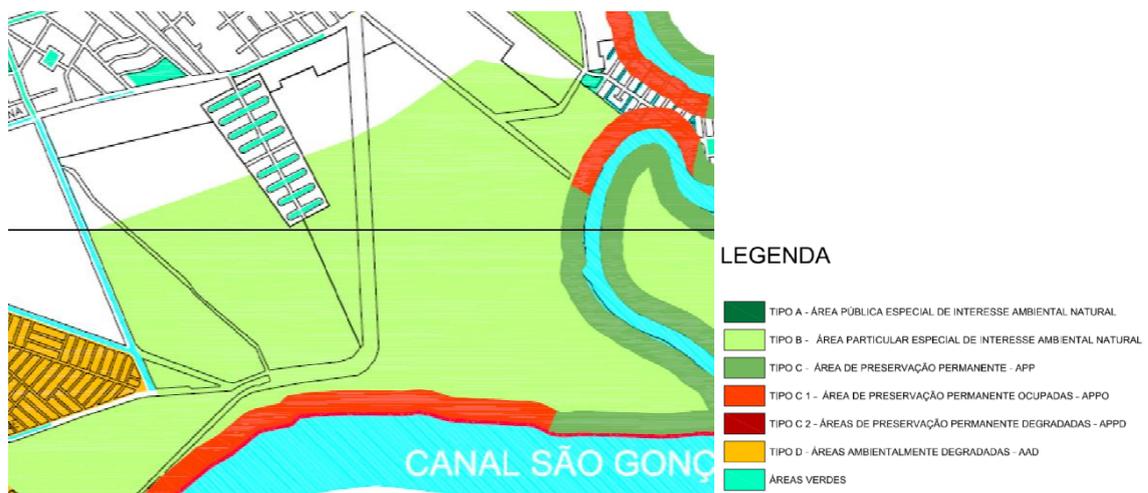


Figura 37 - Mapa Plano Diretor - Área Especial Interesse do Ambiente Natural antes da revisão de 2018.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008

Podemos perceber que o condomínio fechado Lagos de São Gonçalo (Figura 38), que possui uma área de 35 hectares, foi construído nessa área de banhados que deveria ser preservada. Outros empreendimentos já estão previstos para a região.



Figura 38 - Mapa Foto aérea Condomínio Lagos de São Gonçalo e Canal São Gonçalo ao fundo  
Fonte: Idealiza Urbanismo

Os/as moradores/as do entorno do Corredor das tropas e do Lagos de São Gonçalo relatam a mudança ao longo do tempo dos recursos hídricos da região. Seu Camilo, antigo morador do Passo, conta que o Corredor das Tropas é envolto de banhados e com uma diversidade de espécies como juncos, cactos, árvores corticeira, figueirinha, embira. Também falou da existência de "sumidouros", locais nos banhados onde existem poços d'água com lama. Se o animal cai ali, ele se atola e desaparece. Ainda relata que o corredor, por certo, foi aterrado pelo cruzar das tropas. Hoje os banhados estão sendo aterrados para a construção dos condomínios fechados.

Outro relato dos/as moradores/as conta como era o Canal São Gonçalo.

Esse canal São Gonçalo isso aí era limpinho. Queria pescar, ia lá para a beira do arroio e pescava. Báh olha! Pescava peixes enormes! Na época de semana santa as pessoas iam lá e pegavam assim. iam pescar e passavam a noite pescando. Traziam aquelas traíras, coisa mais linda!. Agora acho que não dá mais nada, porque virou esgoto, né. Basta a gente olhar, quando a gente vai passar naquela ponte que vai para Rio Grande, olha lá de cima. Isso aí parece uma sanga. Nem parece mais um canal GEEUR, 2019, p180).

A região do São Gonçalo no Passo dos Negros recebeu uma grande obra de

drenagem urbana após uma grande enchente na cidade, em 1941, que elevou o nível do canal São Gonçalo, inundando suas margens. Foi então construída uma estrutura de contenção para barrar as águas do São Gonçalo, um dique, que conformou um caminho mais alto, o que é hoje a Estrada do Engenho, produzido provavelmente pela técnica do “bota dentro”, que é a retirada de aterros da própria área abrindo-se com isso um amplo canal (CARLE, 2017). Esse Sistema de controle de enchentes possui comportas que permitem a passagem das águas dos vários canais que se ligam ao canal principal, que o ladeia, fazendo o serviço de condução de águas ao lado, mas que o serve pela passagem por estas comportas com os excessos de águas que para lá fluem nos períodos chuvosos (CARLE, 2017).

Entretanto, mesmo com esse grande sistema de macrodrenagem implantado, a região passou por outra enchente em 1972. Um morador relata que o dique rompeu. Segundo ele, “[...] isso aqui ficou parelho de água, de ponta a ponta, foi muita tristeza. Perdemos tudo, tem bicho meu que morreu, custou a baixar e foi brabo mesmo” (MATHIAS, 2020, p. 54).

Devido às escolhas de ocupação do solo da cidade feitas pela gestão municipal em prol dos interesses dos grandes empreendimentos imobiliários, a paisagem do entorno do Engenho Pedro Osório, às margens do Canal São Gonçalo, tem sofrido alterações significativas nos últimos anos. Impactos sociais, ambientais e culturais. Essas alterações nas diretrizes de ocupação do solo mostram a fragilidade da área frente às condições legais oferecidas pelo poder oficial, relacionadas tanto em relação à patrimonialização do espaço quanto às questões ambientais.

A dinâmica desse tipo de crescimento urbano processa-se devido a essas escolhas de ocupação do solo em locais ambientalmente frágeis e transformam a hidrografia, os recursos hídricos e os demais atributos naturais associados, aumentando a superfície impermeável (PERES, 2011).

O Passo dos Negros impulsionou o desenvolvimento da cidade de Pelotas. Tornou-se uma comunidade periférica por diversos processos de apagamento relacionados ao discurso e escolhas de narrativas ao contar a história da cidade. Também por escolhas do poder público de não oficializar o espaço como uma área habitada da cidade. Essa narrativa escolhida é pautada na construção dos casarões em estilo eclético, relacionados aos grandes produtores de charque do passado. Centrada apenas em seus aspectos arquitetônicos, os aspectos simbólicos, relacionados a essas edificações, apontam apenas para a história de famílias dos

charqueadores e suas formas de habitar.

No primeiro e no segundo Plano Diretor de Pelotas, a região do Passo dos Negros foi ocultada nos mapas e nas diretrizes de legislação urbana, sendo considerada zona rural. No II Plano Diretor Municipal, de 1980, foi proposta uma Zona Central de Comércio (ZCC) (PELOTAS, 1980), focando assim numa proposta urbanística de ocupação e reaproveitamento do solo na área central. Mas a região do Passo ainda constava como não habitada.

Podemos observar no levantamento realizado pelo professor Otávio Peres, no Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFPel. Nos mapas, estão marcadas as áreas de ocupação urbana da cidade ao longo dos anos (Figura 39), segundo os mapas oficiais da cidade. A região marcada no mapa com a seta vermelha é o Passo dos Negros. Nota-se a área como nunca sendo ocupada.

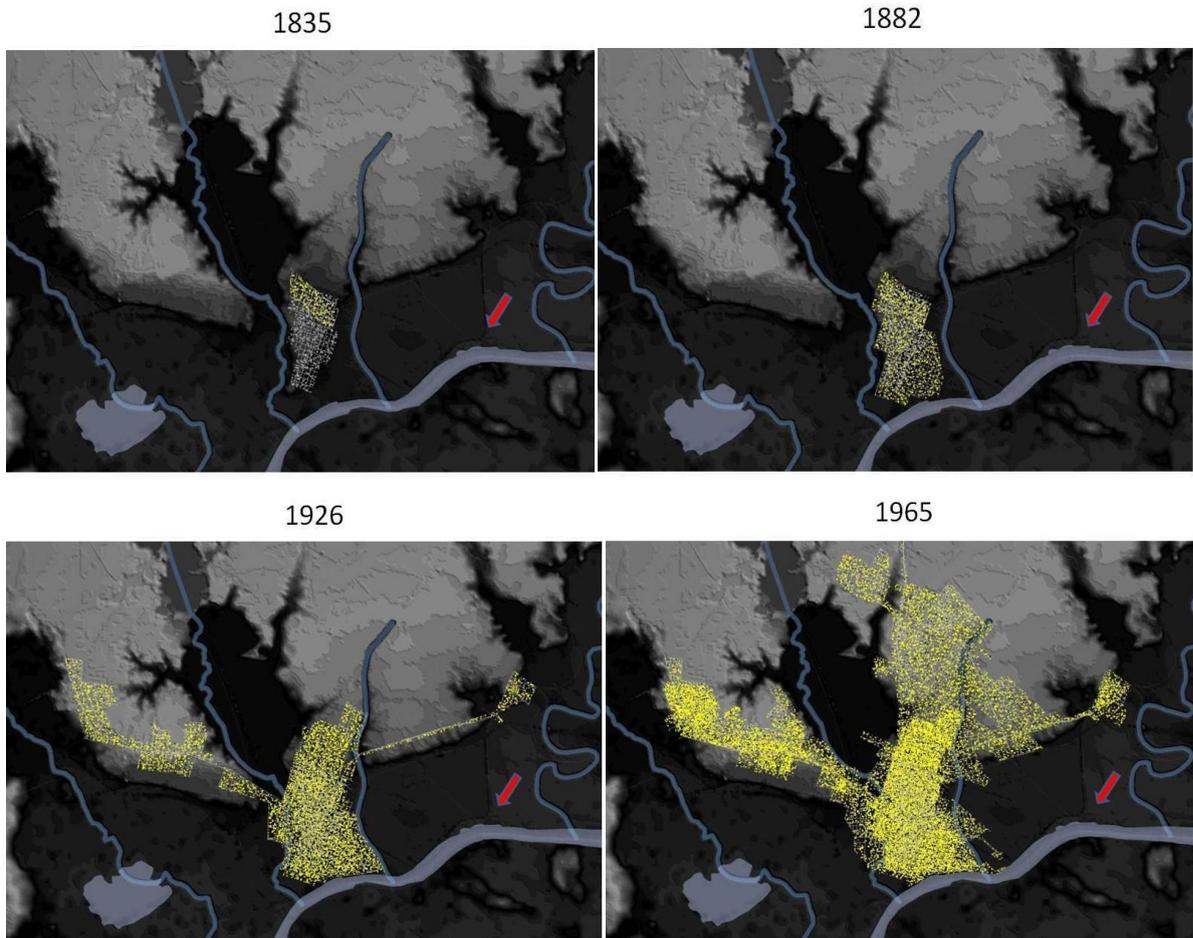
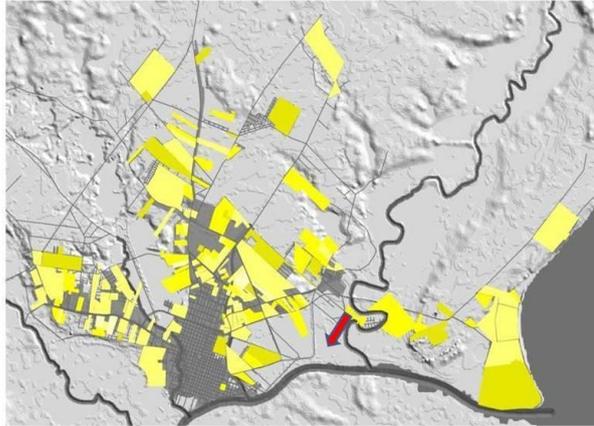


Figura 39 - Evolução da ocupação urbana formal pela Prefeitura de Pelotas.  
Fonte: Otávio Peres. LabUrb.

No entanto, a região já vem sendo ocupada há anos por moradores, em moradia regular e irregular. O mapeamento do parcelamento do solo entre 1965 a 2011 não mapeia a região do Passo dos Negros, nem no mapeamento das ocupações irregulares (Figura 40) isso acontece.

Parcelamento do Solo [1965-2011]



Ocupações Irregulares [1965-2011]

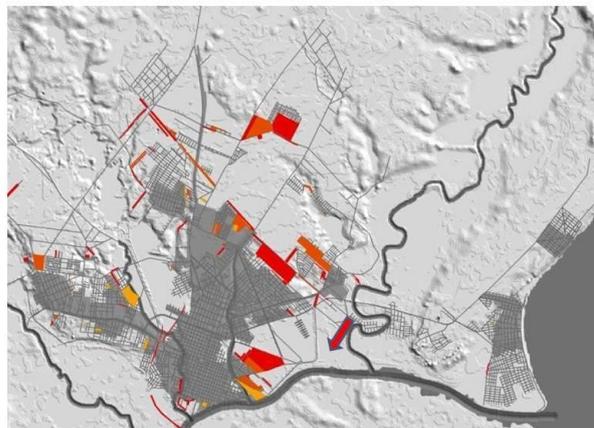


Figura 40 - Mapeamento do parcelamento do Solo e ocupações irregulares pela Prefeitura (1965-2001).

Fontes: Otávio Peres. LabUrb

Porém podemos observar que a área já vem sendo ocupada há muitos anos, como mostram as imagens aéreas do Passo dos Negros de 1965 e 2001 (Figura 41).



Figura 41 - Mapa na área do Passo dos Negros - 1965 e 2001.

Fontes: Acervo Lagoa Mirim - UFPel e Google Maps.

Na revisão do III Plano Diretor, realizada em 2018, a área consta como vazios urbanos, sendo que, além da ocupação, existem habitações já consolidadas onde aparecem no mapa, da mesma maneira, como vazio (Figura 42).

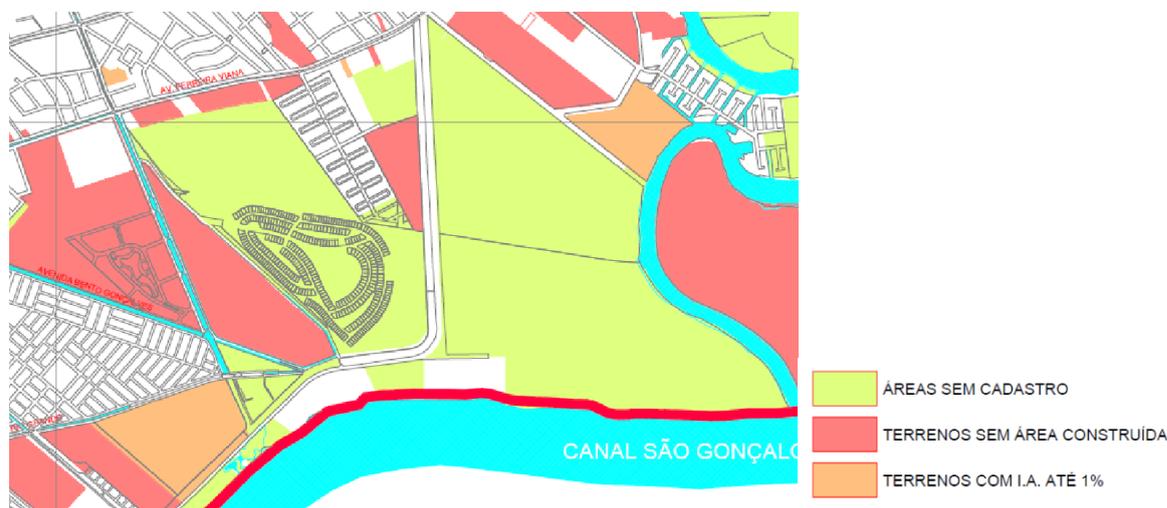


Figura 42 - Mapa Plano Diretor - Vazios Urbanos  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018

A questão da desigualdade e da segregação social está espacializada na região e está pautada por vários condomínios fechados e pela realidade dos pescadores que trabalham ali e que vivem da Pesca, a partir do canal São Gonçalo. Apresenta inúmeras desconexões de espaço, muitas vezes existentes por consequência da existência dos condomínios fechados, que não deixam existir uma relação entre o entorno e a especulação imobiliária.

Distante das narrativas oficiais adotadas pela Prefeitura e por grupos imobiliários, o Passo dos Negros poderia estar dentro do que se define como margens em oposição a centralidade na relação, como descreve Michel Agier (2015). Dentro de uma construção/desconstrução do que é cidade em constante transformação, uma nova centralidade artificial se constrói na paisagem do antigo Passo dos Negros omitindo a diversidade de temporalidades presentes no lugar, como se uma espécie de ocultamento caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada (CERTEAU, 2007).

O Passo dos Negros (Figura 43) surge, nesse sentido, como lugar de referência empírica. As linhas que seguem são um texto sobre uma cidade conforme ela é praticada, evidenciando que “uma cidade metafórica insinua-se no texto claro

da cidade planejada e visível” (CERTEAU, 2007, p. 172) em contraposição à cidade-conceito. Assim, percebe-se que falar do Passo de hoje sem lembrar do Passo dos Negros de outrora é tarefa impossível, pois as temporalidades distintas permanecem interligadas e guardadas através das narrativas dos moradores e moradoras que demarcam seu espaço através do tempo (SILVEIRA, 2018). A convergência de sentidos a partir de experiências compartilhadas é um dos fundamentos da ideia de lugar (LEITE, 2007).



Figura 43 - Imagens do cotidiano do Passo dos Negros.  
Fonte: GEEUR, 2016

Entretanto, constam no Plano Diretor alguns princípios relacionados com a promoção e efetivação do direito à cidade, tais como: a Função social da cidade; a Função social da propriedade; o Desenvolvimento sustentável da cidade; Gestão democrática e participativa; A cidade de Pelotas como Patrimônio Histórico Nacional; Garantia do direito à cidade (PELOTAS, 2008). No documento está indicado que “as diretrizes do Plano Diretor serão atendidas com base na implementação de políticas públicas integradas para ordenar a expansão e o desenvolvimento do Município” (PELOTAS, 2018). Essas políticas públicas integradas podem ser ampliadas através de Planos Integrados, tema que será abordado ao longo do capítulo.

No Art. 8 indica que o cumprimento da função social da propriedade imobiliária se caracteriza pela adequação da mesma à função social da cidade, a destinação da propriedade imobiliária deverá ser para

I. O uso habitacional; II. Atividades que gerem emprego e renda; III. A proteção e a preservação do ambiente natural; IV. A proteção e a preservação do patrimônio cultural; V. A realização de atividades culturais ou educacionais. Sendo, assim, as propriedades que não cumprirem algumas destas atividades, não estarão cumprindo a função social da propriedade imobiliária. ou seja, a não utilização, não edificação ou subutilização de imóvel, podendo ser caracterizado o mesmo como reserva imobiliária (PELOTAS, 2018).

O plano ainda indica os instrumentos para regularização fundiária e política habitacional, tais como: Concessão de Direito Real de Uso; a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia; a Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais de baixa renda favorecidos, especialmente na propositura de ações de usucapião, especialmente nas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) (PELOTAS, 2018).

Em relação à usucapião em AIES, esse instrumento facilitaria o processo de regularização das ocupações existentes no Passo dos Negros e entorno que ainda não estão dentro dessa área. Esse processo poderia e deveria ser realizado através da Assistência técnica e jurídica gratuita, que garante o direito à arquitetura, estabelecido em 2001 pelo Estatuto da Cidade e pela Lei 11.888/08, chamada Lei da Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social, que institui a assistência técnica e regulamenta o acesso gratuito das famílias de baixa renda, de até 3 salários mínimos, aos serviços profissionais de engenharia e arquitetura (BRASIL, 2008).

O Art. 14 do Plano ainda aponta como essa assistência técnica e jurídica gratuita poderá ser realizada, seja por órgãos da Administração Municipal, por entidades ou por instituições de Ensino Superior, desde que sejam firmados termos de cooperação técnica ou convênios com a finalidade indicada (PELOTAS, 2018).

Instrumentos, diretrizes e princípios para uma cidade mais justa, democrática e inclusiva existem, porém, pudemos identificar que nem no mapa das zonas de interesse social a comunidade está mapeada.

O Art. 87 estabelece as Áreas Especiais de Interesse Social, que são porções de território do Município, destinadas prioritariamente à recuperação urbanística e ambiental, à regularização fundiária e à produção de Habitação de

Interesse Social (HIS). No mapa abaixo (Figura 44) pode-se verificar que na região do Passo dos Negros apenas a comunidade dos pescadores e pescadoras e o Bairro Navegantes são mapeadas como AEIS, ocultando as outras ocupações existentes na região.

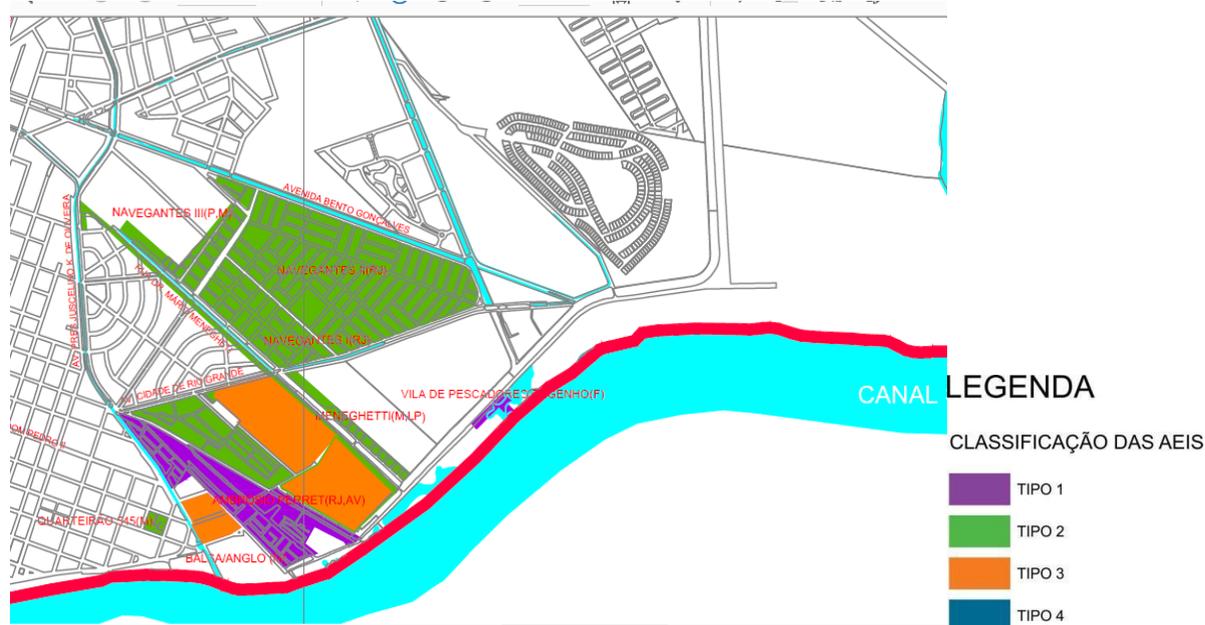


Figura 44 - Recorte do Mapa do Plano Diretor - Área Especial Interesse de Interesse Social (U-07).  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018

A Arquiteta e Urbanista Liara Dalsoto Callegaro desenvolveu seu Trabalho Final de Graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, na região do Passo dos Negros, onde trabalhou com a temática da regularização fundiária, com o título *Além da Margem: Planejamento Urbano e sistema de espaços abertos para o Bairro São Gonçalo*. Liara produziu uma série de mapeamentos da área, incluindo as áreas de ocupações irregulares (Figura 45), mostrando essa outra cidade vivida que os mapas da prefeitura não mostram.



Figura 45 - Mapeamento ocupações irregulares na área do Passo dos negros  
Fonte: Liara Callegaro, 2018

Liara trabalha na área de regularização fundiária e relata sobre as disparidades das duas formas de morar na cidade, diferenciando o morar regularmente e o morar irregularmente, onde nesta última existe a insegurança da moradia. Sobre as remoções, Liara observa

As pessoas estão sempre sujeitas a remoções e a desapropriações, não sabem muitas vezes se vão voltar para casa se a casa delas ainda vai estar lá. Também as famílias não têm direito a financiamento habitacional que possa fazer melhorias em sua casa não tem acesso a direitos básicos como saneamento energia, é uma enorme disparidade entre essas duas formas de morar (MESA 6 - REFLEXÕES E DEBATES SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM PELOTAS, 2020).

A arquiteta e urbanista propôs uma série de intervenções para a área do Passo dos Negros, desde linhas do ambiente natural, da preservação ambiental, revitalização dos canais, infraestrutura de saneamento até a regularização fundiária. Também abordou o tema da Preservação Cultural e Alternativas para o trabalho e renda. Em relação à regularização fundiária, ela propôs um parcelamento do solo para as ocupações, mantendo o perímetro do assentamento consolidado na ocupação do corredor das Tropas, entre outras ocupações próximas ao Osório Futebol Clube. Liara apresentou propostas gerais (Figura 46), fazendo parte de um

plano de regularização fundiária, manutenção do perímetro do assentamento e a manutenção da taxa de ocupação da Área de APP, além de apontar a importância da implementação de rede de esgoto, de água e de energia, além de outras propostas de infraestrutura urbana e equipamentos urbanos.



Figura 46 - Proposta Gerais para regularização fundiária  
Fonte: Liara Callegaro, 2018

No Art. 88 do PD da cidade, já são estabelecidas diretrizes das Áreas Especiais de Interesse Social, que abrangem as propostas feitas por Liara, dentre elas, estão

Adequar a propriedade do solo à sua função social; Evitar a expulsão dos seus moradores, mediante a utilização de instrumentos jurídicos e urbanísticos próprios; Integrar à cidade os assentamentos habitacionais de baixa renda, promovendo sua regularização jurídica, urbanística, técnica e ambiental; Propiciar a recuperação ambiental de áreas degradadas ocupadas por população de baixa renda; Oferecer a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local; Fomentar a utilização dos vazios urbanos; Promover a manutenção e melhoria de HIS, incluindo a recuperação de imóveis degradados; Propiciar a geração de trabalho e de renda para seus moradores (PELOTAS, 2018).

Além do Plano Diretor, Planos Setoriais do município complementam o Sistema de Planejamento. Os seguintes planos são listados no Plano diretor: **Plano**

**de Ordenamento Territorial; Planos Distritais, Planos de Bairro; Plano de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana; Plano de Urbanização para as AEIS e Plano para Revitalização dos complexos educacionais e religiosos**, com atenção especial aos edifícios inativos, criando espaços para a expressão e manifestação de atividades culturais, tais como espaços culturais multifuncionais, museus, bibliotecas, centros de atividades. Compete ao CONPLAD zelar pela elaboração e prazos estabelecidos (PELOTAS, 2018).

Outros Planos Municipais são listados no PD, como instrumentos de política ambiental a serem implementados, entre eles Áreas Protegidas, Saneamento Ambiental, Resíduos Sólidos, arborização, Unidades de Conservação, entre outros. Porém, alguns Planos estão ainda em desenvolvimento ou ainda não foram desenvolvidos e nem efetivados.

Os planos setoriais dos municípios complementam o Plano Diretor em uma visão global de planejamento territorial. Articulam políticas de áreas específicas da cidade e surgem quando não é possível contemplar todas as estratégias em um único documento devido a complexidade da área de abrangência ou quando nem todos os impasses conseguem ser tratados no Plano Diretor. É um desdobramento das estratégias gerais em setores específicos. Tem o objetivo de nortear a distribuição equitativa dos direitos e benefícios da urbanização, efetivando o direito à cidade e o direito à propriedade de todos os cidadãos.

Dentre os Planos, constam o Plano Municipal de Cultura, de Turismo e o Plano de Mobilidade. Dois já estão disponíveis, o Plano de Turismo, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e o Plano Municipal de Cultura, que foi instituído através da LEI Nº 6389, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016, no âmbito do Município de Pelotas e dispõe gestão pública da Política Cultural criando instâncias de participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural sob organização, gestão, execução e responsabilidade da Secretaria Municipal da Cultura - SECULT (PELOTAS, 2018).

O Decreto 6209 de 19 de setembro de 2019 institui o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Pelotas e foi desenvolvido por uma equipe de técnicos lotados nas Secretarias de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, de Transporte e Trânsito e de Planejamento e Gestão, além de firmar convênio de cooperação técnica com a Universidade Federal de Pelotas. O documento define que o Plano é o

instrumento de planejamento da mobilidade que considera o deslocamento de pessoas e cargas em geral, o controle desta atividade urbana sobre o ambiente natural e construído, e a participação da sociedade na sua execução. É também um complemento do III Plano Diretor Municipal e de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PELOTAS, 2019).

O Plano propõe criar condições de circulação do pedestre e PCD em toda a cidade, pavimentação de passeios e complementação do Sistema Viário, entre outras. Na região do Passo dos Negros há uma proposta de intervenção na Estrada do Engenho (Figura 47), que ligará a Avenida Ferreira Viana, principal via de acesso à Praia do Laranjal, área de grande procura de lazer e também área que vem sendo ocupada por condomínios. Essa é uma das grandes reivindicações de quem mora nessa área, uma alternativa de conexão entre o centro da cidade e a praia, atendendo demandas principalmente dos moradores dos condomínios de alto padrão. Essa infraestrutura impactaria diretamente a área de Unidade de Conservação e que foi utilizada como argumento para retirada dos pescadores da Estrada do Engenho.

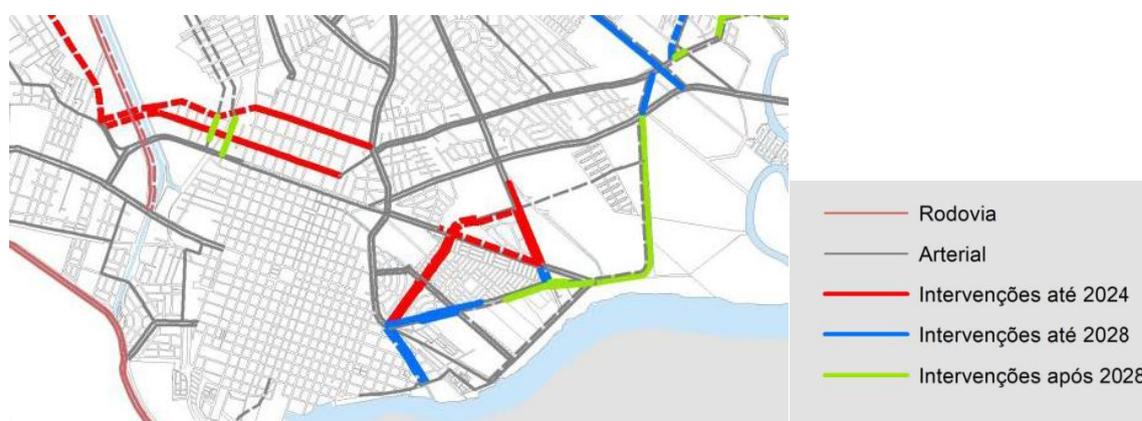


Figura 47 - Proposta de complementação do Sistema Viário Arterial- Horizontes. Em verde intervenção na Estrada do Engenho  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018

Ainda dentro do Plano de Mobilidade encontramos outras propostas para a área, criação de um Parque da Estrada do Engenho como área de lazer e contemplação para o Município (Figura 48). Elaborado pela SGCMU, a proposta contempla: restauração ecológica da área degradada e a implantação de caminho para pedestres, ciclovia, mobiliário urbano, passarelas de madeira para acesso ao canal, paisagismo, quadras poliesportivas e quiosques. No Plano consta a previsão

de “relocação da população que vive à beira do canal para a implantação do Parque” (PELOTAS, 2019. p. 83).



Figura 48 - Proposta Parque Estrada do Engenho. Área exclusiva para pedestre  
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018

Outra proposta que a Prefeitura Municipal de Pelotas tem estudado é de atribuir a região do Passo dos Negros como paisagem cultural. Além do conceito em si, pode-se perguntar o que a proteção de um lugar sob o conceito de paisagem cultural pode oferecer para a preservação, tanto do patrimônio natural quanto cultural. Também se pode perguntar sobre a continuidade da comunidade naquele lugar. Quais diretrizes devem ser tomadas para o uso e ocupação do solo?

No parecer do processo de tombamento número 1512-T 03, do conjunto histórico de Pelotas Rio Grande do Sul, é apresentado que existem ações e políticas municipais relacionadas à preservação do patrimônio a partir de 1980, citando conjuntos de leis, como a lei de 1982, que institui o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural. Também a lei 4568/2000, que instituiu as zonas de preservação do patrimônio cultural e a proteção aos Imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural de Pelotas. Cita a lei municipal nº 5146/2005 que institui a possibilidade de isenção de IPTU para os imóveis integrantes do citado inventário e detalha a zona de preservação do patrimônio cultural que integra o Plano Diretor da cidade de Pelotas, bem como os níveis de preservação aplicáveis a essas zonas, sendo esses: nível 1, nível 2, nível 3 e nível 4 (IPHAN, 2018).

Foi proposto como critério para definição do perímetro a ser tombado que fossem englobados os conjuntos dos cinco monumentos tombados até então pelo IPHAN, um sistema de Praças da cidade e seus monumentos arquitetônicos significativos do sistema de abastecimento da água do século XIX e os quarteirões no centro histórico no entorno da Catedral de São Francisco de Paula e da Praça Coronel Pedro Osório. Também foram apontadas a presença de 28 edificações consideradas de valor artístico e histórico (IPHAN, 2018).

Essa seleção do conjunto foi justificada por abarcar os principais espaços e arquiteturas relacionadas à expansão urbana ao longo do século XIX, valorizados pela elite pelotense. O parecer indica a vinculação desses bens culturais materiais com os bens culturais imateriais de grande importância para a cidade e sua região, como as duas grandes tradições doceras que se desenvolveram, tanto pela riqueza produzida pelo ciclo do charque, quanto por sua decadência.

Apesar de ressaltar a importância dos valores urbanísticos e arquitetônicos dessas áreas, o parecer não indica a delimitação de áreas envoltórias e nem a garantia da manutenção da ambiência desse conjunto, por considerar que a cidade de Pelotas já possui as zonas de proteção do patrimônio cultural incorporadas ao Plano Diretor da cidade em 2008.

Os Planos específicos precisam ser desenvolvidos através das secretarias e também da atuação dos Conselhos Municipais. Entretanto, existem alguns impasses, como o enfraquecimento de participação de alguns grupos da sociedade, como o Conselho Municipal do Plano Diretor - CONPLAD, que deveria ser composto por diversos grupos da sociedade, sendo o fórum que incorpora a participação de todos setores da sociedade no acompanhamento do processo de planejamento. Porém, as duas universidades da cidade, UFPel e UCPel, representadas por professoras das Faculdades de Arquitetura, se retiraram do conselho por discordarem do acréscimo de pautas à revisão do Plano Diretor, que passou por modificações profundas que deveriam ter sido alvo de um debate mais amplo.

Outro Conselho que passa por desafios é o Conselho Municipal de Proteção Ambiental de Pelotas - COMPAM, que também não representa democraticamente os diversos setores da sociedade que, juntamente com a Secretaria de Qualidade Ambiental, autoriza a flexibilização das leis ambientais, sem debate com a sociedade, tendo como resultado a autorização de construção de diversos loteamentos em áreas que deveriam ser de preservação ambiental na cidade.

## 5 “Essa área é de todos que tem direito”

As alterações no Plano Diretor, mostradas anteriormente, relacionadas às áreas de interesse ambiental, permitiram mudanças na ocupação do solo na região do Passo dos Negros. Hoje encontra-se na área um grande condomínio horizontal já construído, o condomínio Lagos de São Gonçalo, que é definido pela imobiliária como um "condomínio fechado de alto padrão com infraestrutura completa e segurança, cercada por natureza e espelhos d'água em um espaço harmônico<sup>6</sup>". O muro do condomínio, que tem como um dos limites a antiga estrada do Corredor das Tropas, hoje possui apenas esse trecho no Passo dos Negros que não sofreu alterações em razão da infraestrutura e da densa ocupação. Ali, as fronteiras são confusas e o território do Passo dos Negros está sendo ocultado dos mapas oficiais (SILVEIRA, 2019).

Zarankin aborda que o aumento de estilos e morfologias de muros está relacionado com o aumento do modelo de exclusão e diferenciação social brasileiro. Existem tentativas de tornar legítimo os discursos de segregação expressos pelas paredes e que transformam em naturais as barreiras e limites criados para separar os "outros". A manipulação de elementos nessas paredes, expressam essa tentativa, como, por exemplo, no muro existente entre o condomínio e a comunidade de moradores do Passo dos Negros, ao pintar o muro na cor verde, tentando incorporar o extenso elemento à paisagem natural em torno do Canal São Gonçalo (Figura 49).

---

<sup>6</sup> LAGOS de São Gonçalo. Idealiza. Disponível em: <<https://www.vivaidealiza.com.br/urbanismo/empreendimento/lagos-de-sao-goncalo>>. Acesso em: 20 out. 2020.



Figura 49 - Vista do Corredor das Tropas. De um lado a comunidade da ocupação, o muro e de outro lado as casas do Condomínio Lagos de São Gonçalo.

Fonte: Melina Monks - Acervo GEEUR, 2018.

Mesmo que o muro tenha se transformado em verdadeira barreira que impeça uma maior interação com o outro, no caso do Lagos de São Gonçalo essa barreira foi quebrada, quando um morador do Condomínio ajudou um morador da ocupação que perdeu sua casa em um incêndio. Entretanto, esses tipos de construções privilegiam totalidades fechadas, espaços murados e guardados que associam habitar, comércios e lazeres numa continuidade espacial do tipo zonal, onde a separação e a exclusão hierárquica fazem desaparecer qualquer ideia de espaço público, de troca, de encontro de diferenças, princípios importantes da cidade como espaço comum (AGIER, 2011).

Já no outro empreendimento imobiliário, o Parque Una (Figura 50), os mesmos discursos são implementados, só que com outros dispositivos. Nesse caso, o muro é a câmara e a implantação dos edifícios que criam estratégias de segregação social, recordando a uma parte dos observadores sua permanente condição de isolados (de "estranhos") (ZARANKIN, 2016).



Figura 50 - Maquete eletrônica do projeto urbanístico Parque Una. Fonte: <https://www.parqueunapelotas.com.br/site/parque-una>

Os condomínios estão presentes e hoje ocupam maior espaço, não só físico, mas também de poder. As novas construções, que já estão sendo lançadas no mercado imobiliário, irão impactar mais ainda nas dinâmicas e nessas relações espaciais. Essa configuração do espaço, cada vez mais cheia de limites e barreiras, diminui o contato direto das pessoas, gera novos tipos de sociabilidades que classificam e separam as pessoas segundo parâmetros de classe social, gênero e religião. Esses corpos congelados e distribuídos dão as costas aos que não têm, os transformando em "outros", ao mesmo tempo em que os torna invisíveis (ZARANKIN, 2012).

O processo de industrialização foi um indutor da transformação social que induziu também as transformações nas cidades relativas ao crescimento e à urbanização. Recentemente, houve uma "desindustrialização", resultando em mais serviços e comércio na cidade e menos produção. A estrutura social está presente na cidade e é aí que ela se torna sensível e que significa uma ordem, é um pedaço do conjunto social e incorpora as instituições e ideologias resultando em uma rede de poder e contradições (LEFEBVRE, 2016).

Já o Parque Una tem um discurso diferenciado. É definido pelos sites de

divulgação como bairro aberto para todos. Com apropriação de conceitos do design e da geografia, vai desde o design minimalista até a apropriação da paisagem natural do Canal São Gonçalo. Tem como limite o bairro Navegantes, próximo a região do Passo dos Negros. No mapa de localização do projeto urbanístico do Parque Una (Figura 51) podemos perceber um apagamento dos bairros existentes no contexto em que o empreendimento está sendo inserido. Apenas o Shopping é destacado, como um marco importante na paisagem para atrair compradores e visitantes, como é anunciado no site do projeto. "Em uma localização privilegiada, o Parque Una está próximo ao complexo judiciário, ao lado do Shopping Pelotas e na região de maior potencial de valorização da cidade" (PARQUE UNA, 2019).



Figura 51 - Mapa de localização do projeto Parque Una. Fonte: <https://www.parqueunapelotas.com.br/site/parque-una>

Resultado do capital excedente, os investimentos nesses tipos de empreendimentos têm como política a do capitalismo, que é dirigida pela necessidade de encontrar terrenos lucrativos para a absorção desse capital excedente. A urbanização proporciona um caminho para resolver esse problema ao se investir em infraestrutura e no mercado imobiliário (HARVEY, 2009).

David Harvey (2009) aponta ainda que a liberdade da cidade foi apropriada por uma elite financeira da classe capitalista em seu próprio interesse. Tem ainda que ser contraposta pelos movimentos sociais, através do confronto do problema do capital excedente em sua raiz. As imobiliárias e construtoras não podem ditar o que somos e o que nossas cidades devem ser, determinando o destino da cidade.

Entretanto, esse discurso ditado pelo interesse do capital já é uma

construção histórica nas cidades latino-americanas, que passam por um processo de esquecimento e apagamento das relações sociais. São resultados de uma ideia de política urbana da metade do século XIX que via a América como continente novo, sem história, vazio. Serve como argumento das elites para abrir caminho por meio de uma violência cultural (GORELIK, 2003). Violência cultural que é exercida através de políticas de higienização com a remoção das comunidades em ocupações e áreas em periferias ou abandonadas/ocultadas pelo poder público e setor imobiliário, como o apagamento da ocupação da área do Passo dos Negros nos mapas oficiais da cidade até a atualidade, conforme mostrado no capítulo 4.

Caminhos esses que são abertos também para o processo de gentrificação, ou “enobrecimento” que, por definição, refere-se a intervenções urbanas em bairros ou regiões diretamente ligados à revitalizações. Em seu conceito, possui intenções de substituir usos, funções e conseqüentemente a população que reside e que frequenta esses espaços. Possui objetivos econômicos envolvidos no processo de valorização e de desvalorização dos espaços urbanos ao longo do tempo. A revitalização, ou seja, a renovação, que já no nome transparece uma ideia de substituição do que existe. Mesmo as propostas que possuem algum tipo de objetivos sociais e culturais, as revitalizações em geral tendem a elitizar e segregar as áreas revitalizadas. Para Bidou Zachariasen, a gentrificação é um processo de troca de povoamento que envolve transformações de centros urbanos em suas dimensões materiais, econômicas, sociais e simbólicas; retornando a classe média alta e expulsando a camada mais pobre que habitava a área (ZACHARIASEN, 2006).

Os processos de enobrecimento têm como características o discurso dos empreendimentos imobiliários - higienização, segurança, espaço aberto e espaço aberto de convivência. Recriar o "espaço público" que se apresenta como uma categoria analítica da vida urbana tem como elementos constitutivos os conflitos e as diferentes demandas da cultura urbana contemporânea, onde os gestores urbanos confundem ele com espaço aberto de convivência (LEITE, 2010). Esse modelo ainda continua reproduzindo o princípio da higienização social do Barão de Haussmann e seus conceitos de higiene e da circulação para Paris, explicitado nas relações de disputa do espaço urbano no Passo dos Negros, onde os moradores estão sendo gradativamente expulsos para a construção de condomínios fechados, ou conjuntos habitacionais com discursos higienistas e de "segurança".

Esse tipo de intervenção tem como características a “desterritorialização” da cultura local e do patrimônio através de intervenções arquitetônicas na paisagem urbana com forte apelo visual, adequando a nova paisagem às demandas de valorização imobiliária, de segurança (Figura 52), ordenamento e limpeza urbana voltadas ao uso ou à reapropriação por parte das classes médias e altas que resultam em espaços segregadores e que o fragmentam em diferentes lugares (LEITE, 2010).



Figura 52: Passo dos Negros e construção do Parque Una ao fundo. Dispositivos de controle.  
Fonte: GEEUR e Wagner Previtali

Partindo desses conflitos, a região que passou por grandes transformações econômicas e que hoje passa por um processo de invisibilidade social e em disputa por uma visão urbanística pós-moderna, tem como característica uma nova distribuição espacial que preconiza uma concentração espacial dentro das cidades de uma nova pobreza urbana, por um lado, atividades financeiras de "alto nível" conectadas e, por outro, o aumento das divisões espaciais entre segmentos da "classe média" (MARCUSE apud MOURA, 2010) que buscam uma vida comunitária composta por grupos sociais homogêneos cercados por muros.

Na ocupação do corredor das tropas há um grande aparato de controle e vigilância dos/as moradores/as, tanto por parte do condomínio Lagos de São Gonçalo, quanto das construtoras que pretendem implantar novos empreendimentos na região. A face controladora da elite se utiliza dos mecanismos que Michel Foucault (2014) cita para garantir o funcionamento do poder e controlar o espaço, utilizando o discurso de segurança proporcionada para moradores/as do

condomínio fechado. Os drones sobrevoam a comunidade gerando conflitos e indignação, como relata um dos moradores. Em suas palavras, “[...] essa gente quer tirar nós daqui a senhora vê, tem câmera para tudo que é lado e agora mais esse negócio voando” (MATHIAS, 2020, p. 87).

No entanto, pensar a cidade a partir de uma perspectiva diferente, como um conjunto de coisas, por meio da sua negação, da sua margem, é o método ideal para uma antropologia da cidade, segundo Michel Agier (2015). O autor também propõe que a cidade seja feita essencialmente de movimento, com uma dinâmica social, permitindo evitar os pensamentos normativos que tendem a congelar essas dinâmicas (AGIER, 2015). As cidades transformam-se e são produzidas a partir das práticas, das relações e das representações dos cidadãos, ou seja, “fazer-cidade” dos cidadãos. Somado a isso, temos que Agier (2015), ancorado no pensamento de Lefebvre, destaca a virtualidade da cidade a partir do que se entende a emergência da busca de significantes para a experiência cidadina. Ou seja: o fazer-cidade como motor de reivindicação do direito à cidade segundo seus próprios termos. Nesse sentido, pertencer ao Passo dos Negros significa reivindicar aquele espaço enquanto legítimo (Figura 53). Dessa maneira, um dos interlocutores é enfático ao dizer que “se nós se organizar essa área é de todos que tem direito”, assim reiterando que “o fazer-cidade é uma declinação pragmática, aqui e agora, do direito à cidade, sua instauração” (AGIER, 2015, p. 491).



Figura 53 - Ensaio fotográfico comunidade Ocupação Osório.  
Fonte: Autora, 2019

Nessa lógica, compreende-se que no Passo dos Negros tem gente vivendo. Tem gente que constrói simbólica e concretamente sua história e seu espaço na cidade. Entende-se que o olhar dos habitantes dali opera visualizando o Passo dos Negros como lugar próprio de suas práticas culturais, no âmbito religioso, cotidiano, econômico, político, de construção e desconstrução da cidade — são as variações desses limites, nos vários âmbitos possíveis. Aqui, a convergência de sentidos desemboca nas formas de habitar o Passo dos Negros, de fazer-cidade, de reivindicar seu espaço no mundo.

O vínculo com o passado dos diversos grupos que habitam o Passo dos Negros mostra uma relação mediada pelo presente e traz a memória de um espaço e de uma Pelotas negra, operária e campesina, que persiste e resiste contra a invisibilidade nas narrativas dos habitantes de hoje.

É uma pena, às vezes eu falava: “ó, a história do Passo dos Negros está morrendo...” Mas os caras dizem “ah, nego...” Mas o negro teve sua história, então eles não podem ser apagados, porque isso aqui é uma história. Senão chega qualquer um e pensa que essa vila aqui nasceu ontem. Essa vila aqui é mais velha do que esse bairro aí. Isso aqui era o antigo Passo dos Negros, só tinha a região aqui, e o resto era mato até tu chegar lá na ponta da Tiradentes, não tinha mais nada, era só mato e árvore (GEEUR, 2016, p. 127).

Muitos pensam que o Passo dos Negros, aquela vilinha, nasceu ontem. Mas aquilo era uma terra rica, uma terra de família. As pessoas não sabem a história, a dimensão que teve o Passo dos Negros e não podemos deixar morrer esta história (GEEUR, 2016, p. 127).

Para Lefebvre, existe uma diferença conceitual entre *habitat* e *habitar*. No primeiro, o autor propõe que o conceito está relacionado aos parâmetros mais elementares das atividades humanas, como comer, dormir e reproduzir. Já o habitar está relacionado a um sentido mais amplo, onde a apropriação do espaço ganha contorno de experiências substantivas (LEFEBVRE, 2016). Podemos, assim, perceber essas diferenças de experiências no espaço entre os muros do Corredor das Tropas, onde coexistem formas de habitar diferentes, onde um depende do outro, rompendo dicotomias. O conflito ganha sua dimensão estruturante com ajustes e transformações onde as bipolaridades como bom/ruim, pobre/rico, devem ser quebradas e entendidas as relações entre eles, um não vive sem o outro. Essa relação se constrói a partir do outro. Conforme sugerem Ingold (2005) e Certeau (2007), existe um discurso oficial de cidade propagado seja por mapas ou pela administração pública, que não coincide com aquilo que acontece na vida cotidiana.

Na mesma lógica, de acordo com um dos interlocutores, “tem político que nem sabe que isso aqui tem história. Esse Engenho nos deu comida na mesa”, referindo-se ao Engenho Pedro Osório. A geometria de um mapa tipo “vista de pássaro” pode enganar pois a percepção do ambiente como um todo não provém de uma ascensão de uma perspectiva local e míope para uma perspectiva panóptica e global, mas surge na passagem de um lugar para outro, e em histórias de movimento e de horizontes variáveis ao longo do caminho (INGOLD, 2005).

Podemos perceber nas narrativas dos/as moradores/as um Passo dos Negros (Figura 54) que resiste a longo tempo à invisibilidade, lugar em que há sujeitos que constroem “sua cidade”, que fixam suas casas e espaços de pertencimento (CRUZ, 2020). Em um relato, um dos interlocutores diz que “meu imbigó é enterrado aqui nessa região”. Entende-se, assim, que o território pertence às pessoas tal qual as pessoas pertencem àquele território (SILVEIRA, 2018). Conforme relato de campo de Joanna Sevaio, ali se vê, de um lado do muro, o concreto, o controle, a higiene arquitetônica e a precisão estética. Do lado onde estamos, vê-se a madeira, a ferrugem, o plástico, vidros, pneus, a fluidez da ocorrência dos processos da natureza, a necessidade sobrepondo-se à estética. Ainda a autora percebe que as vivências organizadas pela égide do mercado e as narrativas de ocupação do espaço possuem pesos diferentes (SEVAIO, 2017).



Figura 54 - Paisagem Passo dos Negros. Vista a partir Engenho Pedro Osório para o Corredor das Tropas, com Lagos de São Gonçalo ao fundo. Fonte: Autora, 2018

## 5.1 E a patrimonialização do Passo dos Negros?

Os/as moradores/as lutam por seu direito adquirido de moradia e resistem em permanecer habitando o local, buscando, assim, também preservar o patrimônio cultural existente. Seu Pedro, morador do antigo do Passo dos Negros, relatou que ao chegar em casa encontrou duas máquinas cortando a figueira existente na Ponte dos Dois Arcos. Ele logo contatou a polícia alegando a proibição da poda não autorizada da árvore fazendo com que parassem. As figueiras estão protegidas pelo órgão do estado Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), que proíbe o corte ou a derrubada de figueiras por se tratarem de árvores antigas e raras. Assim como muitas plantas e vegetações que compõem aquele ambiente e são necessárias aos ritos de matriz africana que ali constituem um elemento paisagístico sagrado para estas comunidades, representado pelas árvores Baobás da África. Seu Pedro então interpela os empreiteiros indagando que eles não podem destruir o patrimônio. Se referindo a respeito da figueira e da ponte.

A comunidade então solicita a patrimonialização do Passo dos Negros. A partir desse pedido, a equipe do GEEUR inicia o desenvolvimento de um dossiê de patrimonialização, juntamente com os moradores com o objetivo de assegurar a proteção imediata das figueiras, da Ponte dos Dois Arcos, do Engenho Coronel Pedro Osório, conjunto composto por prédio principal, prédio da antiga escola Visconde de Mauá, antiga vila operária e campo do Osório Futebol Clube e o Corredor das Tropas.

O Dossiê, intitulado "*Pela patrimonialização do Passo dos Negros*", contou com uma equipe de profissionais de diversas áreas. Além da equipe de alunos da graduação e pós-graduação em Antropologia Social, contou também com alunos e profissionais das áreas de Arqueologia, Sociologia, História, Cinema e Arquitetura e Urbanismo. A equipe então desenvolveu uma pesquisa com a proposta de argumentar que a proteção desses marcos como referências culturais significará o reconhecimento histórico, etnográfico e arqueológico daquela localidade, bem como do papel desta comunidade ao longo de sua história na formação de Pelotas (GEEUR, 2019).

O pedido foi de "reconhecimento de lugar". Dentro dessa categoria, utilizada pelo IPHAN, as possibilidades de conceituar lugar são múltiplas e "serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e

reproduzem práticas culturais coletivas”. Mas as possibilidades são múltiplas, como um bairro, um conjunto de prédios, uma zona de mata, uma casa, um conjunto de cavernas, um estádio de futebol (TEIXEIRA, 2015). Até mesmo um conjunto de caminhos relacionados entre si. Todas essas características e histórias estão postuladas e estratificadas nesta paisagem e que precisa ser contada.

O Passo dos Negros foi citado no Parecer processo de Tombamento número 1512-T 03 do Conjunto histórico de Pelotas Rio Grande do Sul, do IPHAN, na página 14, onde recomenda-se a realização de estudos históricos e arqueológicos com vistas à inclusão de outros bens representativos do Sítio Charqueador. O parecer desenvolvido pela arquiteta Márcia Sant’Anna, destaca as marcas de uma herança cultural, social e econômica deixadas pelo ciclo do charque, que influenciaram a ocupação e o desenvolvimento econômico do território de Pelotas.

Também foi realizado um parecer por uma historiadora, a pedido do Ministério Público, sobre a condição atual do Passo dos Negros, seu abandono e o interesse de construtoras no local. Porém, o documento aponta que o Engenho se encontra preservado, o que pode ser questionado, devido ao seu processo de arruinamento. Este parecer indica, ainda, que se deve atribuir a ele um novo uso, ligado aos moradores e moradoras.

A cidade constrói um discurso sobre o que é patrimônio e desenvolve ações para ensinar aos pelotenses o que é patrimônio. A comunidade se apropria desse conceito para poder ter o direito de permanecerem no lugar onde habitam há anos (Figura 55). Não apenas suas narrativas são invisibilizadas, mas as pessoas também são. A região do Passo dos Negros não aparece mapeada nem nos mapas de ocupações irregulares. E hoje estão ameaçadas de serem removidas para outro bairro, o Getúlio Vargas, na zona norte da cidade, distante do Passo dos Negros.



Figura 55 - Casa da ocupação com a inscrição "Passo dos Negros".  
Fonte: Autora, 2018

Com o intuito de contribuir para o processo de patrimonialização, de visibilidade da comunidade e valorizar a ideia de atender um pedido deles foi desenvolvido juntamente com o Grupo Margens, uma exposição virtual, intitulada *"Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas"*, para o dia do Patrimônio da cidade. A exposição foi desenvolvida pelo projeto de pesquisa "Margens: Grupos em Processos de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas/RS".

A exposição teve como objetivo apresentar diferentes grupos que habitam a cidade de Pelotas e que a constroem diariamente, assim como valorizar patrimônios não oficiais (GEUUR, 2020). A exposição foi estruturada em módulos: "Além da Noite", "Além da Baronesa", "Além das charqueadas", "Além da materialidade" e "Além da Imaginação". Dentro da aba "Além das charqueadas" se encontra a temática do Passo dos Negros apresentando a comunidade e seus diferentes elementos, como a Ponte dos Dois Arcos, o Engenho Cel. Pedro Osório, as figueiras centenárias e o caminho das tropas, com o intuito de que virem oficialmente patrimônios para que possam ser conhecidos.

No espaço "Pelo Passo" (Figura 56), apresenta-se um Tour Virtual que permite que o público passeie pelos pontos do Passo dos Negros na Exposição Digital<sup>7</sup> e, com isso, possa interagir no ambiente e visualizar diferentes ângulos da paisagem através de sete cenas diferentes no Passo dos Negros.



Figura 56 - Interface apresentação cenas exposição digital "Pelo Passo dos Negros".  
Fonte: GEEUR, 2020.

Partindo do conceito de cultura, onde a construção é feita em conjunto, a partir da relação (WAGNER, 2010), a ideia do projeto foi de criar um roteiro virtual para a própria comunidade do Passo dos Negros e atender um pedido deles, através de elementos em que a comunidade se identifique. Elementos esses que foram apontados pelos próprios moradores (Figura 57).

<sup>7</sup> NARRATIVA do Passo dos Negros. **Poly**. Disponível em: <<https://poly.google.com/view/aU-BME5USVd>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

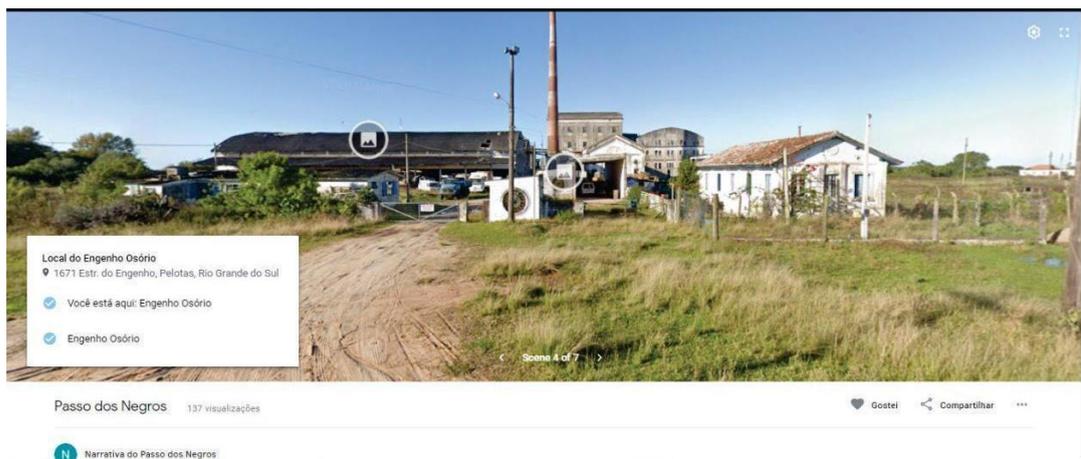


Figura 57 - Interface apresentação Tour virtual "Pelo Passo dos Negros".  
Fonte: GEEUR, 2020.

As diferentes narrativas guiaram o processo de construção do tour - pontos referenciais e históricos desses marcos do Passo dos Negros, onde a construção do conceito de Patrimônio foi feita em conjunto com a comunidade (Figura 58).



Figura 58 - Colagem apresentação exposição "Pelo Passo dos Negros".  
Fonte: GEEUR, 2020

Esse é um dos problemas fundamentais que afetam e caracterizam a grande cidade contemporânea quando se trata de proteção, preservação e patrimônio. (VELHO, 2006). A partir do conceito de aprendizado, onde toda atividade é situada nas relações entre pessoas, contextos e práticas (LAVE, 2015), o conteúdo dos totens informativos são textos que trazem o conhecimento dos moradores que habitam a região há anos. Trazendo aqui a cultura viva pela invenção, mas não pensando os interlocutores enquanto artificial, mas sim no que a palavra oferece de mais positivo, enquanto produtiva, criativa e inventiva (RIETH, 2018).

A produção gráfica dos totens (Figura 59) e as colagens foram desenvolvidas juntamente com a colega de grupo e designer Ana Langone, em colaboração com o Projeto Margens.



Figura 59 - Totens informativos: "Ponte dos Dois Arcos" e "Pescadores".  
Fonte: GEEUR, 2020

O roteiro trouxe esses elementos importantes para a comunidade, dando visibilidade para outros patrimônios, como o patrimônio industrial existente na região (Figura 60). Dentro do que são bens de "valores" para o IPHAN, o patrimônio

industrial não entra nessa categoria, como relatado por técnico do IPHAN em visita técnica à região, desvalorizando essa temporalidade e essas construções que possuem características arquitetônicas importantes.



Figura 60 - Interface do Tour Virtual na cena “Engenho Osório”.  
Fonte: GEEUR, 2020.

O objetivo da exposição também foi de dar visibilidade à comunidade para contenção dos condomínios e grandes empreendimentos que estão sendo propostos na região. Os resultados dessa divulgação que produzimos acabaram sendo apropriados por outros movimentos e até mesmo pela Secretaria de cultura da cidade, mas de forma descontextualizada. A construção desse roteiro foi uma tentativa de criar um outro olhar para os roteiros turísticos da cidade, diferente dos construídos pela Prefeitura que inserem o Passo dos Negros apenas para constar num roteiro turístico que não mostra nem onde está localizado.

## 6 Considerações finais

Os moradores e moradoras do Passo dos Negros reivindicam a patrimonialização daquele espaço, antes que a densa ocupação por condomínios fechados apague a morfologia urbana que ainda permanece como remanescente desses processos históricos e pela ameaça de remoção dessas comunidades para a construção de novos empreendimentos imobiliários. Como resultado desse movimento, as ocupações do corredor das Tropas e o entorno do Osório Futebol Clube têm recebido muitos moradores novos que passaram por esse processo de remoção em outros bairros.

Após diversas análises do Plano Diretor pode-se perceber que existem algumas políticas de preservação do patrimônio cultural, mas ainda há muito a ser feito para colocar em prática essas ações que ainda beneficiam, em maior parte, o centro histórico da cidade. Outros patrimônios que já estão dentro de zoneamentos e diretrizes de preservação e incentivos para dinamizar os usos e se aproximar da sociedade não recebem esse tratamento na prática, como é o caso de áreas como a Zona Portuária da cidade e o Passo dos Negros.

Após o desenvolvimento do mapeamento com todas as zoneamentos e áreas que compõem o rol de diretrizes e proposições relacionadas à área, podemos identificar a tentativa de abranger uma grande área da cidade que representam essas temporalidades da cidade (Figura 61).



Figura 61 - Mapeamento da Zona de Preservação Patrimônio Cultural do Plano Diretor, setores selecionados no Tombamento do Conjunto Histórico pelo IPHAN e recomendações. Fontes: Mapa base GoogleMaps e Prefeitura Municipal de Pelotas. IPHAN. Elaborado por Melina Monks e Louise Alfonso, 2020.

O Plano diretor já possui instrumentos de preservação dos espaços para edifícios inativos, com planos de revitalização, criando espaços para a expressão de manifestação e atividades culturais, tais como espaços culturais multifuncionais, museus, bibliotecas, centros de atividades cidadãos. Essas ações precisam ser integradas às políticas ambientais, sociais, culturais e econômicas, que precisam ser articuladas com o planejamento territorial, juntamente com um debate mais amplo com a sociedade e diferentes grupos que compõem essas dinâmicas.

O modelo de planejamento urbano praticado prioriza a demolição e a substituição de edificações para se adequarem a índices, não levando em consideração as pessoas, suas vidas e cotidiano, que perdem seus referenciais e os bens que foram importantes para a história de várias temporalidades. Além de ter maior impacto ambiental.

Além desses desafios, um grande problema é a falta de integração entre as diferentes secretarias, Conselhos Municipais e diferentes planos setorizados dentro da gestão urbana das cidades. Em Pelotas, essa característica traz grandes conflitos, resultado de interesses políticos isolados e pouca integração entre os diferentes setores. O planejamento relacionado ao meio ambiente é separado do cultural, que é separado do plano de habitação de interesse social e regularização fundiária, que nem tem ações e políticas públicas municipais muito desenvolvidas. O Plano Diretor das cidades traz legislação, regimes urbanísticos, ações e diretrizes para gestão e ordenamento de toda a cidade. Mas precisa ser complementado pelos Planos Setoriais, que são importantes instrumentos de articulação de políticas de áreas específicas, complementando as ações de planejamento urbano do Plano Diretor.

No Brasil não faltam legislações e instrumentos urbanísticos para se fazer regularização fundiária, que tem como objetivo um direito maior ao direito à moradia digna e um dos elementos dentro de uma série de medidas que precisam ser adotadas junto com a questão jurídica. O que falta é política pública de habitação de interesse social. Também vale ressaltar a Lei Nº 11.888/2008 que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e para a construção de habitação de interesse social previsto no Plano Diretor do município de Pelotas.



Figura 62 - Ocupação da comunidade no entorno do Engenho Pedro Osório.  
Fontes: Autora, 2018

Já relacionado às questões ambientais, as legislações municipais, estaduais e federais, estão passando por um processo de flexibilização, o que reflete na prática de ocupação do solo da cidade e modifica totalmente o Plano Diretor, como visto no capítulo sobre o Plano Diretor de Pelotas.

Todos esses conflitos estão presentes no território do Passo dos Negros, onde os diferentes territórios são manchas dentro do lugar. Onde as diferentes comunidades e diferentes formas de habitar estão presentes e uma possui relação com a outra. O conflito existe atualmente, mas por disputas de espaço para a construção de novos empreendimentos. Os condomínios existentes coabitam com os moradores do Passo dos Negros. Aqui não cabe uma negação do habitar o lugar pelos condôminos de luxo, e sim levar em consideração esse contexto sócio-histórico e ambiental existente como consequência das novas construções que estão chegando. Ou, em outras palavras, mostrar essa história e outras narrativas da construção da cidade de Pelotas para, assim, entender que ali existem habitantes, um bioma importante para a manutenção da vida da cidade e uma história que precisa ser preservada.



Figura 63 - Vista do corredor das Tropas. Ocupação da comunidade e condomínio Lagos de São Gonçalo.

Fontes: Autora, 2018

O planejador urbano, arquiteto/a e urbanista, não tem respostas pra tudo. O que se planejou há um tempo, já se transformou. Entretanto, pensar os territórios periféricos da cidade dentro do planejamento é importante para uma cidade democrática e de acesso a todas as pessoas. Diretrizes e estratégias do Estado no Plano Diretor existem, mas falta aplicar na prática essas diretrizes para que se possibilite o direito à cidade. O Plano Diretor é mais utilizado para regradar os índices construtivos e uso e ocupação do solo, e não para garantir o direito a uma cidade mais sustentável, saudável e igualitária para todos, onde todos os bairros tenham acesso à infraestrutura e qualidade do ambiente urbano.



Figura 64 - Cartografia realizada na disciplina “Cidades e suas margens”.  
Fonte: SILVEIRA, 2018

Ao longo do texto, percebemos as diversas transformações do espaço do Passo dos Negros que nos revelam diversas camadas de temporalidades, que estão presentes até hoje na cidade vivida pelos moradores. Na imagem da cartografia, tentamos mostrar essa cidade vivida pelos moradores do Passo dos Negros, uma cidade fluida, em movimento, que transforma a paisagem e a paisagem transforma as vidas cotidianamente. Essas **vivências do passado** e as **trajetórias cotidianas** que compõem essa paisagem contemporânea. Tudo ali é o passo dos Negros: **as charqueadas, o engenho, a ponte, o campo do osório; e tudo também é patrimônio!**

**Aqui é Passo dos Negros, não é o Areal, navegantes!** Ou pode ser também, porque as fronteiras são fluidas e abarcam o canal e seus pescadores, que passam por um processo de realocação e serão reassentados em um terreno próximo depois de muita luta do movimento da estrada do engenho em parceria com a UCPel e o escritório Modelo da Faurb/UFPEL, que desenvolveram um projeto para o loteamento dos pescadores. De maneira enfática, afirmam que **“todas essas casas precisam ser construídas como uma união”** e relatam que **“a prefeita**

***estava encantada pelo projeto da estrada do engenho”.***

Os moradores das outras ocupações também lutam para permanecer no lugar. A resistência faz parte do cotidiano desses moradores que utilizam a história e suas memórias como ferramenta de luta contra esses empreendimentos imobiliários. Moradores esses que não estão incluídos nas políticas públicas do município, tanto o não reconhecimento da região como patrimônio de valor da cidade, quanto a inexistência dessas ocupações nos mapas oficiais da cidade mostram essa invisibilidade que se deu devido às escolhas do capital Imobiliário de não ocupar as Margens do canal São Gonçalo durante muito tempo, por ser um espaço que tem as histórias relacionadas com um período que quer ser esquecido pela cidade, sendo que atualmente volta ter protagonismo na produção e ocupação do solo da cidade devido a localização e a proximidade com essa paisagem do canal São Gonçalo

No caso do Passo dos Negros, a prefeitura tem como proposta atribuir a região como paisagem cultural em resposta à denúncia ao MP feita pelo GEEUR. Essa atribuição está diretamente ligada ao interesse político e imobiliário, com o objetivo de uma de elitização da região. Como vimos, transformar a região em zonas e áreas com diretrizes não garante preservação, nem natural, nem cultural. Para o poder público da cidade, conservar o meio ambiente é transformar em Parque Urbano, como o caso do Parque da Orla do São Gonçalo, ou transformar em Paisagem cultural a região do Passo dos Negros. Propostas essas que são desvinculadas das dinâmicas e comunidades do presente com o intuito de remoção das ocupações e elitização do lugar, causando um processo de gentrificação.

Mas, partindo do conceito em si do que é paisagem cultural, que tenta romper dicotomias clássicas dos estudos patrimoniais como natureza/cultura, material/imaterial, rural/urbano, dentre outras, e seus consequentes conflitos gerados nas comunidades que vivem nessas porções peculiares do país, não podemos enxergar como sendo a melhor definição da região nem a melhor estratégia para a paisagem do Passo dos Negros. Sua singular e excepcional paisagem em relação às outras é perceptível. Mas todas as paisagens são singulares e excepcionais.

A paisagem precisa ser entendida como uma integração entre a dimensão espacial com a temporalidade e as transformações das práticas sociais e culturais. O pedido de patrimonialização realizado pelo GEEUR em conjunto com a comunidade

e que está em análise pelo IPHAN pode trazer melhorias nas aplicações de diretrizes de preservação para a área (que já existem), propondo uma gestão compartilhada, ampliando a participação da comunidade, limitando o avanço dos empreendimentos imobiliários e mantendo a comunidade na área.

A compreensão deste contexto só foi possível pelo olhar etnográfico e também pela observação participante juntamente com o projeto de pesquisa *Narrativas do Passo dos Negros: Exercício de Etnografia Coletiva para Antropólogos/as em Formação*, que desenvolve um trabalho etnográfico na comunidade por anos, articulando ensino, pesquisa e extensão. A partir dessas experiências de campo e estudos percebemos a importância do papel social da Universidade, tanto em relação às ações de pesquisa e extensão nas comunidades, quanto em relação à visibilidade que os projetos e disciplinas da Universidade trazem ao mostrar outras histórias e outros grupos. O projeto constrói, junto com as comunidades, rodas de conversa, exposições, reportagens, audiências públicas, mesas de debates, Histórias em quadrinhos, Dossiês, entre outras tantas atividades, sempre a partir das narrativas dos próprios grupos.

Mais além dessa percepção em relação à universidade, é importante destacar o quanto é necessário transformar o olhar do profissional da arquitetura e urbanismo, principalmente relacionado à área de planejamento urbano, que abarca todas as temáticas relacionadas à vida na cidade. Aí entra o papel social da arquitetura que rompe com a ideia de se pensar em projetar e normatizar uma cidade conceito, pensada e planejada a partir de interesses de certos grupos. Assim como é importante expor os conflitos e incongruências destas políticas públicas para descortinar as relações de poder e formas de controle e opressão às comunidades periféricas.

## Referências

ABUCHAIM, Vera Rheingantz. **O tropeiro que se fez rei**. Porto Alegre: Gráfica Mosca Ltda., 2013

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o Antropólogo, a margem e o centro. **Revista Mana**. Rio de Janeiro. vol.21 no.3 Dec. p. 483-498, 2015.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, cidades e movimentos. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2011.

ALFONSO, Louise; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto bem cultural. In: SCHIAVON, Carmem Burget; PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Orgs.). **Patrimônios Plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Ed. da FURG, v. p. 131-147, 2016.

ALFONSO, Louise Prado; LIMA, Daniel Vaz; SILVA, Mateus Fernandes da; MORAES, Marina Santos; PEREIRA, José Camilo Pires; PEREIRA, Pedro Gonçalves Pereira; MONTEIRO, Dirceu Moreira; MORAES, Alcy. **Territórios daqui: identidades e pertencimento**. Revista O Dia do Patrimônio 2017. Prefeitura Municipal de Pelotas, 2017.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)**. Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, Dissertação de Mestrado, 1995, p. 290.

ÁVILA, Cristiane Bartz; RIBEIRO, Maria de Fátima B. **Cidade**: espaço, documento e monumento. XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Natal. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Bens Tombados e Processos de Tombamento**, 2016. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-125\\_Lista\\_Bens\\_Tombados.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-125_Lista_Bens_Tombados.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Livreto Paisagem Cultural**. Organização: Maria Regina Weissheimer. Brasília, 2009

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Parecer da relatora do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural ao processo nº 01450.016835/2009-92**. Assunto: Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Parecer da relatora do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural ao processo de tombamento nº 1.512-T-03**. Conjunto Histórico de Pelotas.

BRASIL. Portaria no 127, de 30 de abril de 2009. **Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 maio 2009. Seção 1, p. 17.

BRASIL. LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017. **Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana**, 2017.

BRASIL. Lei 10.257/2001. **Estatuto da Cidade**: estabelece diretrizes gerais da política urbana. 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998, p. 21.

CALLEGARO, Liara Dalsoto. **Além da Margem Planejamento Urbano e sistema de espaços abertos para o Bairro São Gonçalo**. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

CARLE, Cláudio Baptista. O imaginário do espaço arqueológico do Passo dos Negros. **Tessituras**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 205-215, jan./jun. 2017.

CASTRIOTA, Leonardo. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio. **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 162.02, Vitruvius, nov. 2013 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>>. Acesso em: 01 de mai. de 2019.

CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. Editora Martins Fonte, São Paulo. 2007.

COSTA, Alfredo. **O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado**. Ed. Globo. Porto Alegre, 1922.

COSTA, Vanessa Avila; SILVEIRA, Melina Monks da; SILVA, Matheus Fernandes; ALFONSO, Louise Prado. Arqueologia da Vila Operária do Passo dos Negros: o cotidiano no complexo do Engenho Pedro Osório. **[Anais do] XI Encontro da Sociedade de Arqueologia Brasileira. SAB – SUL**; Orgs. Mirian Carbonera et. al. Videira: Êxito , 2019

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer**. 13ª ed. Vozes: Petrópolis/RS, 2007.

CRUZ, Larissa Osterberg; ALFONSO, Louise Prado; SILVEIRA, Melina Monks da. **Narrativas do Passo Dos Negros, suas Paisagens e Transformações**. Revista Iluminuras. 2020. No prelo.

DAS, Veena. **O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade**. Dossiê: Violência: outros olhares. Caderno Pagu, 2011.

DODE, Marcela dos Santos. **Outras Temporalidades do Passo dos Negros: a leitaria na visão da arqueologia da paisagem**. Monografia (Graduação) – Curso de Bacharelado em Antropologia com linha de formação em Arqueologia UFPEL,

Pelotas, RS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Editora Vozes. 2014

GEEUR. **Dossiê pela Patrimonialização do Passo dos Negros**. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.

GEEUR. **Relatório de atividades do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros: Exercício de Etnografia Coletiva para Antropólogos/as em Formação**. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016.

PELO Passo. **Patrimônios Invisibilizados**, 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/margens/pelo-passo/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GORELIK, Adrián. **A produção da "cidade latino-americana"**. Jornada Redes intelectuais e história social da cultura. USP. São Paulo, 2003.

GUTIERREZ, Ester. **Pelotas: palco da manufatura escravista da carne na fronteira meridional do Brasil**. Proposta de Tombamento. Monografia de Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano na América Latina. Universidade Federal de Pernambuco. Pelotas, 2004.

GUTIERREZ, Ester. **Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001.

GUTIERREZ, Ester. **Barro e sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas; Ed. UFPEL, 2004.

HARVEY, David. A Liberdade da cidade. **GEOUSP. - Espaço e Tempo**, São Paulo. Nº 26, pp. 09 - 17, 2009.

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. 1964

INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida - Mapas, descobridor-caminho e navegação. **Revista Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, Brasil, v.25, n.01, p. 76 - 110, 2005.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. Ed. Centauro. São Paulo. 2016

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000)

LEITE, Rogério P. A Exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades portuguesas e brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências**

**Sociais**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Brasil, v.25 n.72, p. 73 - 88, fevereiro, 2010.

LEON, Zênia de. **A Ponte dos Dois Arcos**. 2016 Disponível em: <http://www.vivaocarque.com.br/interativo/artigo32>. Acesso em: 16/07/19

LIMA, Daniel Vaz. **Pelos (Des)Caminhos de Gentes, Bichos e Coisas: Uma Etnografia a Pé na Pampa Brasileira**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020

LONER, Beatriz Ana. Negros: organização e luta em Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 5, dez. 1999.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os trabalhadores negros em 3x4: fotografia, história do trabalho e pós-abolição. Pelotas-RS, 1933-1944. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 11, p. 1-24, 2019.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas: toda a prosa**. Primeiro volume 1809-1871. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 2000

MAGNANI, J. G. C.. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes antropológicos**, vol.15 nº 32. Porto Alegre. 2009.

MATHIAS, Simone Fernandes. **Passo dos Negros: Entre narrativas, etnografias e conflitos – Pelotas/ RS**. Dissertação (Mestrado em Antropologia- área de concentração em Antropologia Social e Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

MESA 6 - **Reflexões E Debates Sobre Regularização Fundiária Em Pelotas**. [Produzido por] Cidades em Transe. Youtube. 22 set. 2020. 1 vídeo (2:09:44 min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=77HXpnXWFDw&list=PLk693KW7SoeKBmVbgmKHdnM89\\_IDGyG8g&index=5](https://www.youtube.com/watch?v=77HXpnXWFDw&list=PLk693KW7SoeKBmVbgmKHdnM89_IDGyG8g&index=5). Acesso em: 24 out. 2020

MILHEIRA, Rafael Guedes. PELOTAS: 2.500 anos de História Indígena. **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Ed. João Eduardo Keiber ME, Pelotas, 2014.

MOURA, Cristina Patriota. Condomínios e *Gated Communities*: por uma antropologia das novas composições urbanas. **Anuário Antropológico**, II. Brasília, Brasil, p 209-233, dezembro, 2010.

MOURA, Rosa Rolim de. **Modernidade Pelotense, A cidade e a Arquitetura Possível: 1940-1960**. 1998. 185f. Dissertação (Especialização em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MOTTA, Marly. O Bota-Abaixo. Atlas Histórico do Brasil. Fundação Getulio Vargas, 2016.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, vol.20 no.42. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832014000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015)>. Acesso em: 08 set. 2020.

PEREIRA, Isis. SEGER, Dayanne. ORTIZ, Simone. ALFONSO, Louise. **O Passo dos Negros: desafios da etnografia coletiva em um projeto de extensão**. II Congresso de Extensão e Cultura da UFPEL. Pelotas, 2015.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa. **O portal meridional do Brasil: Rio Grande, São José do Norte e Pelotas - de 1737 a 1832**. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

PERES, Otávio. **Crescimento urbano e hidrografia natural: conflitos e articulações no espaço-tempo**. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade Visões Literárias do Urbano**. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2002.

PELOTAS. **II Plano Diretor Municipal** - LEI Nº 2565/80. 1980. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/1980/256/2565/lei-ordinaria-n-2565-1980-institui-o-ii-plano-diretor-de-pelotas>>. Acesso em: 15 out. 2020.

PELOTAS. **III Plano Diretor Municipal**. 2018. Disponível em: <<http://pelotas.com.br/servicos/gestao-da-cidade/plano-diretor>>. Acesso em: 15 out. 2020.

PELOTAS. LEI Nº 6389, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016. Institui no âmbito do Município de Pelotas o Sistema Municipal de Cultura e dispõe sobre seus princípios, estrutura, funcionamento, e dá outras providências. 2018. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2016/638/6389/lei-ordinaria-n-6389-2016-institui-no-ambito-do-municipio-de-pelotas-o-sistema-municipal-de-cultura-e-dispoe-sobre-seus-principios-estrutura-funcionamento-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 16 out. 2020.

PELOTAS. LEI Nº 5.603, 03 DE AGOSTO DE 2009. Institui o Programa Habitacional de Interesse Social “Pelotas Habitação Digna”. Disponível em: <[2009https://sapl.pelotas.rs.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/335/335\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.pelotas.rs.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/335/335_texto_integral.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2020.

PELOTAS. LEI ORDINÁRIA nº 6.389, de 28 de novembro de 2016. Institui no âmbito do Município de Pelotas o Sistema Municipal de Cultura. 2016. Disponível em: <<https://sapl.pelotas.rs.leg.br/norma/2371>>. Acesso em: 17 out. 2020.

PELOTAS. **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Pelotas**. 2019. Disponível em: [http://www.pelotas.com.br/storage/plano-mobilidade/2020/Plano%20de%20Mobilidade%20Urbana%20Sustent%C3%A1vel%20de%20Pelotas%20\(setembro%202019\).pdf](http://www.pelotas.com.br/storage/plano-mobilidade/2020/Plano%20de%20Mobilidade%20Urbana%20Sustent%C3%A1vel%20de%20Pelotas%20(setembro%202019).pdf)>. Acesso em: 17 out. 2020.

ROCHA, Marcelo Garcia da. **Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, Brasil)**. 2014. 156f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Cidades Brasileiras Trajetória Recente de Implementação de um Instrumento de Política Fundiária. Lincoln Institute of Land Policy, 2013. Disponível em: <<https://www.lincolninst.edu/publications/working-papers/zonas-especiais-interesse-social-zeis-em-cidades-brasileiras>>. Acesso em: 19 out. 2020.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

SEGER, D. D. ; PEREIRA, I. K. S. ; ARAUJO, J. M. G. ; ALFONSO, L. P. . **Passo dos Negros: significados, conflitos e modos de habitar de uma região que impulsionou o desenvolvimento e acabou se tornando periférica**. In: IX Reunión de Antropologia del Mercosul, 2015, Montevideo. Anais da IX Reunión de antropologia del mercosul, 2015.

SILVA, Arantxa; RODRIGUES, Guilherme; MATHIAS, Simone; ALFONSO, Louise. **Passo Dos Negros: “Essa É Nossa História!”**. III Congresso de Extensão e Cultura da UFPEL. Pelotas, 2016.

SILVEIRA, Melina. et al. **Cidade-Conceito e Cidade-Vivida: Mapeamento Das Dinâmicas e Temporalidades no Espaço Urbano/Rural do Passo dos Negros em Pelotas/RS**. VII Encontro Internacional Cidade, Contemporaneidade e Morfologia Urbana. Mulheres e Lugares Urbanos, UFPel. 2018.

SILVEIRA, Melina Monks da; COSTA, Vanessa; ALFONSO, Louise Prado. **As Vivências Cotidianas Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Do Engenho Pedro Osório Pelo Olhar Da Arqueologia Da Arquitetura**. II Encontro Internacional de Pesquisa em Ciências Humanas. 2018

SILVEIRA, Melina Monks da; O Complexo Industrial do Engenho Pedro Osório a partir da Arqueologia Da Arquitetura. I **Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas**. Caderno De Resumos Do I Encontro De Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas. 2019.

TEIXEIRA, Luana. Lugares. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

UNESCO. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. COMITÉ INTERGOVERNAMENTAL PARA A PROTEÇÃO DO

PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2020.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, Negociação e Conflito**. Revista Mana, 2006.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Deák, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1999. p. 169-243.

WAISMAN, Marina. **La estructura histórica del entorno**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

HEIDTMANN JUNIOR, Douglas Emerson Deicke. **Gestão de paisagem cultural da imigração alemã utilizando método multicritério de apoio à decisão**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Florianópolis, 2013

SANTILLI, Juliana. CUREAU, Sandra. (coordenadora) Agrobiodiversidade e os instrumentos jurídicos de proteção do patrimônio cultural. **As paisagens culturais**. In: Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. 2011

SEVAIO, Joanna. ALFONSO, Louise. **Construção dialógica de conhecimento: o caso do Passo dos Negros**. III Congresso de Ensino de Graduação da UFPEL. Pelotas, 2017.

SILVA, José. A. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000

SILVEIRA, Melina Monks da; COSTA, Vanessa; ALFONSO, Louise Prado. As Vivências Cotidianas Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Do Engenho Pedro Osório Pelo Olhar Da Arqueologia Da Arquitetura. **II Encontro Internacional de Pesquisa em Ciências Humanas**. BasiBooks. Pelotas/RS. 2018

ZARANKIN, Andreas. **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

ZARANKIN, Andreas. **Corpos Congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG**. In: Arqueologia na Paisagem. Novos Valores, dilemas e instrumentais. Ed. Rio Books. 2012.